

raízes e fundamentos

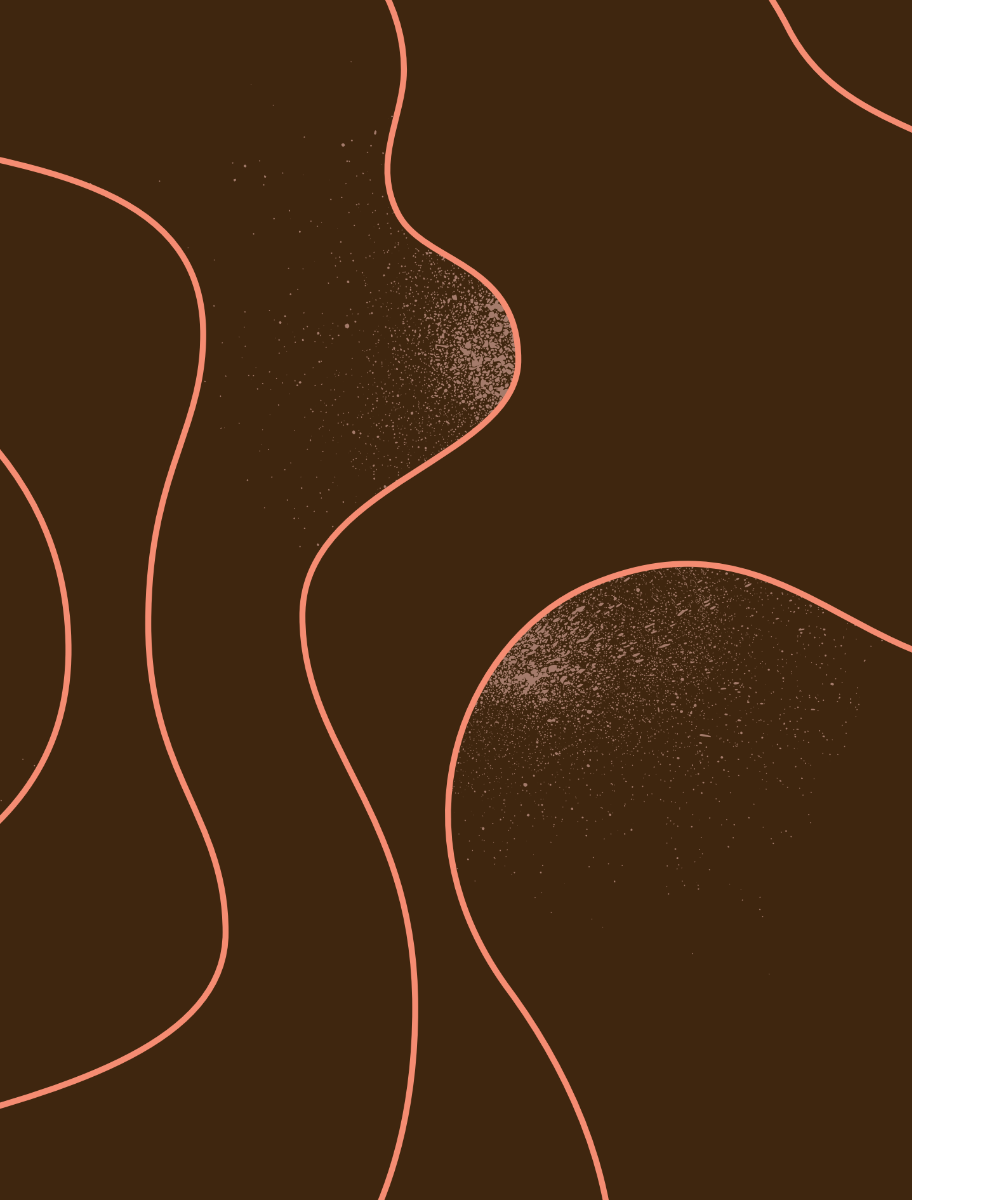
DO COOPERATIVISMO

CULTURA COOPERATIVISTA
VOLUME 1 • LEGADO

cultura**coop**



Sistema**OCB**
CNCOOP | OCB | SESCOOP



raízes e fundamentos

DO COOPERATIVISMO

CULTURA COOPERATIVISTA
VOLUME 1 • LEGADO

cultura**coop**



Sistema**OCB**
CNCOOP | OCB | SESCOOP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Raízes e fundamentos do cooperativismo / organizado por Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. – Brasília, DF: SESCOOP Unidade Nacional, 2026.
232 p.: il. – (Cultura Cooperativista, v.1 Legado)

Vários colaboradores
ISBN: 978-85-93285-39-4

1. Cooperativismo. 2. Cultura Cooperativista.
3. Identidade Cooperativista. 3. Cooperativismo no Brasil.
4. Theodor Amstad, Pe. 5. Sistema OCB
I. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Org.)

CDU 334.73(81)

Bibliotecária responsável:
Marisa Fernanda Miguellis CRB 10/1241

Presidente do Conselho de Administração

Márcio Lopes de Freitas

Presidente Executiva

Tania Zanella

Superintendente

Fabíola Nader Motta

Gerente Geral da OCB

Clara Pedroso Maffia

Gerente Geral do SESCOOP

Ivan Figueiredo Mafra

Coordenação

Débora Márcia Bruno Ingrisano

Guilherme Souza Costa

Apoio técnico

Aline Anne Carvalho Braga

Arthur Gomes Nery

Divani Ferreira de Sousa Matos

Hellen Beck de Souza

Jessyca Leon Bolzan

Equipe de Comunicação e Marketing

Samara Araujo

Aline Machado

Lucas Badú

Naiara Duarte

Rhayana Quintas

Produção de conteúdo

Coonecta

Redatores

Gustavo Bezerra

Pâmela Reis

Romário Ferreira

Pesquisa histórica

Raiz Projetos e Pesquisas de História

Pesquisadores

Carolina Kuk

Jeniffer Caetano Souza

Luiz Filipe Correia

Maria Rosa Crespo

Rafael Marino

Thaís Vital Pelligrinelli

Comitê editorial

Aline Leonardo – CRESOL

Ana Paula Faria – Sistema OCB/RJ

Anny Beatriz Souza de Sousa –

Sistema OCB/AP

Cinara Neumann Alves – Sistema Ocergs

Eliane Lourenço Goulart Festa –

Sistema Ocepar

Emanuel Vito Vieira – SICREDI

Fabio José da Silva Santos –

Sistema OCB/SE

Fernanda Barbosa Rodrigues –

Sistema OCB/AM

Florianio Julião – Sistema OCB/AL

Francisco Vieira de Oliveira, Dr. –

Unimed do Brasil

Geraldo Magela da Silva – Sistema Ocemg

Isadora Almeida Silva – Sistema OCB/DF

João Luiz Gomes Garay Brandão –

Sistema OCB/MS

Josilma Oliveira Beltrão – Sistema OCB/PB

Jucelia Rodrigues do Carmo –

Sistema OCB/RR

Julia Miranda – Sistema OCB/ES

Leylle Oliveira da Silva Dantas –

Sistema OCB/GO

Luis Antônio Schmidt – Sistema Ocesp

Luiz Edson Feltrim – SICOOB

Marcelle Paula Paz dos Santos Barbosa –

Sistema OCB/PE

Maria das Dores Madeira e Silva –

Sistema OCB/CE

Maria Eduarda de Sousa Sampaio –

Sistema OCB/PI

Raquel Lazzarotto – COPREL / INFRACOOP

Renata Ramos de Almeida Borges –

Sistema OCESC

Tatiane Gisele Perondi – Sistema OCB/MT

Ticianny Cassandra Barbosa Silva

dos Santos – Sistema OCB/PA

Valter Santos Sampaio – Sistema OCEB

Vera Lúcia Gomes Ataídes – CONFEBRAS

Wagner Luiz Florencio Moura Junior –

Sistema OCB/TO

Projeto gráfico e diagramação

Mateus Valadares

Revisão

Coonecta

SISTEMA OCB

Setor de Autarquias Sul

SAUS Quadra 4 Bloco 1

CEP 70070-936 Brasília-DF, Brasil.

Telefone: +55 (61) 3217-2119

www.somoscooperativismo.coop.br

SUMÁRIO

Palavra do Presidente do Conselho
de Administração **8**
Palavra da Presidente Executiva **10**

INTRODUÇÃO **12**

Por que precisamos falar de
cultura cooperativista **12**
Um diagnóstico construído
coletivamente **14**
Uma oportunidade estratégica para
o fortalecimento da cultura **21**
O percurso desta obra **22**

1

AS RAÍZES DO COOPERATIVISMO 26

A cooperação ao longo da história e das culturas **28**

Raízes filosóficas e contexto histórico **33**

Dando forma ao cooperativismo: a Cooperativa dos Tecelões de Fenwick **38**

O mundo cooperativista em ebulição **40**

Rochdale: o berço do cooperativismo moderno **44**

Diversificação e difusão do cooperativismo **52**

Expansão do cooperativismo pelos continentes **63**

Rumo ao Brasil **69**

2

COOPERATIVISMO NO BRASIL 72

As grandes experiências **76**

O emergir do movimento organizado **80**

O Padre Theodor Amstad e a consolidação do cooperativismo no Brasil **83**

Cooperativismo na legislação e no Estado **86**

Sistema OCB e representação institucional do cooperativismo brasileiro **95**

Um legado em constante construção **103**

3

CULTURA E IDENTIDADE COOPERATIVISTA 106

Cultura cooperativista: o jeito de pensar, se relacionar e agir no cooperativismo **108**

Filosofia cooperativista: a reflexão crítica e sistemática **111**

Identidade cooperativista: a interiorização da cultura e da filosofia **113**

Educação cooperativista: o instrumento de transmissão e fortalecimento **114**
Símbolos: a linguagem visual do cooperativismo **117**
Valores: o fundamento ético do cooperativismo **127**
Princípios: as diretrizes que orientam a gestão cooperativista **132**
Os sete princípios da Declaração de Manchester **135**
A cultura precisa ser praticada **142**

4

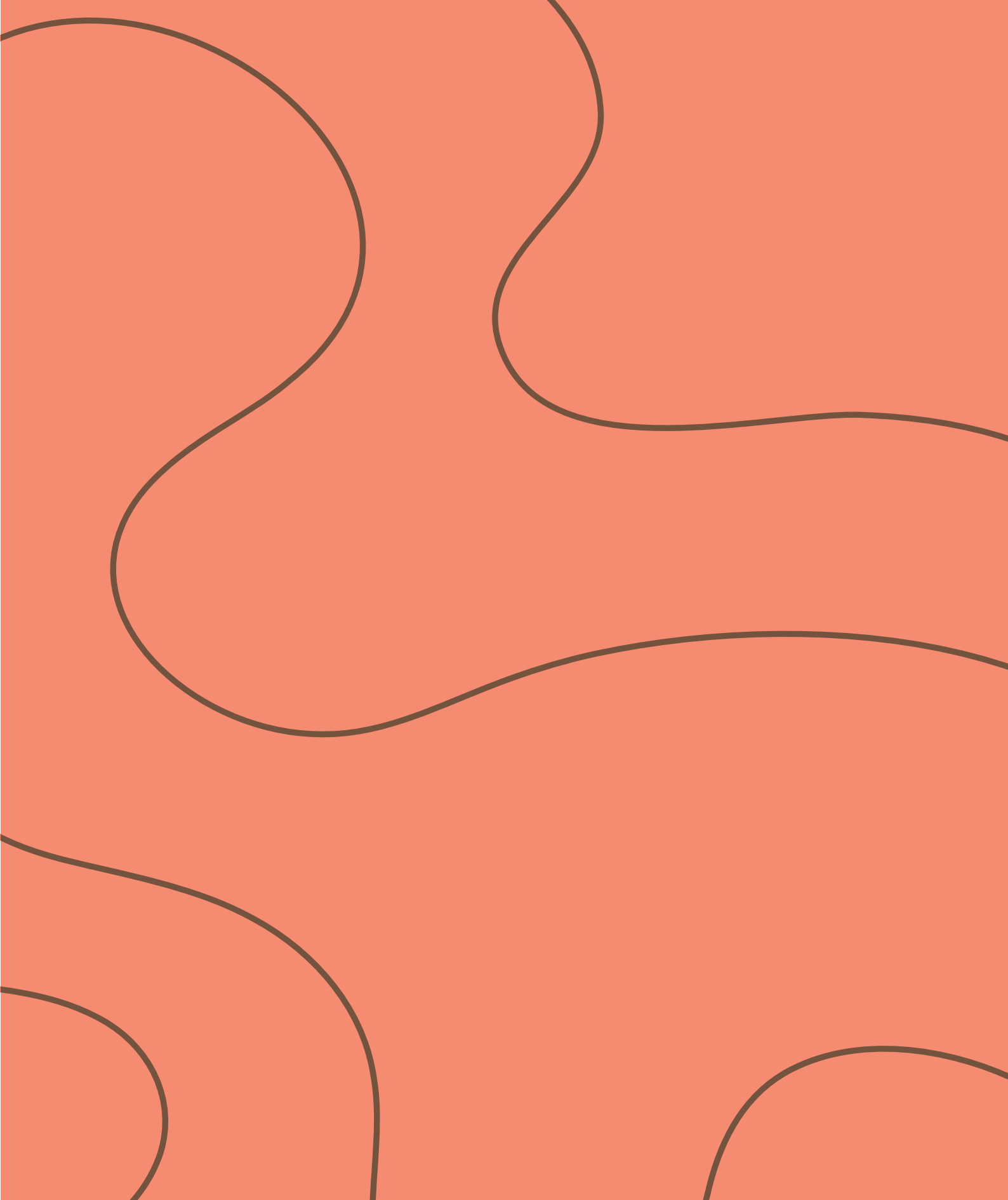
MEMÓRIA COOPERATIVISTA 146

Gestão da memória e do legado cooperativista **150**
Celebração histórica: o papel dos marcos, datas e festas **152**
Manter a história em construção contínua **158**
Centros de memória, acervos vivos e narrativas históricas **161**
Experiências de preservação da memória no mundo **163**
Experiências de preservação da memória no Brasil **172**
Memórias e pensamentos **184**

5

O PENSAMENTO COOPERATIVISTA 188

Quakerismo **191**
Socialismo utópico **195**
Socialismo cristão **205**
Pensamento cristão **209**
Liberalismo econômico **213**
O cooperativismo tradicional **217**
O cooperativismo contemporâneo **220**
Os desafios da atualidade **223**



PALAVRA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRCIO LOPES DE FREITAS



Há décadas convivo com o cooperativismo. Conheço de perto as assembleias, o aperto de mão que sela uma decisão construída coletivamente, o compromisso de quem coloca o interesse comum acima do individual e a satisfação de ver uma cooperativa superar desafios porque seus membros souberam agir unidos. Aprendi muito observando essa trajetória. E, ao longo dos anos, compreendi que aquilo que sustenta uma cooperativa vai muito além de seus resultados econômicos.

O que torna uma cooperativa verdadeiramente diferente é a forma como as pessoas pensam, se relacionam e tomam decisões. É isso que chamamos de cultura cooperativista: o jeito de pensar, se relacionar e agir baseado nos valores e princípios do movimento.

Durante muito tempo acreditamos que essa cultura seria transmitida pelo exemplo cotidiano, pela convivência entre gerações e pela própria vida em comunidade. Em muitos momentos, isso realmente aconteceu e foi suficiente. Mas o cooperativismo cresceu, tornou-se mais complexo e passou a reunir milhões de pessoas em realidades muito diferentes.

O que antes acontecia quase espontaneamente, quando a cooperativa cabia em um salão de reuniões, hoje precisa ser cultivado de forma consciente. Preservar a cultura cooperativista exige intencionalidade, educação permanente e compromisso de cada cooperativa e cooperado com seu próprio legado.

Foi justamente essa compreensão que ganhou força durante o 15º Congresso Brasileiro do Cooperativismo, o CBC, em 2024. As cooperativas reconheceram que a cultura cooperativista é um dos maiores patrimônios do nosso movimento e, ao mesmo tempo, um tema que merece atenção constante. Não porque ela esteja desaparecendo, mas porque seu fortalecimento depende de um esforço contínuo de transmissão, renovação e engajamento das pessoas.

Outra questão que me mobiliza nesse contexto é a sucessão. Toda organização precisa renovar suas lideranças, e essa renovação se fortalece quando encontra na história, nos valores e na memória as referências para construir o futuro. Ao serem transmitidos de forma consistente, esses elementos permitem que cada nova geração inove, enfrente novos desafios e conduza suas cooperativas preservando a essência do movimento e os princípios que fizeram desse modelo um instrumento duradouro de desenvolvimento.

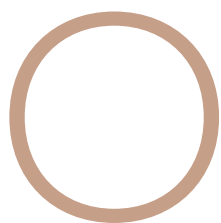
Esse talvez seja um dos maiores compromissos de todos nós: garantir que o crescimento das cooperativas seja acompanhado pelo fortalecimento de sua identidade. Porque resultados podem ser conquistados de diferentes maneiras, mas somente uma cultura sólida é capaz de resguardar aquilo que faz do cooperativismo um modelo único de desenvolvimento econômico e social.

Este livro é, portanto, um convite à reflexão e, sobretudo, à ação. Que cada leitor encontre nestas páginas razões para conhecer melhor nossa história, fortalecer o sentimento de pertencimento e reconhecer a cultura cooperativista como uma força viva, presente nas decisões, nas relações de confiança, na participação democrática e na responsabilidade compartilhada.

É essa cultura que preserva nossa identidade, fortalece nossas cooperativas e garantirá que o nosso movimento continue a transformar vidas e gerar prosperidade para as próximas gerações.

PALAVRA DA PRESIDENTE EXECUTIVA

TANIA ZANELLA



cooperativismo brasileiro vive um dos momentos mais relevantes de sua história. Crescemos, ampliamos nossa presença em todos os ramos da economia, conquistamos novos espaços e demonstramos, mais uma vez, que é possível combinar competitividade e desenvolvimento econômico

com sustentabilidade e compromisso com as pessoas.

Esse crescimento também nos convida a olhar com mais atenção para aquilo que sustenta toda essa trajetória. Afinal, quanto maior e mais diverso se torna o movimento cooperativista, maior também é a responsabilidade de preservar aquilo que nos torna únicos.

O amadurecimento do nosso movimento no Brasil trouxe uma nova compreensão sobre a cultura cooperativista. Se, durante muito tempo, ela foi percebida como uma característica natural das cooperativas, hoje sabemos que ela precisa ser desenvolvida com a mesma intencionalidade dedicada à governança, à gestão e à formação de pessoas. Para compreender melhor esse desafio, o Sistema OCB realizou a maior Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista já desenvolvida no Brasil.

O estudo confirmou algo muito positivo: nossa cultura está viva. Ela se manifesta nas decisões, nas relações construídas diariamente, na confiança entre as pessoas e na forma como as cooperativas enfrentam seus desafios.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou oportunidades importantes de fortalecimento. Em muitas organizações, a transmissão da cultura ainda depende mais da experiência de pessoas do que de processos estruturados; a memória institucional permanece concentrada em poucas lideranças; e as novas gerações, embora busquem organizações guiadas por propósito, ainda conhecem pouco a riqueza e a profundidade do cooperativismo.

Esses resultados oferecem um roteiro para a ação e indicam onde concentrar esforços para fortalecer a cultura cooperativista e assegurar a continuidade desse legado. Este livro é uma das respostas construídas a partir desse aprendizado coletivo.

Ao reunir experiências, pesquisas, documentos e histórias do movimento cooperativista, esta obra apresenta um patrimônio de conhecimento construído ao longo de décadas. O resultado é uma referência que apoia as cooperativas no fortalecimento de sua cultura, na formação de lideranças, na sucessão e na construção de vínculos cada vez mais sólidos entre cooperados, dirigentes e colaboradores.

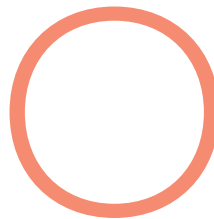
A cultura cooperativista encontra sua expressão mais genuína quando orienta decisões, inspira comportamentos e fortalece vínculos entre pessoas que compartilham um mesmo propósito. Estatutos e discursos institucionais registram seus princípios, mas é a vivência cotidiana que os transforma em prática. Assim, as cooperativas crescem, inovam e se transformam preservando sua essência.

Espero que esta obra contribua para ampliar esse entendimento e inspire cooperativas de todos os ramos a transformar a cultura em prática cotidiana. Que ela fortaleça o sentimento de pertencimento, valorize nossa memória, prepare novas lideranças e ajude cada cooperativa a construir seu futuro sem perder de vista as raízes que deram origem ao movimento.

Porque preservar a cultura cooperativista é, acima de tudo, garantir que nosso jeito de cooperar continue transformando pessoas, comunidades e o Brasil.



INTRODUÇÃO POR QUE PRECISAMOS FALAR DE CULTURA COOPERATIVISTA



Congresso Brasileiro do Cooperativismo (CBC) é o maior fórum deliberativo do movimento no país desde 1944. A cada edição, o evento reúne lideranças de todo o Brasil para debater os desafios do setor e definir as diretrizes que orientarão o Sistema Cooperativista Nacional (SCN) nos anos seguintes. Na 15ª edição, realizada em 2024, “cultura” foi o tema mais comentado nas contribuições dos participantes feitas na Pesquisa Nacional do Cooperativismo, que teve quase 2.000 propostas. Entre as três barreiras e gargalos mais citados, bem como entre os aspectos mais importantes a serem priorizados para o futuro do modelo, **a cultura cooperativista ficou no topo.**

Esse reconhecimento, formalizado posteriormente nas diretrizes do 15º CBC, demonstra que as próprias cooperativas identificaram riscos e oportunidades nos alicerces culturais.

Este livro nasce desse diagnóstico e trata de uma questão que pode parecer simples, mas cujas respostas revelam uma complexidade que o movimento cooperativista brasileiro precisa tratar com o rigor que ela merece: **o que é, afinal, a cultura cooperativista? Como ela se forma, como se transmite e por que, em muitas cooperativas, ela pode ser suprimida silenciosamente enquanto os indicadores econômicos seguem positivos?**

Um diagnóstico construído coletivamente

Como mencionado, o 15º CBC elegeu a cultura cooperativista como um de seus principais desafios estruturais. As diretrizes estratégicas gerais aprovadas no evento apontam lacunas relacionadas a esse tema que comprometem a vitalidade do movimento: educação cooperativista fragmentada e pouco estratégica, baixo engajamento do quadro social nas instâncias de decisão, consciência limitada de cooperados e colaboradores sobre os princípios e valores que sustentam o modelo, e ausência de métricas para avaliar o impacto das ações culturais realizadas pelas cooperativas.

Entre as diretrizes prioritárias aprovadas no Congresso para o eixo cultura, figuram a difusão do cooperativismo na educação formal brasileira em todos os níveis e a formação de lideranças como multiplicadoras da cultura cooperativista. **Trata-se de uma agenda ambiciosa e urgente**, que pressupõe uma base conceitual comum sobre o que se está tentando cultivar e transmitir.

O CBC reconheceu, portanto, que o movimento cooperativista brasileiro dispõe de uma cultura viva e economicamente relevante, mas ainda carece das ferramentas conceituais e pedagógicas para gerenciá-la com intencionalidade e alinhamento narrativo. **Fortalecer a cultura cooperativista requer aprofundamento e compreensão conceitual, além de conhecimento acerca das boas práticas sobre o tema.**

O maior estudo de cultura cooperativista do Brasil

Para iluminar esse diagnóstico com evidências empíricas, o Sistema OCB realizou a **Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista**, entre 2025 e 2026. O estudo, conduzido em duas etapas, ouviu 46 dirigentes e gestores de 37 cooperativas em entrevistas qualitativas aprofundadas, além de reunir 9.767 respostas na etapa quantitativa, tornando-a o estudo sobre cultura cooperativista com maior base de respondentes já realizado no Brasil.

DIRETRIZES DO 15º CBC

Acesse o QR code e confira todas as diretrizes estratégicas:





Os achados da etapa qualitativa revelam uma dualidade que percorre toda a pesquisa. Usando como base o conceito da psicologia analítica que propõe que todo sistema humano possui características valorizadas (luz) e aspectos negados, reprimidos ou pouco conscientes (sombra) (Jung, 2014), podemos afirmar que o lado luz é claro e incontestável: a cultura cooperativista brasileira existe, é praticada e seus impactos são economicamente relevantes.

Ela se manifesta menos nos materiais institucionais e nos documentos de missão e valores, e mais nas decisões tomadas cotidianamente ou estrategicamente, diante de desafios ou oportunidades. É, portanto, uma cultura refletida no jeito de decidir, como definiu um dos entrevistados, e que confere às cooperativas uma identidade que nenhuma empresa mercantil consegue replicar.

O lado sombra, no entanto, é igualmente revelador. Quando perguntados sobre a temperatura cultural de suas organizações, a maioria dos entrevistados se posicionou na média ou abaixo dela. O acultramento de novos empregados e cooperados acontece predominantemente na prática cotidiana e quase nunca por meio de programas estruturados e contínuos, o que torna a transmissão da cultura dependente de pessoas específicas, e não de processos institucionais.

A importância da sistematização em todas as atividades da cooperativa está na origem do **Diagnóstico de Governança e Gestão** desenvolvido e aplicado nacionalmente pelo Sistema OCB, que organiza as cooperativas em níveis sucessivos de maturidade de gestão. Essa lógica de estágios dialoga com uma metodologia consolidada de modelos de maturidade organizacional, entre eles o Modelo de Maturidade de Capacidade (Paulk et al., 1993). Segundo este, “organizações maduras fazem as coisas sistematicamente enquanto organizações imaturas alcançam seus resultados por meio dos esforços heroicos de indivíduos que usam abordagens próprias”.

Ainda que a maioria das cooperativas tenha nascido pequena, com pouca estrutura e, por vezes, até se desenvolvido de forma heroica e improvisada, o crescimento e a perenidade exigem sistematização. Dessa forma, poderão construir suas trajetórias de forma sustentável, reduzindo riscos e ampliando a capacidade de aproveitar as oportunidades de crescimento. É por isso que o imprevisto deve ser substituído pela sistematização na jornada pela maturidade institucional.

Os guardiões da cultura, como a pesquisa os denomina, são figuras históricas concentradas nos conselhos de administração ou até mesmo no quadro de cooperados, e portadoras de uma memória institucional que, quando não é transferida de forma planejada, se extingue com elas.

Outra descoberta central da pesquisa aborda o distanciamento crescente do cooperado em relação ao projeto coletivo, tanto em cooperativas que crescem e se profissionalizam quanto nas menos estruturadas. Um dos principais motivos apontados é a percepção do cooperado cujo **vínculo é apenas comercial**. O cooperado que não se reconhece mais no projeto coletivo, como alertou um dos entrevistados, permanece na cooperativa apenas enquanto ela lhe oferece vantagens econômicas.

A pesquisa confirmou, com rigor metodológico, algo que o movimento intuía há anos: **a cultura cooperativista enfrenta um risco de deterioração**. Como afirma um dos entrevistados da pesquisa, o principal adversário dela pode ser a incapacidade do movimento de renová-la mantendo sua essência: **“a cultura cooperativista é o que trouxe a cooperativa até aqui. Mas se ela não for revista de tempos em tempos, ela pode virar um freio. O que funcionou lá atrás não necessariamente funciona daqui para frente”**.

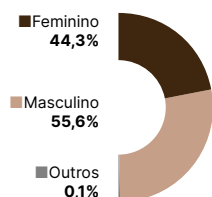
O que a pesquisa de cultura confirmou: a voz dos cooperados

A etapa quantitativa da mesma pesquisa ampliou e validou esse diagnóstico com uma escala inédita. Por meio de questionários *on-line* aplicados a partir da base de dados do Sistema OCB, foram coletadas respostas de cooperados, empregados, conselheiros eleitos e dirigentes contratados, de todas as regiões do país, com margem de erro inferior a um ponto percentual. Embora o estudo tenha reunido esse conjunto amplo de públicos, **a análise a seguir concentra-se especificamente na voz dos cooperados, que somaram 2.987 respondentes**, por serem eles os destinatários e protagonistas diretos da cultura cooperativista no cotidiano das organizações.

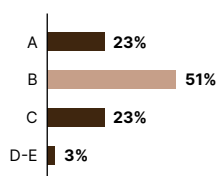
O primeiro retrato que emerge dos cooperados é amplamente positivo. Convidados a avaliar como sua cooperativa pratica cada um dos sete

PERFIL DOS COOPERADOS RESPONDENTES DA PESQUISA NACIONAL DE CULTURA COOPERATIVISTA

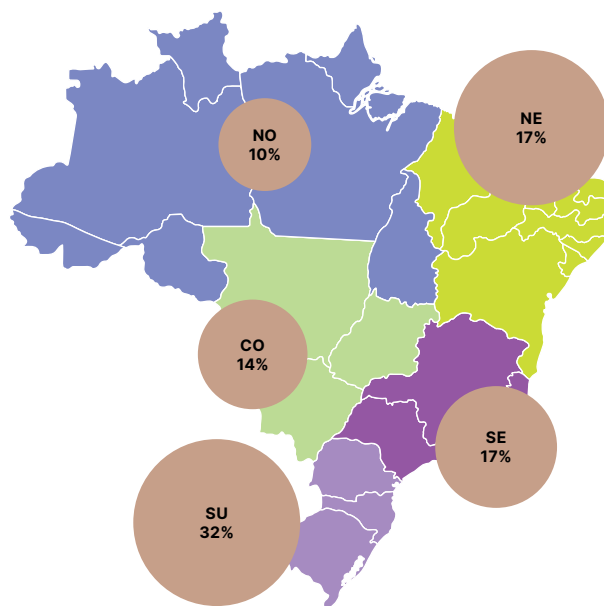
Gênero



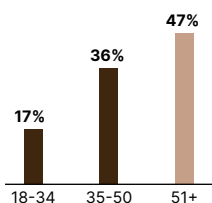
Classe Social



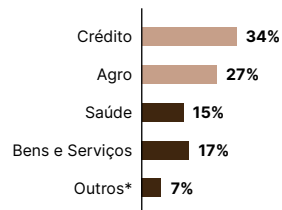
Regiões



Idade



Ramo de atuação da cooperativa



princípios, eles registraram concordância média de 81%, com índices iguais ou superiores a 77% em todos eles. **A adesão voluntária e livre é o princípio mais reconhecido na prática (86%)**. Logo atrás vêm intercooperação, interesse pela comunidade e educação, formação e informação, todos com 81%. Esse resultado confirma, em escala nacional, o lado luz já identificado na fase qualitativa e demonstra que **a cultura cooperativista é vivida e percebida no dia a dia**.

Essa percepção, porém, não é uniforme. A região Sul apresenta a cultura cooperativista mais madura, liderando todos os indicadores (média de 84%), enquanto Centro-Oeste (76%) e Sudeste (77%) revelam maior espaço de fortalecimento.

Quando perguntados sobre os maiores desafios para fortalecer a cultura cooperativista, os cooperados elegeram, de forma consistente em todas as regiões e ramos de atividade, **a tensão entre atender às demandas do mercado e preservar os princípios cooperativistas como a questão mais urgente**, apontada por 56% deles. Em segundo lugar, aparece o desafio de aumentar a participação efetiva dos cooperados nos negócios e na governança (48%), seguido pela necessidade de promover continuamente a educação cooperativista (39%).

Em resumo, os desafios mais citados pelos cooperados não são apenas culturais, mas também questões diretamente relacionadas à sustentabilidade, à competitividade e à sucessão do modelo cooperativista, como demonstram os resultados a seguir.

A pesquisa também investigou quais princípios – confira tudo sobre os princípios do cooperativismo no capítulo 3 – os cooperados mais valorizam. O 5º, Educação, formação e informação, lidera com folga, apontado por 58% dos respondentes, percentual que chega a 62% entre os jovens de 18 a 34 anos e se mantém consistente em todas as regiões e ramos. Em seguida vêm a adesão voluntária e livre (48%) e a gestão democrática pelos membros (45%).

O contraste entre o que os cooperados mais valorizam e o que mais percebem na prática revela a principal lacuna estratégica do movimento. Na maioria dos princípios, valorização e vivência caminham juntas. Mas a gestão democrática pelos membros, por exemplo, segue o caminho inverso. Apesar de figurar entre os três princípios mais valorizados, é o menos percebido na prática (77%) e o que menos aparece quando

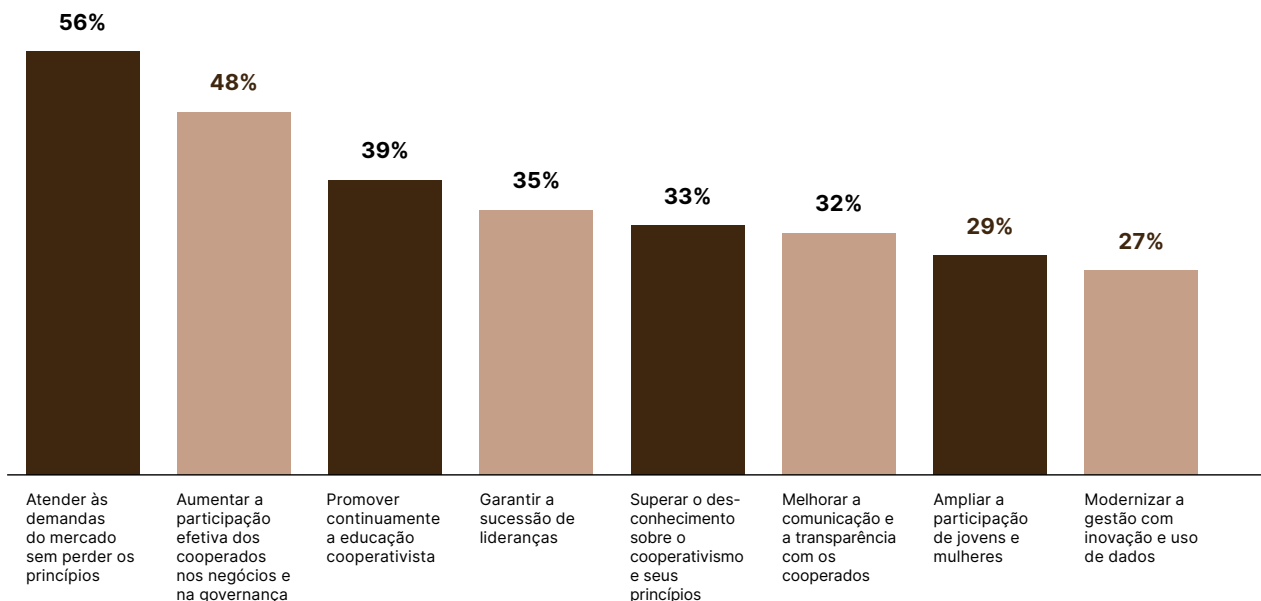
os cooperados citam exemplos concretos (apenas 11% das menções). É justamente nessa distância entre o valor atribuído ao princípio e a sua vivência efetiva que se concentra **a maior oportunidade de fortalecimento da cultura cooperativista**.

Esse descompasso também aparece na dificuldade de enxergar a cultura em ação. Apenas 43% dos cooperados afirmam ter exemplos concretos de cultura cooperativista praticada em sua cooperativa ou em outra que conhecem, e essas menções se concentram em poucas frentes, sobretudo educação e ações voltadas à comunidade (34%).

Em resumo, a educação, formação e informação é, ao mesmo tempo, o princípio mais valorizado pelos cooperados e a resposta recorrente para as fragilidades que a pesquisa expõe, do desconhecimento sobre o cooperativismo à baixa percepção de participação democrática.

MAIORES DESAFIOS PARA FORTALECER A CULTURA COOPERATIVISTA

A pesquisa estimulou a lista de desafios abaixo de forma randomizada e solicitou que os cooperados apontassem os três desafios mais importantes para fortalecer a cultura cooperativista. Confira os resultados:



Ampliar a educação cooperativista surge, assim, como a alavanca capaz de tornar os princípios mais visíveis, compreensíveis e vivenciados no dia a dia dos cooperados e cooperativas.

PESQUISA NACIONAL DE CULTURA COOPERATIVISTA

Acesse o QR code
e confira os resultados:



PESQUISA DE IMAGEM DO COOPERATIVISMO

Acesse o QR code
e confira os resultados:



O que a pesquisa de imagem revelou: o cooperativismo por fora

Para além da Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista, a **Pesquisa de Imagem do Cooperativismo**, realizada pelo Sistema OCB em 2023 com a participação de 11.522 respondentes, acrescenta a esse diagnóstico uma dimensão externa que é igualmente preocupante.

Em 2018, apenas 29% dos brasileiros entrevistados conseguiam citar o nome de uma cooperativa. Em 2023, esse número saltou para 55%, o que representa uma evolução real e expressiva, em grande parte impulsionada pelo movimento SomosCoop¹ e pelo investimento de cooperativas em campanhas que assumem com orgulho a identidade cooperativista.

Essa evolução, porém, convive com distorções que revelam a profundidade do desafio cultural. A maioria dos entrevistados ainda não associa o cooperativismo a um negócio. A percepção dominante o confunde

1. Saiba mais sobre o movimento SomosCoop no site: somos.coop.br

com filantropia, caridade ou associativismo sem fins econômicos, o que leva a sociedade a desconhecer a real finalidade econômica, social, mercadológica e competitiva que as cooperativas têm por essência e modelo. O Documento-Base de Comunicação do 15º CBC é direto ao concluir que **a receptividade das pessoas aos valores e ao propósito do cooperativismo é sempre alta, mas o conhecimento sobre eles ainda é muito baixo.**

Há ainda uma tensão geracional que merece atenção. Os mais jovens, que buscam modelos de negócio menos individualistas, mais comprometidos com a sustentabilidade e com o impacto social, são os que menos conhecem o cooperativismo.

Diante disso, o desafio está em encontrar a melhor forma de abordar tais aspectos. Afinal, a cultura cooperativista é forte dentro das cooperativas, mas permanece praticamente invisível para quem está fora delas. Fortalecê-la exige trabalhar essas duas dimensões em paralelo: aprofundar o enraizamento interno e ampliar o reconhecimento externo.

Uma oportunidade estratégica para o fortalecimento da cultura

O cooperativismo brasileiro, que mobiliza cerca de 25,8 milhões de cooperados (Sistema OCB, 2025), carrega um ativo poderoso: transformar o mundo em um lugar mais justo, próspero e com melhores oportunidades para todos. **Esse patrimônio cria uma oportunidade de consolidar sua identidade por meio da reflexão sobre sua própria cultura.**

No Brasil, o movimento dispõe de contribuições relevantes para isso. São as obras históricas sobre as origens do cooperativismo, os manuais de gestão e os materiais educacionais para programas de formação, além de robusta produção acadêmica. Agora é o momento de aprofundar a compreensão sobre identidade e cultura cooperativista.

Nesse contexto, ganha força a oportunidade de estruturar uma abordagem capaz de articular cultura, identidade, filosofia e educação cooperativista como diferentes partes de um referencial comum que ajude o movimento a narrar a si mesmo com clareza e alinhamento. O objetivo desse processo é fortalecer o sentimento de pertencimento,

promover a continuidade institucional e reforçar a fidelidade aos valores e princípios cooperativistas em diferentes gerações.

Este livro nasce como uma contribuição estratégica a esse processo. Seu propósito é apoiar o alinhamento de discurso em torno do que é comum, fortalecer a identidade cultural do cooperativismo brasileiro e oferecer fundamentos que apoiem uma educação cooperativista alinhada ao presente e orientada para o futuro.

O percurso desta obra

Compreender a cultura cooperativista exige reconstruir o caminho percorrido até aqui. Por isso, este livro não começa pelo presente, mas pelos primórdios.

O primeiro capítulo propõe uma jornada que antecede em muito os teares da Revolução Industrial e o armazém dos Pioneiros de Rochdale. Antes de qualquer estatuto ou princípio formalizado, a cooperação já



era uma prática humana, presente nas associações de artesãos da Roma Antiga, nas guildas medievais, nas *fruitières* alpinas, nas comunidades camponesas russas. O ato de se unir para conquistar o que o indivíduo isolado jamais alcançaria foi refinado ao longo de séculos, moldado por contextos históricos distintos e alimentado por uma pluralidade de tradições filosóficas que o capítulo também mapeia.

Quakerismo, socialismo utópico, socialismo cristão, pensamento cristão e liberalismo econômico são as raízes intelectuais que explicam por que o cooperativismo não é apenas um modelo de negócios, mas uma visão de mundo. **A Revolução Industrial funciona, nesse capítulo, como o catalisador que forçou tudo isso a tomar forma organizada.**

O segundo capítulo traz essa história para o Brasil, e a revelação central é que ela chega a um solo que já estava, à sua maneira, preparado para recebê-la. Os povos originários e outros coletivos já organizavam a caça, o cultivo e a construção de comunidades com base em princípios de reciprocidade e partilha. As irmandades religiosas e as corporações de ofício do período colonial cumpriram funções análogas às das primeiras cooperativas de trabalho.

Com a chegada de imigrantes alemães e italianos, surgiram os projetos protocoooperativistas brasileiros inspirados em Fourier e Owen. Na segunda metade do século XIX, os primeiros projetos cooperativistas ganharam vida no país e o termo “cooperativa” começou a ser adotado. Nas cidades, o protagonismo foi das cooperativas de consumo; no campo, os produtores rurais germinaram as primeiras cooperativas agropecuárias. No início do século XX, o padre jesuíta Theodor Amstad fundou, em Nova Petrópolis (RS), aquela que se tornaria a primeira cooperativa de crédito do país.

Com a trajetória histórica estabelecida, no terceiro capítulo tratamos do aspecto conceitual: o que é, afinal, a cultura cooperativista? Recorrendo à definição do antropólogo Clifford Geertz sobre as “teias de significados” que os seres humanos tecem e nas quais habitam, o capítulo mostra que a cooperativa é, antes de tudo, uma instituição produtora de sentido. Explora a distinção fundamental entre o cooperado e o cooperativista, investiga como a identidade se constrói e examina os símbolos que tornaram os valores perceptíveis ao olhar: o arco-íris, os dois pinheiros, a colmeia, entre outros. **A educação cooperativista**

aparece, ao fim, como o mecanismo que assegura que tudo isso não se perca entre uma geração e a próxima.

É exatamente aí que entra o quarto capítulo. Se a cultura é a teia de significados que sustenta o movimento, a memória é o fio que a mantém no tempo. O capítulo investiga como as cooperativas constroem, preservam e mobilizam seu legado histórico: nos processos de integração de novos colaboradores, nos rituais e datas comemorativas, nos acervos físicos e digitais, nas narrativas que transformam o passado em instrumento de orientação para o presente.

A memória, como o capítulo argumenta, não é só arquivo, mas também um ativo estratégico. **Quando uma cooperativa conta bem a própria história e a do movimento, ela constrói a identidade de quem chega e reafirma o compromisso de quem fica.**

O quinto e último capítulo retorna e aprofunda o tema das raízes filosóficas do movimento. É aqui que os pensadores que atravessam o livro desde o início ganham nome, rosto e pensamento detalhado: Robert Owen e seus experimentos em New Lanark e New Harmony; Charles Fourier e os falanstérios como laboratório de uma vida organizada em torno das inclinações humanas, não contra elas; Louis Blanc e o direito ao trabalho como categoria política; Friedrich Wilhelm Raiffeisen e o dever cristão convertido em cooperativa de crédito rural; Franz Hermann Schulze-Delitzsch e a liberdade de associação como princípio liberal.

O capítulo mostra ainda como cada uma dessas tradições continua operante nas cooperativas do século XXI, frequentemente sem que seus membros o saibam. **Reconhecer essas heranças é, também, uma forma de compreendê-las com mais consciência e de transmiti-las com mais intencionalidade.**

Como ler este livro

É assim que os cinco capítulos se articulam: da raiz histórica universal à raiz histórica brasileira, do conceito cultural ao mecanismo de sua preservação, passando por todas as suas origens filosóficas. A sequência é uma imersão em cooperativismo e tem uma lógica, mas não impõe uma obrigação. Os capítulos são complementares, porém cada um tem vida própria e pode ser lido de forma independente, conforme o interesse ou a sua necessidade no momento.

O cooperativismo, como as pesquisas citadas anteriormente revelam, é forte, legítimo e economicamente relevante. Um dos maiores desafios do movimento é manter essa relevância ao longo do tempo, inclusive para quem ainda não participa diretamente dele. Essa também é uma maneira de fortalecer ainda mais seu propósito de transformar o mundo em um lugar mais justo, próspero e com melhores oportunidades para todos. Este livro é uma ferramenta para esse trabalho tão essencial.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2014.

PAULK, Mark C.; CURTIS, Bill; CHRISSIS, Mary Beth; WEBER, Charles V. **Software Engineering Institute**, Carnegie Mellon University, Pittsburgh, 1993. Disponível em: <https://www.sei.cmu.edu/library/capability-maturity-model-for-software-version-11>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SISTEMA OCB. Anuário do cooperativismo brasileiro 2025. **Sistema OCB**, Brasília, 2026. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/anuario>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SISTEMA OCB. Pesquisa de imagem do cooperativismo. **Sistema OCB**, Brasília, 2026. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacoes-infograficos/pesquisa-de-imagem-do-cooperativismo>. Acesso em: 16 jun. 2026.

1





AS RAÍZES DO COOPERATIVISMO

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale é, de forma legítima, amplamente celebrada como o berço do cooperativismo moderno. Entretanto, para que ela pudesse surgir em 1844, o modelo cooperativo foi moldado e refinado ao longo de séculos de experimentação humana. Grande parte da cultura e dos símbolos que hoje sustentam o movimento tem origem em Rochdale. No entanto, a prática da colaboração em busca do bem comum é muito mais antiga e acompanha a própria história da civilização.

O cooperativismo, como modelo de organização econômica baseado na colaboração em prol do bem comum, antecede sua própria formalização. Este capítulo se propõe a apresentar como se deu o início da grande jornada que impulsionou a construção do legado cooperativista, começando pelas raízes filosóficas, ancestrais e intelectuais que fundamentaram o pensamento cooperativista da época e que ecoam na cultura cooperativista até os dias de hoje.

Nesse percurso, conheceremos o período que Mladenatz (2003) descreve como “pré-história do cooperativismo” e as iniciativas protooperativistas. Entenderemos o papel do contexto histórico para a consolidação do cooperativismo como um modelo organizado que responde às diferentes demandas sociais e econômicas em contextos distintos. Por fim, vamos discutir a difusão do cooperativismo pelo mundo, a diversificação das áreas de atuação e a organização institucional das cooperativas.

Na página à esquerda, estão retratados os pioneiros de Rochdale (1865), uma funcionária de cooperativa inglesa (1930), e artesãs da cooperativa paraense Turiarte (2025).

A COOPERAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E DAS CULTURAS

A história do cooperativismo antecede os teares da Revolução Industrial. O ato de cooperar faz parte da natureza humana muito antes da consolidação de um modelo de negócios estruturado, e até mesmo, anterior às primeiras profissões.

Paula (1966) explica que a formação de associações de pessoas com interesses comuns é tão antiga quanto o artesanato. “Somos assim forçados a admitir *a priori* que essas associações de artesãos [...] sempre existiram” (Paula, 1966, p. 3). Desse modo, é possível registrar exemplos no decorrer da história, que podemos conferir a seguir.

A cooperação com fins econômicos

Ao longo desse processo, a cooperação não se restringiu apenas às relações sociais e comunitárias, mas também passou a assumir funções diretamente ligadas à organização econômica. Em diferentes contextos históricos, grupos se estruturaram coletivamente para produzir, comercializar e proteger seus interesses, dando origem a formas de cooperação com fins econômicos. Desse modo, é possível registrar exemplos no decorrer da história.

Antiguidade

Ainda na Antiguidade (período que vai desde a invenção da escrita – cerca de 4000 a.C. – até a queda do Império Romano do Ocidente – 476 d.C.), artesãos, tintureiros de púrpura, ourives, prateiros e tecelões já se uniam em associações e pequenas sociedades de seguro mútuo (grupos que arrecadavam recursos para prestar auxílio financeiro às famílias dos mortos e garantir enterros decentes aos cooperados). Essas atividades se alinhavam às necessidades locais. Na Babilônia, por exemplo, destacavam-se as organizações dedicadas ao arrendamento de terras. Na China, por sua vez, existiam grupos focados em poupança

HOMO COOPERATUS

De acordo com Martin (2016), o conceito de *homo cooperatus* define o ser humano como um sujeito **moral autônomo que interage continuamente com os outros (em níveis interpessoal, intergeracional, intercomunitário, interétnico e internacional) com base em uma ética democrática**. Ou seja, trata-se do indivíduo que tem na cooperação o seu fundamento ético e a sua principal forma de expressão social.

e crédito. Já na Índia, havia comunidades autônomas responsáveis pela arrecadação de impostos. Além de viabilizar a produção, essas estruturas garantiam a defesa dos grupos e exerciam funções sociais e de auxílio mútuo que, na época, não eram cobertas por nenhuma esfera do poder público.

No mundo greco-romano, esse impulso associativo ganhou novos contornos, plantando as sementes para modelos atuais de cooperativismo. Na Roma Antiga, os colégios (em latim: *collegium*), constituíam associações de trabalhadores de ofícios específicos, como artesãos e comerciantes. Para o enfrentamento de demandas comuns e proteção mútua, os trabalhadores formavam grupos profissionais específicos: destacavam-se os *collegia opificum* (associações de artesãos) e os *collegia mercatorum* (associações de comerciantes), que contribuíram para a organização da indústria e do comércio da época.

Gravura dos trabalhos em uma sapataria (1568), por Jost Amman.
Fonte: Wikimedia Commons.



Já a vida agrária dos povos germânicos se desenvolveu com bases cooperativas desde a Antiguidade. Essas organizações se dedicavam a objetivos como drenagem, irrigação, represamento, exploração de florestas e operação de serrarias compartilhadas, entre outros (Mladenatz, 2003).

Idade Média

No período medieval, por volta do século XII, momento de ressurgimento das cidades e acirramento das atividades comerciais, a necessidade de organização do trabalho impulsionou a criação das guildas e corporações de ofício. Essas associações refletiam a transição de uma Europa predominantemente rural para um ambiente urbano e mercantil, promovendo a organização do trabalho, a produção artesanal e o comércio, e reunindo trabalhadores como sapateiros, ferreiros, alfaiates, carpinteiros, entre outros, que atuavam com estatutos próprios e com a finalidade de proteger e defender os interesses de sua classe.

As guildas possuíam uma estrutura **rigidamente hierárquica**, dividida entre mestres, oficiais e

aprendizes, o que promovia tanto um sistema de treinamento profissional sob a orientação de trabalhadores experientes quanto a criação de laços comunitários.

Ademais, essas corporações de ofício exerciam um papel econômico e regulador nas cidades medievais, uma vez que operavam como unidades de produção que controlavam as técnicas de fabricação, garantindo a padronização e a qualidade dos produtos oferecidos ao mercado. Paralelamente, elas cumpriam o papel de estabelecer critérios sobre quem poderia exercer determinada profissão.

Frequentemente, as guildas e as corporações de ofício são apresentadas como se fossem a mesma coisa. Afinal, ambas designam associações de profissionais. Mas cada modelo possui características próprias condizentes com o contexto histórico e geográfico específico em que existiram.

GUILDAS

- Termo de origem germânica. Vem de “*gelth*”, que significa “pagamento”, refletindo a natureza contributiva para manutenção da organização.
- Associações de classes como sapateiros, ferreiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, artesãos e artistas criadas durante a Idade Média.
- Estruturas hierarquizadas (mestres, oficiais e aprendizes).
- Fomentavam a integração com a comunidade e valorizavam a solidariedade.

CORPORAÇÕES DE OFÍCIO

- Entidades organizadas formalmente com estatutos próprios a fim de reunir trabalhadores de um mesmo ofício.
- Objetivo de assegurar direitos e vantagens para a classe e seus membros por meio de uma atividade que pregava a união e o fortalecimento coletivo.
- Funcionavam como unidades produtivas artesanais com estrutura hierárquica.
- Exerciam controle sobre metodologias e técnicas de produção para proteger o mercado e padronizar seus produtos e serviços.

Síndicos da Guilda dos Fabricantes de Tecido, 1622, óleo sobre tela, por Rembrandt (1606 - 1669). A obra foi encomendada pela Clothmaker's Guild (Guilda dos Fabricantes de Tecidos) de Staalhof, Staalstraat, Amsterdam. Fonte: Wikimedia Commons.



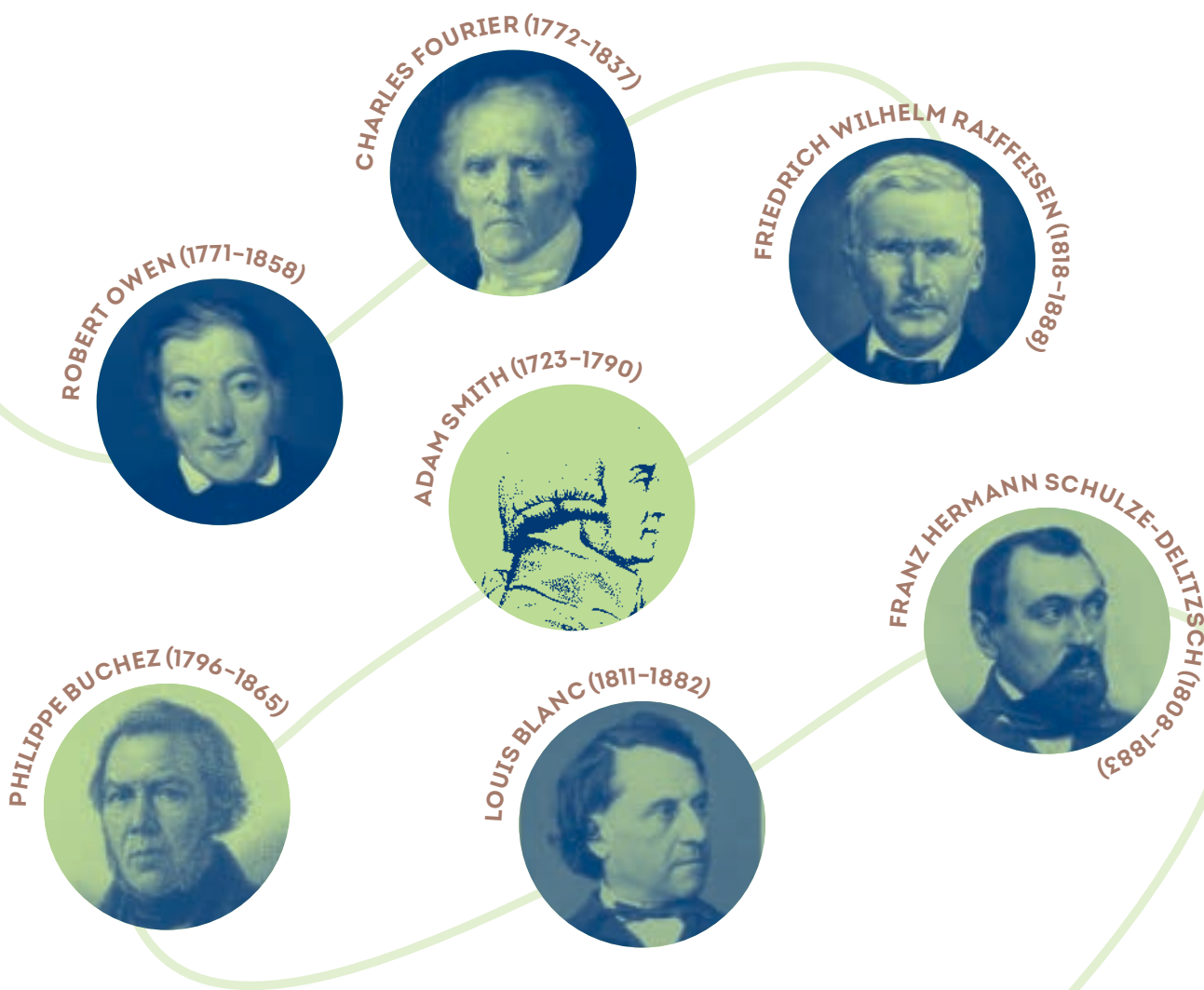
Iniciativas protooperativistas ao redor do mundo

Além dos exemplos citados anteriormente, outras experiências da pré-história do cooperativismo foram registradas em diversas partes do mundo. Alguns exemplos clássicos, enumerados por Mladenatz (2003), mostram a diversidade do modelo:

- **Fruitières:** desde pelo menos o século XIII, grupos camponeses criaram associações de caráter cooperativo na Europa Alpina (Suíça e França). Nas regiões de Jura e Savoie, na França, produtores uniam o leite de seus rebanhos para fabricar coletivamente grandes rodas de queijo *gruyère*, dividindo os resultados de forma proporcional aos animais que possuíam.
- **Armênia:** em Erivan, mulheres se uniam em associações produtoras de laticínios. Os produtos tornavam-se, alternadamente, propriedade da família de cada uma das associadas. Esse tipo de organização das leitarias tem origens na pré-história e se difundiu no decorrer da idade média, com registros que chegam até meados do século XX.
- **Zadruga e Mir:** entre os povos eslavos, destacam-se a *Zadruga* sérvia, formada por uma grande família ou agrupação igualitária que explorava um patrimônio em comum, e o *Mir* russo, que consistia em uma comunidade de camponeses que viviam em terras de um senhor

feudal e pagavam um tributo coletivo pelo usufruto do território. Ambos os modelos operaram da Idade Média ao início do século XX.

- **Artel:** ainda na Rússia, o *Artel* foi um tipo de associação de trabalhadores independentes que remonta ao século XIV. Era formada por pescadores, lenhadores e outros ofícios, que, com pouco ou nenhum capital, juntavam-se para executar trabalhos e dividir os rendimentos em prol do grupo.



RAÍZES FILOSÓFICAS E CONTEXTO HISTÓRICO

A base intelectual do cooperativismo é plural, muitas vezes contraditória, e se formou pela confluência de diferentes tradições de pensamento que buscavam respostas para as crises e desigualdades do seu tempo.

Uma série de pensadores e correntes intelectuais – sobre os quais nos aprofundamos no capítulo 5 deste livro – contribuíram para a construção de um alicerce teórico e filosófico que sustenta o cooperativismo, seus princípios e seus valores. A prática e a teoria precisaram se unir para que o cooperativismo organizado ganhasse vida com solidez.

Algumas das ideias e movimentos filosóficos, históricos, intelectuais e sociais que influenciaram a formação do pensamento cooperativista são:

Quakerismo

Vertente do protestantismo, a religião quaker, oficialmente conhecida como **Sociedade Religiosa dos Amigos (ou Sociedade dos Amigos)**, é um movimento cristão surgido no século XVII na Inglaterra. O quakerismo deixou uma marca profunda no movimento cooperativo. Sua filosofia era pautada por um forte rigor ético e espiritual, o que se traduzia no **pacifismo, na tolerância, em um estilo de vida simples e em uma devoção prática voltada diretamente à ação social, à ajuda mútua e à vida comunitária**. O pensamento que une cooperativismo e quakerismo é majoritariamente associado a dois importantes nomes:

- **John Bellers (1654–1725)**: pensador quaker inglês que antecipou a ideia de propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição justa dos lucros.
- **Pieter Plockhoy (1625–1670)**: intelectual holandês radicado na Inglaterra que propôs a criação de uma comunidade democrática na qual a cooperação substituiria a competição mercantilista.

Socialismo utópico

Em resposta direta à miséria gerada desde os primórdios da Revolução Industrial, cuja primeira fase tem início por volta de 1760, o **socialismo utópico** buscava formular modelos racionais e planejados de organização social. Os socialistas utópicos criticavam a desigualdade, mas acreditavam que a transformação da sociedade não precisava de uma revolução violenta; **ela ocorreria por meio de reformas pacíficas baseadas na educação, na equidade e na cooperação prática dentro do próprio sistema econômico**. Os principais pensadores por trás dessas ideias são:

- **Robert Owen (1771–1858)**: industrial galês e reformador social, responsável por implementar melhores condições de trabalho em suas fábricas; também idealizou colônias comunitárias que pregavam o igualitarismo.
- **Charles Fourier (1772–1837)**: filósofo francês e grande crítico da sociedade industrial; foi o proponente dos falanstérios, comunidades autossuficientes baseadas no trabalho voluntário e compartilhado.
- **Louis Blanc (1811–1882)**: historiador, jornalista e político francês; foi o idealizador das oficinas sociais geridas democraticamente pelos próprios trabalhadores em um modelo de autogestão.

Socialismo cristão

Sensibilizados pelas condições de trabalho insalubres e a vida dura do operariado na Revolução Industrial, os adeptos do **socialismo cristão** defendiam uma influência dos valores religiosos do cristianismo na economia. Desse modo, eles pregavam **uma visão de mundo fundamentada na solidariedade, na caridade e na igualdade em prol dos grupos mais socialmente vulneráveis**. Esse pensamento foi estabelecido por:

- **Philippe Buchez (1796–1865)**: político, médico e historiador francês que defendeu uma transformação social pacífica por meio da associação de trabalhadores autogeridos com base na moral cristã.

Pensamento cristão

Tradição diversa baseada em valores éticos que se opõem ao materialismo excessivo e à lógica da acumulação de capital. O **pensamento cristão** critica os processos econômicos geradores do empobrecimento dos trabalhadores de forma a **defender a dignidade humana perante a exploração**. Sua influência no cooperativismo decorre, em especial, pela obra de:

- **Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818–1888)**: político alemão, foi prefeito em várias municipalidades e pioneiro no cooperativismo de crédito rural unindo o conceito de dever cristão à prática da “autoajuda incondicional” para combater a fome e a agiotagem no campo.

Liberalismo econômico

A **tradição liberal** cedeu ao cooperativismo conceitos fundamentais, como a defesa da liberdade individual, da propriedade privada e da autorregulação do mercado. A partir do século XVIII, o avanço das ideias liberais fez forte oposição às antigas corporações de ofício, condenando o monopólio e o controle rígido que exerciam sobre a produção e os trabalhadores, **abrindo espaço para o surgimento de novas formas de associação voluntária, como as sociedades de ajuda mútua**. O liberalismo prega a liberdade econômica e a livre associação, pensamentos destacados por:

- **Adam Smith (1723–1790)**: filósofo e economista escocês, tido como o maior pensador por trás do liberalismo econômico clássico. Suas ideias em defesa da liberdade econômica pavimentaram o caminho para o estabelecimento de novas sociedades de auxílio mútuo.
- **Franz Hermann Schulze-Delitzsch (1808–1883)**: jurista, político e economista alemão que fundamentou a criação das cooperativas de crédito urbano (voltadas para artesãos e pequenos comerciantes) a partir de princípios liberais, como a proteção da propriedade privada.

Muitas dessas perspectivas e personagens serão retomadas no decorrer deste livro. Além disso, o tema será detalhado no capítulo 5, que se dedicará a aprofundar o pensamento cooperativista.



Contexto histórico: a Revolução Industrial

A **Revolução Industrial** teve início na Inglaterra durante a segunda metade do século XVIII, causando uma profunda ruptura na estrutura econômica e no tecido social do período. **Por um lado, o trabalho artesanal e doméstico entrou em declínio. Por outro, as fábricas ganharam protagonismo graças aos avanços tecnológicos e às inovações nos maquinários movidos a vapor.** A indústria têxtil foi um dos setores mais rapidamente afetados por essas mudanças.

Esse contexto provocou um intenso êxodo rural, levando milhares de camponeses e artesãos a migrarem para os centros urbanos em busca de emprego nas novas indústrias. Como consequência, as cidades cresceram desordenadamente, originando um novo ecossistema urbano (Farias; Gil, 2013).

Multidão reunida em Londres durante encontro cartista, vertente que defendia sufrágio universal masculino, voto secreto, fim da exigência de propriedade para exercer atividade parlamentar e pagamento de salários aos representantes (1848), por William Edward Kilburn (1818–1891). Fonte: Wikimedia Commons.

Com o avanço do capitalismo industrial, a nova lógica era de mercantilização extrema do trabalho em decorrência da perda de outros meios de subsistência. Nesse cenário, os proprietários concentravam riqueza e poder enquanto os trabalhadores, dependentes da venda da mão de obra, precisavam lidar com a precariedade nas fábricas, jornadas de trabalho excessivas, trabalho infantil, ausência de legislação trabalhista e de entidades que defendessem seus interesses – como as corporações de ofício faziam no passado.

A ausência de infraestrutura urbana, a má alimentação e os salários insuficientes resultaram em um empobrecimento urbano e no aumento das taxas de mortalidade. Tal realidade culminou em um ambiente de forte tensão, desencadeando as primeiras reações organizadas da classe operária por meio de movimentos sindicalistas e reivindicação de direitos básicos.

Paralelamente, filósofos e pensadores sociais passaram a questionar duramente o modelo capitalista competitivo, dedicando-se a formular novas propostas de organização econômica e social. Dentre as consequências intelectuais derivadas da busca por respostas e aprimoramentos à Revolução Industrial está, por exemplo, o estabelecimento das escolas administrativas.

A **Administração Científica**, desenvolvida pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856–1915), defendia a separação entre planejamento e execução do trabalho e a otimização operacional. O taylorismo, como o conceito ficou popularmente conhecido, prega a especialização extrema do trabalho em que cada operário fica a cargo

de uma única tarefa do processo produtivo. Essas ideias foram adaptadas na prática por Henry Ford (1863–1947), que implementou esteiras de montagem em sua linha de produção automotiva, automatizando ainda mais os processos fabris. A situação é parodiada na clássica comédia Tempos Modernos, de Charlie Chaplin, lançada em 1936.

COOPERATIVISMO ENTRA EM CENA

O cooperativismo ganhou forma nesse contexto, apresentando um novo modelo de organização socioeconômica baseada na colaboração e na autogestão. Essas ideias deram origem às primeiras experiências de cooperativas organizadas e culminaram no estabelecimento do cooperativismo moderno em Rochdale.

DANDO FORMA AO COOPERATIVISMO: A COOPERATIVA DOS TECELÕES DE FENWICK

Rochdale já está no horizonte, mas ainda existem algumas experiências prévias que revelariam um alto grau de amadurecimento no modelo que iria se consolidar como o cooperativismo moderno, como o caso de uma descoberta histórica relativamente recente: **a Sociedade dos Tecelões de Fenwick**, descoberta em 2007 pelos historiadores amadores John McFadzean e John Smith.¹

Os arquivos da Cooperativa dos Tecelões de Fenwick (registrada originalmente tanto como *Fenwick Weavers' Society* quanto como *Fenwick Weavers' Cooperative*) remontam a 1761 – precedendo, portanto, Rochdale em 83 anos. A cooperativa do vilarejo escocês de Fenwick, em East Ayrshire, foi fundada em 14 de março daquele ano por 16 tecelões. Em sua ata de fundação, a Cooperativa dos Tecelões de Fenwick se compromete a exercer princípios de ajuda mútua, justiça e honestidade, assim como assegurar a produção de bens de alta qualidade por preços justos e adequados à realidade econômica da região (Carrell, 2007).

A partir da década de 1860, Fenwick passou por um declínio significativo de sua população em decorrência de uma emigração em massa motivada pela busca de melhores condições de vida. A cooperativa não resistiu a esse baque na demografia – e, conseqüentemente, na economia local –, encerrando suas atividades por volta de 1873, concluindo uma história de mais de um século de cooperação.

Pioneirismo

A Cooperativa dos Tecelões de Fenwick surgiu a fim de resolver os gargalos produtivos e financeiros de seus membros, promovendo a

¹. Devido ao caráter amador da pesquisa, o resgate histórico promovido por John McFadzean e John Smith em 2007 não veio a público por meio de publicações acadêmicas tradicionais, mas via campanhas de divulgação na imprensa. Posteriormente, o tema foi abordado em um livro (*The Co-operators: A History of the Fenwick Weavers – Os Cooperadores: a História dos Tecelões de Fenwick*) e um curta-metragem (*The Story of the Fenwick Weavers Co-operative – A História da Cooperativa dos Tecelões de Fenwick*).



UMA HISTÓRIA DE FILME

Com apoio de John McFadzean, o diretor Paul Darroch filmou o curta-metragem *“The Story of the Fenwick Weavers Co-operative”* (A História da Cooperativa dos Tecelões de Fenwick, em tradução livre), lançado em 2008. Escaneie o QR Code e assista à obra no site da produtora escocesa independente *Oak Tree Productions*:



partilha de materiais e de equipamentos de tecelagem. A organização também concedia empréstimos aos cooperados com juros reduzidos. Com o tempo, a cooperativa passou a realizar compras de alimentos no atacado para revender aos seus cooperados a preços mais acessíveis.

Além dessas atividades econômicas, a Cooperativa dos Tecelões de Fenwick atuou em prol do desenvolvimento social e cultural da comunidade local por meio de iniciativas como a fundação de uma biblioteca própria – antecipando o princípio de educação contínua que consagraria Rochdale décadas depois – e a criação de uma Sociedade de Emigração para auxiliar os moradores locais a buscarem novas oportunidades de vida em outras regiões.

O grupo também impulsionou a formação do chamado “Parlamento de Fenwick”, um espaço de reuniões públicas e regulares dedicado a debater democraticamente os assuntos de interesse local.

O MUNDO COOPERATIVISTA EM EBULIÇÃO

Paralelamente à experiência dos tecelões de Fenwick, na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX encontramos registros de outras iniciativas ao redor do mundo que ajudaram a moldar o formato do cooperativismo enquanto negócio e movimento social. Longe de ser um movimento isolado na Escócia, o cooperativismo era um caldeirão fervilhante de iniciativas que deram contornos duradouros ao modelo, preparando o terreno para a doutrina que se consolidaria mais tarde.

A cooperação nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o pioneirismo ocorreu no setor de proteção patrimonial. Mayo (2017) narra que em 1752, antes mesmo de Fenwick, Benjamin Franklin fundou a *Philadelphia Contributionship for the Insurance of Houses from Loss by Fire* (Contribuição da Filadélfia para o Seguro de Casas contra Perdas por Incêndio, em tradução livre). Modelada a partir de experiências inglesas, a instituição é considerada uma das primeiras formas de associação de seguro mútuo do mundo e uma precursora direta das cooperativas de consumo e das práticas modernas do cooperativismo de seguros.

A iniciativa funcionava por meio da união de fundos para garantir proteção financeira aos proprietários contra os danos causados por incêndios e mantém-se em atividade até os dias atuais.

Tradição grega na cooperação

Na Grécia, o movimento ganhou força na cadeia têxtil com a criação da Companhia Comum e Irmandade de Ampelakia, em 1778. Nascida da fusão de pequenas cooperativas locais, a organização operava como uma comunidade autônoma focada na produção, no beneficiamento, no tingimento e no comércio coletivo de fios.

O grande diferencial da Irmandade era a destinação de seus resultados: além de distribuir uma parte dos ganhos entre os membros, a organização reinvestia sistematicamente seus lucros em projetos de

educação e bem-estar. Embora tenha encerrado suas atividades em 1812, o impulso econômico gerado pela iniciativa transformou a vila em um verdadeiro centro cultural e intelectual da região.

Um período de efervescência

Nas décadas seguintes, multiplicaram-se iniciativas de organização social voltadas a enfrentar desigualdades, baixos salários, condições precárias de trabalho e abusos comerciais. Muitas desapareceram sem deixar vestígios, mas algumas prosperaram e se tornaram modelos duradouros.

Embora tenham predominado na Europa, não se limitaram a esse continente. Entre elas figuram sociedades de relojoeiros na Áustria, pecuaristas na Itália, agricultores em Luxemburgo e na Polônia, padeiros e carpinteiros na França, fabricantes de queijo na Suíça, cooperativas de consumo na Rússia e Inglaterra, além de experiências pioneiras fora do continente, como uma cooperativa de crédito no México e associações de artesãos no Japão.



Todas essas experiências mostram que o cooperativismo já demonstrava grande capacidade de articulação antes de sua formalização. Nas décadas de 1820 e 1830, o movimento passou por um período de forte efervescência, marcado pelo surgimento dos primeiros congressos cooperativistas e de publicações especializadas.

O grande destaque da época foi o periódico britânico *The Co-Operator* (O Cooperador), fundado em 1828 pelo médico William King (1786–1865), que se tornou um espaço vital de debate e difusão das ideias do movimento. O cenário era de expansão acelerada: estima-se que, no ano de 1830, funcionavam entre 266 e 639 sociedades cooperativas apenas na Grã-Bretanha, provando que o terreno estava estruturado e pronto para a sistematização de regras universais de gestão que viriam pouco depois.

Foi também nessa época que ocorreram os primeiros congressos cooperativistas. Apesar das divergências presentes na bibliografia quanto às datas e denominações desses encontros, tanto eles quanto os periódicos desempenharam um papel fundamental por dois motivos: primeiro, por terem funcionado como espaços de debate, articulação e difusão de ideias; e, segundo, porque, evidenciaram a efervescência, a capacidade de organização e o rápido crescimento do movimento cooperativista no início do século XIX.

Bases do arcabouço legal

Soma-se a isso os primeiros passos para a consolidação jurídica que permitiu a maturação do cooperativismo como um modelo de negócios próprio. A partir da segunda metade do século XVIII, em meio a ambientes de forte tensão social, leis destinadas a regular práticas associativas começaram a surgir.

No Reino Unido, em 1793, a *Friendly Societies Act* (Lei das Associações Benéficas, em tradução livre) marcou o primeiro movimento de proteção legal a entidades de socorro mútuo. Até esse momento, muitas organizações criadas por trabalhadores eram criminalizadas sob a justificativa de supostamente estimularem revoltas.

Essas entidades eram associações voluntárias, geralmente formadas por trabalhadores, que contribuíam regularmente para um fundo



Fotografia de 13 dos 28 pioneiros de Rochdale (1865), autor desconhecido. Fonte: Wikimedia Commons.

comum com o objetivo de obter proteção financeira em casos de doença, velhice, invalidez ou para cobrir despesas funerárias. Antes da lei, elas não tinham personalidade jurídica e dependiam exclusivamente da confiança entre os trabalhadores. O ato deu segurança jurídica ao modelo. Essas legislações foram ampliadas e fortalecidas em 1829 e 1834, abrindo espaço, mesmo que indiretamente, para que iniciativas como a dos Probos Pioneiros de Rochdale pudessem ser registradas.

Contudo, essas leis ainda não ofereciam segurança jurídica específica para o modelo cooperativo. **O grande marco legal para o setor ocorreu apenas em 1852, com a promulgação do *Industrial and Provident Societies Act* (Lei das Sociedades Industriais e de Previdência), que finalmente garantiu às cooperativas um arcabouço jurídico próprio e distinto das sociedades de socorro mútuo, regulando suas práticas administrativas e financeiras a fim de evitar fraudes.**

ROCHDALE: O BERÇO DO COOPERATIVISMO MODERNO

Todo esse caldeirão efervescente de iniciativas cooperativistas iria culminar com a consolidação do cooperativismo em **Rochdale, na Inglaterra**. Considerada uma pedra basilar para o desenvolvimento do movimento cooperativista, a Sociedade dos Probos Pioneiros possui esta relevância por ter estabelecido no papel e na prática, princípios norteadores, valores e regras universais de gestão do cooperativismo até a atualidade.

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale e seus fundadores

Em 1844, durante o auge da crise do trabalho precarizado pela Revolução Industrial, com sucessivas greves por melhores salários, desemprego em alta e aumento na pobreza, um grupo de operários da cidade de Rochdale, nos arredores de Manchester, tomou uma decisão que mudaria a história do cooperativismo mundial. Saídos de uma greve fracassada na indústria têxtil, 28 trabalhadores se reuniram para discutir o que fazer diante de uma situação aparentemente sem saída: a princípio, eles não tinham capital, provisões e nem um enquadramento legal específico para o modelo de negócios que estavam organizando, pois, apesar dos avanços da legislação em prol da mutualidade nas décadas anteriores, o cooperativismo ainda não possuía um arcabouço próprio.

As reuniões que se seguiram à derrota na greve foram, em um primeiro momento, secretas. Holyoake (1933) narra que os trabalhadores debatiam entre si qual caminho tomar tendo como base diferentes ideais:

- Os **cartistas** defendiam a luta pelo sufrágio universal como única saída – com o voto, eles argumentavam, o povo elegeria governantes solidários com os trabalhadores. A denominação deriva da Carta do Povo, escrita por William Lovett. O texto defende sufrágio universal masculino, voto secreto, fim da exigência de propriedade para exercer atividade parlamentar e pagamento de salários aos representantes.

- Já os **owenistas**, inspirados nas ideias de Robert Owen, propunham uma alternativa mais imediata: que os próprios operários se unissem em ação conjunta, sem esperar pela reforma política.
- Os **teetotallers (abstêmios)**, por sua vez, argumentavam que a melhor saída era a abstenção absoluta de bebidas alcoólicas, destinando os salários inteiramente ao bem-estar da família.

Armazém da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, autor desconhecido. Fonte: East of England Coop



PARA ETERNIZAR: OS 28 PIONEIROS DE ROCHDALE

O grupo que deu origem à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale era heterogêneo em suas convicções, mas compartilhava de um mesmo perfil social – trabalhadores da indústria têxtil – e, consequentemente, tinha desafios em comum. **Os 28 fundadores foram:**

Benjamin Jordan, Benjamin Rudman, Charles Howarth, David Brooks, George Healey, James Bamford, James Daly, James Maden, James Manock, James Smithies,

James Standring, James Tweedale, James Wilkinson, John Bent, John Collier, John Garside, John Hill, John Holt, John Kershaw, John Scowcroft, Joseph Smith, Miles Ashworth, Robert Taylor, Samuel Ashworth, Samuel Tweedale, William Cooper, William Mallalieu e William Taylor.

Miles Ashworth era o presidente; Charles Howarth e James Daly, secretários; John Holt, tesoureiro (Holyoake, 1933).

O argumento owenista prevaleceu e a decisão foi lançar as bases de um armazém cooperativo de consumo.

O capital inicial e o primeiro estoque

A maior dificuldade de qualquer movimento operário, registrou Holyoake (1933), é a obtenção dos meios de ação. Para os fundadores da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, isso significava resolver um problema concreto e imediato: como acumular capital em um grupo de pessoas sem boas condições financeiras? No início, a solução foi uma poupança coletiva em que cada cooperado economizava dois *pence* por semana – *pence* é o plural de *penny*, a menor unidade monetária da libra esterlina, correspondendo à centésima parte da libra.



Loja de Toad Lane, em 1920, autor desconhecido. Fonte: Chorley Historical and Archeological Society

O BECO DO SAPO

Com as 28 libras em mãos, os Pioneiros alugaram o térreo de uma casa comercial na ruela *Toad Lane* – o Beco do Sapo, em tradução livre – por 10 libras esterlinas ao ano. O dinheiro restante serviu para adquirir o estoque inaugural: quantidades mínimas de manteiga, açúcar, farinha de trigo, farinha de aveia e velas de sebo. **Em 21 de dezembro de 1844, o armazém abriu as portas** (Holyoake, 1933).

Diante de uma crise industrial e corrosão dos salários, juntar esse valor era um tanto desafiador. A arrecadação não era automática. Com os cooperados espalhados pelos arredores de Rochdale, a cidade foi dividida em três distritos e três voluntários foram designados para visitar os colegas, todo domingo, em seus domicílios. O cobrador responsável por quarenta contribuintes precisava caminhar cerca de 32 km por semana. Com o tempo, a meta de arrecadação cresceu para três *pence*. **Depois de um ano o capital acumulado chegou à soma de 28 libras esterlinas – eis o capital inicial da cooperativa.**

O estatuto imortalizado

Mas se, como vimos, outras iniciativas cooperativistas já haviam acontecido – a Cooperativa dos Tecelões de Fenwick, por exemplo –, por que Rochdale é considerada o berço do cooperativismo moderno? **A resposta está em seu estatuto, que solidificou as características de um negócio cooperativo e estabeleceu diversos princípios e valores que seguem moldando e guiando o movimento cooperativista até hoje.**

O texto, redigido por Charles Howarth e James Daly, consolidou um conjunto de regras de gestão que atravessou fronteiras e décadas. O documento elenca os princípios originais dos Pioneiros de Rochdale que são os precursores dos atuais princípios do cooperativismo:

1. Livre adesão e livre retiro;
2. Controle democrático;
3. Neutralidade política, racial e religiosa;
4. Vendas à vista, em dinheiro;
5. Devolução de excedentes;
6. Interesse limitado sobre o capital;
7. Educação contínua.

Vamos nos aprofundar sobre os valores e princípios do cooperativismo estabelecidos a partir de Rochdale e sua evolução até os dias atuais no capítulo 3 deste livro.

Uma história com legado

O crescimento da Sociedade dos Probos Pioneiros foi rápido e consistente desde os primeiros anos. No final de 1845, a cooperativa já

reunia 80 cooperados e somava 201 libras em capital. Em 1847, eram 110 sócios. Em 1857, chegou a 1850. Nesse ritmo, o armazém de *Toad Lane* foi diversificando sua oferta de produtos e a cooperativa passou a fornecer chá, tabaco e carnes.

A demanda crescente forçou a abertura de filiais pelos bairros de Rochdale. Em 1859, a entidade operava seis filiais e buscava instalações maiores. Em 1867, o novo armazém central, erguido na esquina de *Toad Lane* com a *Mary's Gate*, tinha capacidade para 1.400 pessoas sentadas no salão de reuniões do último andar.

A prova definitiva de que o modelo funcionava veio com a crise. Em 1861, a Guerra Civil Americana interrompeu o fornecimento de algodão ao norte da Inglaterra, ameaçando fechar as fábricas de Lancashire e deixar centenas de milhares de famílias sem renda. Mesmo diante de tamanha adversidade, a cooperativa resistiu e inclusive seguiu uma trajetória de crescimento tanto no número de cooperados quanto em vendas e capital. Mais importante, as sociedades manufatureiras cooperativas mantiveram os salários sem qualquer redução em meio à onda de falências no setor fabril (Holyoake, 1933). Além de sobreviver à tempestade na qual muitos previam a sua ruína, a Sociedade atuou

A PARTICIPAÇÃO FEMININA

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale também promoveu uma revolução silenciosa na participação feminina. **Em 1846, a tecelã Eliza Brierley tornou-se a primeira mulher a se associar formalmente à cooperativa ao pagar a taxa de 1 libra, mesmo tendo apenas 18 anos** (Stein; Godarth; Ferraça, 2019).



Dentro do contexto histórico, em que os bens das mulheres eram legalmente controlados por seus maridos, a associação de Eliza Brierley representou um ato de vanguarda para a participação econômica e autonomia feminina, além da comprovação do princípio de adesão aberta na Sociedade dos Pioneiros de Rochdale.

O VALOR DA EDUCAÇÃO

A educação foi um dos pilares fundamentais da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, sendo considerada essencial para o desenvolvimento intelectual e moral dos seus membros.

Em 1854, a cooperativa estabeleceu em estatuto a regra de que 2,5% das sobras líquidas deveriam ser destinadas a um fundo exclusivo e distinto para o aperfeiçoamento intelectual dos membros. Esse fundo era gerido por um comitê especial e garantia os recursos para o pagamento de professores, compra de livros e manutenção das instalações. Dentre os projetos de destaque relatados por Holyoake (1933) estão:

- O **acervo bibliográfico**, que começou com livros doados pelos membros, chegou a computar cerca de 12 mil volumes em 1876. Além disso, revistas e jornais de diferentes movimentos intelectuais e políticos eram disponibilizados nas salas de leitura.
- A cooperativa também investiu no **ensino para diferentes faixas etárias**. Em 1850, inaugurou uma escola

para crianças, cobrando uma mensalidade simbólica. Cinco anos depois, abriu uma sala destinada à instrução mútua de jovens e adultos entre 14 e 40 anos.

- A partir de 1873, a Sociedade estabeleceu um vínculo com o Departamento de Artes e Ciências de South Kensington, em Londres, o que lhe permitiu oferecer **aulas técnicas e científicas** ministradas por professores qualificados em disciplinas como matemática, fisiologia, botânica, eletricidade, química, magnetismo, geometria e língua francesa.
- A ciência não era só assunto para os livros. A cooperativa possuía **equipamentos científicos** como microscópios, telescópios, baterias magnéticas, estereoscópios e atlas, que podiam ser utilizados nas instalações ou levados para casa mediante o pagamento de uma pequena taxa.

Com essas iniciativas, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale estabeleceu a educação como um dos principais valores do cooperativismo.

como um verdadeiro porto seguro, destinando fundos para socorrer operários desempregados que sequer eram filiados a ela. **O episódio consagrou o cooperativismo como uma ferramenta econômica prática, resiliente e de solidariedade real**, provando que o modelo ia muito além de uma simples construção teórica.

Ampliando as atividades

Ainda antes da grande crise, em 1850, os Pioneiros ajudaram a fundar a *Rochdale District Corn Mill Society* (Sociedade do Moinho de Cereais do Distrito de Rochdale, em tradução livre), e em 1854 surgiu a *Rochdale Co-operative Manufacturing Society* (Sociedade Cooperativa de Manufatura de Rochdale, em tradução livre), que instalou 96 teares mecânicos em uma fábrica de tecidos – uma cooperativa industrial nascida de uma cooperativa de consumo, com os lucros divididos entre capital e trabalhadores na proporção dos salários.



O experimento de valorização do trabalho durou até 1862. Como a subscrição de ações para a instalação da fábrica havia sido aberta a toda a cidade, muitas cotas foram adquiridas por pessoas alheias ou até contrárias aos ideais cooperativistas. Ao alcançarem maioria nas votações, esses acionistas capitalistas assumiram o controle, aboliram o repasse aos operários e transformaram a *Co-operative Manufacturing Society* em uma empresa mercantil tradicional, que viria a falir poucos anos depois.

Ilustração de armazém da Co-operative Wholesale Society (CWS), em Manchester, Inglaterra. Fonte: Wikimedia Commons.

Além do moinho e da fábrica, os Pioneiros criaram uma sociedade de previdência para cobrir despesas de saúde e funerais, uma cooperativa de construção civil para financiar casas aos sócios e, em 1867, uma cooperativa de seguros.

Desafios, crescimento e atuação no atacado

O desafio do atacado foi o mais complexo. À medida que a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale crescia e outras cooperativas surgiam pela Inglaterra, tornou-se necessário centralizar as compras em escala. A tentativa de criar uma central de compras instituída em 1853 operou com dificuldades e acabou abandonada no final daquela década, pois

CLÁSSICO COOPERATIVISTA

A obra clássica “Os 28 Tecelões de Rochdale”, escrita por G. J. Holyoake, está disponível em domínio público na tradução de Archimedes Taborda em edição da Livraria Francisco Alves, publicada em 1933. Confira no QR Code!



ainda havia poucas cooperativas para sustentar a operação de forma viável.

Dez anos depois, com 500 armazéns cooperativos no Reino Unido, o contexto era outro. Em 1863, liderado por Abraham Greenwood, de Rochdale, foi criada a *Co-operative Wholesale Society* (CWS, a Sociedade Cooperativa Atacadista), que se tornaria uma potência econômica e apoiaria a expansão acelerada do cooperativismo nas décadas seguintes. A partir disso, as cooperativas de consumo se multiplicaram por toda a Inglaterra e inspiraram iniciativas em outros continentes.

Após a virada do século, o contexto comercial britânico começou a mudar devido à ascensão das redes de supermercados. A cooperativa original foi gradualmente integrada à estrutura da CWS, que evoluiu para o atual *Co-operative Group*, conglomerado com sede em Manchester que mantém vivos os negócios e os princípios herdados de *Toad Lane*. O espaço segue preservado como um museu e recebe visitantes de todo o mundo.

A avanços legais pós-Rochdale

Paralelamente ao crescimento da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, a legislação foi se modernizando perante o modelo de negócio cooperativista. O grande marco veio em 1852 com o *Industrial and Provident Societies Act*, (IPSA 1852; Lei das Sociedades Industriais e de Previdência, em tradução livre), que finalmente ofereceu às cooperativas um arcabouço jurídico próprio e distinto das sociedades de socorro mútuo.

Reformado em 1862 e 1867, esse corpo legal lançou bases duradouras para o modelo cooperativo britânico que se manteve praticamente inalterado até 2014, quando a promulgação do *Co-operative and Community Benefit Societies Act* (Lei das Sociedades Cooperativas e de Benefício Comunitário) consolidou a legislação anterior e substituiu a forma jurídica instituída pelo IPSA por duas novas formas legais. Ainda naquele período de expansão no século XIX, outros países, como a Alemanha, também começaram a reconhecer consistentemente o cooperativismo como um modelo próprio.

DIVERSIFICAÇÃO E DIFUSÃO DO COOPERATIVISMO

Rochdale é um marco que posiciona o modelo cooperativista como uma alternativa competitiva, sólida e viável. Se o ponto de partida foi o cooperativismo de consumo no Reino Unido, a expansão geográfica para a Europa Continental proporcionou uma diversificação nas áreas de atuação que aplicaram uma abordagem cooperativista.

Na prática, o que aconteceu é que o modelo de negócio cooperativista se mostrou uma solução para lidar com diversos desafios enfrentados pelo contexto econômico, atravessando o Canal da Mancha (braço do Oceano Atlântico que separa o sul da Inglaterra do norte da França), atendendo necessidades específicas de outras regiões. Foi assim que surgiu o cooperativismo de crédito, por exemplo, na Alemanha. Além disso, o cooperativismo amadureceu institucionalmente com a fundação da Aliança Cooperativa Internacional e ganhou o mundo. É isso que vamos conhecer e entender daqui pra frente.



As cooperativas de crédito

O sucesso de Rochdale demonstrou que o cooperativismo poderia ir muito além de uma experiência localizada, inspirando novas configurações conforme encontrava diferentes contextos sociais e econômicos pelo mundo. Na região da atual Alemanha, por exemplo, onde o modelo ganhou contornos próprios, o declínio do sistema feudal a partir de 1770 havia desencadeado um processo longo e doloroso de transformação social. Sem a proteção das estruturas senhoriais e sem acesso aos mercados financeiros formais, camponeses e artesãos ficaram expostos a empréstimos a juros abusivos praticados por agiotas. Epidemias, fome e revoltas marcaram as primeiras décadas do século XIX – e o Estado prussiano, que vivia um período de reformas políticas, não oferecia respostas à altura do sofrimento das camadas mais pobres da população.

Esse foi o contexto enfrentado por duas figuras centrais para dar vida ao cooperativismo de crédito. Cada um atacou um desafio diferente da economia prussiana à época. Por um lado, Franz Hermann Schulze-Delitzsch (1808–1883), jurista e político nascido no Reino da Saxônia, voltou sua atenção para os artesãos e pequenos comerciantes das cidades. Por outro, Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818–1888), ex-militar e prefeito de pequenas comunidades rurais da região de Neuwied, na atual Alemanha, se dedicou ao campo, atendendo aos agricultores pobres que trabalhavam a terra sem capital próprio e sem acesso a financiamento justo.

Apesar das diferenças na abordagem de ambos, houve cooperação. Os dois se corresponderam, trocaram ideias e, não raro, divergiram bastante. **Mesmo assim, as ações desses dois pioneiros foram fundamentais para que o cooperativismo de crédito ganhasse forma e se expandisse pelo mundo.**

A tensão entre o modelo liberal de Schulze-Delitzsch e o modelo comunitário de Raiffeisen contribui para o surgimento de uma das leis cooperativistas mais influentes da história. Em 27 de março de 1867, na Alemanha, foi promulgado o primeiro código cooperativo do mundo. O texto, redigido a partir de esboços do próprio Schulze-Delitzsch, foi aprovado pelo Parlamento prussiano, promovendo assim uma base legal sólida para o funcionamento e a proteção jurídica das sociedades

cooperativas, influenciando o desenvolvimento regulatório do cooperativismo financeiro ao redor do mundo.

Crédito rural: o modelo Raiffeisen

Friedrich Wilhelm Raiffeisen foi prefeito de pequenas comunidades rurais da região de Neuwied, na atual Alemanha. Cumprindo essa função, ele conviveu com agricultores locais que viviam um período de penúria entre 1846 e 1848: em meio à queda da temperatura média na Europa, a produção de grãos foi fortemente impactada, o que causou uma disparada de preços dos alimentos. Port (2025) narra que, em 1847, Raiffeisen, então prefeito de Weyerbusch, solicitou ao governo o fornecimento de grãos para plantio e farinha destinada à produção de pães. O governo concedeu o pedido, mas apenas mediante um pagamento imediato, impossível para a grande maioria da população local.

A fim de lidar com essa situação, Raiffeisen fundou a Associação para o Autoabastecimento de Pão e Frutas, que recebia doações de farinha de benfeitores abastados, produzia pão em uma cozinha comunitária e distribuía o alimento entre as famílias mais pobres. A iniciativa amenizou momentaneamente a situação, mas Raiffeisen percebeu que o modelo dependia inteiramente da generosidade de terceiros, o que era um problema. Associações sustentadas pela caridade de benfeitores não criavam autonomia; em vez disso, fomentavam uma relação de dependência. **Um novo sistema, que desse protagonismo a esses agricultores pobres, se fazia necessário.**

O crédito como necessidade

Nomeado prefeito de Flammersfeld em 1848 – cargo que ocuparia até 1852 –, Raiffeisen aprofundou sua compreensão sobre a necessidade de crédito dos agricultores e artesãos. Com o respaldo da classe abastada, ele fundou em 1848 uma associação para auxiliar os pequenos produtores na compra de animais. Dessa forma, eles deixaram de depender de negociantes que forneciam gado de baixa qualidade por valores superfaturados, atrelados a prazos curtos e juros abusivos. Era a Associação de Ajuda aos Agricultores Necessitados de Flammersfeld, que logo se tornou uma sociedade de crédito que emprestava dinheiro com taxas reduzidas para comprar gados e insumos (Port, 2025).

UMA DESCOBERTA HISTÓRICA E O PIONEIRISMO ESLOVACO

Embora a Alemanha seja tradicionalmente consagrada como a grande difusora do cooperativismo de crédito, **uma descoberta histórica resgatada nas últimas décadas revelou uma experiência anterior aos modelos alemães**. Em 9 de fevereiro de 1845 – poucos meses após a fundação da cooperativa de consumo de Rochdale, na Inglaterra –, o professor Samuel Jurkovič liderou a fundação da *Gazdovský Spolok* (Sociedade Agrícola) na pequena cidade de Sobotište, na atual Eslováquia.

Formada por camponeses locais, a associação tinha o objetivo inovador de captar poupanças semanais dos cooperados e oferecer empréstimos solidários a juros baixos (6% ao ano) para livrar a comunidade dos agiotas. **A iniciativa antecipou em quase vinte anos os fundamentos do crédito cooperativo desenvolvidos por Raiffeisen e Schulze-Delitzsch**. Embora a instabilidade política na Europa tenha forçado a dissolução amigável da organização eslovaca poucos anos depois, em 1851, historiadores contemporâneos a reconhecem hoje como o primeiro protótipo de cooperativa de crédito do mundo (Trespach, 2026).

Port entende que valores que viriam a caracterizar o cooperativismo de crédito já estavam presentes na entidade, como a responsabilidade ilimitada para membros, diretores voluntários, limitação geográfica e destinação de sobras para um fundo de reserva indivisível. Seguindo sua carreira de gestor público em várias regiões, Raiffeisen construiu instituições de solidariedade e caridade. Todas as experiências acumuladas foram valiosas para a construção do modelo Raiffeisen de cooperativismo de crédito.

Da caridade para a autoajuda

Os projetos de Raiffeisen se reformularam a partir do contato dele com Schulze-Delitzsch, com quem se correspondeu. Raiffeisen defendeu por algum tempo que as associações de crédito deveriam se basear no dever cristão e no amor ao próximo. Mas a experiência prática e a troca de ideias com o colega o fizeram perceber que a autogestão era fundamental para a solidez de um projeto de crédito mútuo.

Com esse novo ideal como bússola, Raiffeisen reorganizou em 1864 a Associação de Caixas de Empréstimos de Heddesdorf, que se tornaria

o modelo de referência para o cooperativismo de crédito rural em todo o mundo.

As ideias que orientavam a associação eram fruto das experiências prévias somadas às novas ideias de Raiffeisen:

- **Responsabilidade compartilhada entre os membros** pelo conjunto das dívidas da cooperativa;
- **Diretoria voluntária**, sem remuneração, para reduzir os custos operacionais;
- **Delimitação geográfica restrita** da área de atuação, a fim de proporcionar uma atuação moldada para a realidade da comunidade;
- **Alocação dos excedentes** em uma reserva indivisível e revertida ao fortalecimento da própria cooperativa.

Era um sistema construído sobre a confiança comunitária, que segue sendo o principal alicerce do cooperativismo.

O crédito urbano: o modelo Schulze-Delitzsch

Franz Hermann Schulze-Delitzsch nasceu em 1808 na cidade de Delitzsch, no Reino da Saxônia. Estudou direito em Leipzig e Halle, tornando-se assessor do tribunal de justiça de Berlim aos 30 anos e deputado do Parlamento prussiano aos 40. Schulze-Delitzsch, portanto, tinha uma vivência bem diferente da de Raiffeisen e chegou ao modelo cooperativista por um outro caminho: a teoria econômica liberal.

Isso não impediu que ambos partissem de uma premissa parecida. As primeiras iniciativas de Schulze-Delitzsch, nas décadas de 1840 e 1850, se baseavam na filantropia. No entanto, ele logo percebeu os limites desse modelo assistencial. Sua formação liberal – fundada na defesa da liberdade individual, da propriedade privada e na rejeição de

O LEGADO

Raiffeisen morreu em 1888, mas o modelo que desenvolveu atravessou fronteiras com notável velocidade. Na Holanda, deu origem ao Rabobank, que se tornou uma gigante internacional do cooperativismo financeiro (Meinen; Port, 2014). Em 1972, a fusão das duas principais federações cooperativas alemãs originou a Confederação Alemã das Cooperativas e Associações Raiffeisen, que representa até hoje os interesses das cooperativas alemãs na União Europeia e internacionalmente. O modelo Raiffeisen também influenciou a história do cooperativismo financeiro no Brasil e nós conheceremos mais sobre ela no capítulo seguinte.

modelos puramente assistenciais – o levou a uma conclusão distinta: era preciso abandonar a dependência de doadores e benfeitores.

Eles não conseguiam crédito a juros razoáveis porque, na avaliação das instituições financeiras tradicionais, eram pobres demais. Por outro lado, não eram considerados tão pobres assim para receberem recursos de caridade. A saída estava em criar instituições próprias que operassem com lógica financeira sólida, mas cujo capital e gestão pertencessem aos próprios cooperados.

Esse modelo deu origem aos chamados ‘bancos populares’ (conhecidos na Alemanha como *Volksbanken*), instituições desenhadas para atender artesãos e pequenos comerciantes da cidade, ou seja, trabalhadores que já operavam em uma economia de mercado e precisavam de acesso a crédito para comprar matéria-prima, expandir oficinas e enfrentar a concorrência crescente da produção industrial. O modelo rejeitava explicitamente a dependência de doadores e benfeitores: esses bancos populares, que estruturalmente operavam como cooperativas de crédito urbano, deveriam ser autossuficientes, financiados pelas contribuições dos próprios membros e orientados pela lógica da ajuda mútua entre iguais.

Um modelo com influência

A partir de um esboço desenvolvido por Schulze-Delitzsch em 1866, a Alemanha instituiu a legislação inovadora promulgada em 1867 – o Ato das Cooperativas. Com isso, as cooperativas não precisavam mais recorrer a enquadramentos jurídicos improvisados ou se apoiar em normas de liberdade de associação, leis voltadas a instituições de caridade e beneficência ou nos próprios códigos comerciais.

No mesmo ano, França e Portugal também promulgaram legislações que reconheciam as cooperativas: na França, o reconhecimento veio indiretamente através da *Loi sur les Sociétés* (Lei das Sociedades); já em Portugal, a Lei Basilar das Cooperativas conferiu autonomia formal a essas organizações. **As ideias e a lei de autoria de Schulze-Delitzsch atravessaram as fronteiras alemãs e logo se difundiram pela Europa e pelo mundo, servindo de inspiração até em outros continentes.**

As características dos modelos Raiffeisen e Schulze-Delitzsch

CARACTERÍSTICA	RAIFFEISEN	SCHULZE-DELITZSCH
Público-alvo	Agricultores e camponeses pobres	Artesãos e pequenos comerciantes urbanos
Base filosófica	Solidariedade comunitária e dever moral cristão	Liberalismo econômico e autonomia individual
Escala de atuação	Local, com delimitação geográfica estrita	Urbana, com cooperativas de maior porte
Responsabilidade	Coletiva e ilimitada entre os membros	Limitada ao capital subscrito por cada sócio
Modelo de gestão	Diretoria voluntária, sem remuneração	Gestão profissionalizada, admitida remuneração
Destino dos excedentes	Reserva indivisível (não distribuída aos sócios)	Distribuição proporcional entre os cooperados
Modelo de confiança	Conhecimento pessoal entre os membros como garantia	Conhecimento pessoal entre os membros como garantia

Chegada à França e à Itália

O cooperativismo alcançou a França por um caminho distinto daquele seguido na Inglaterra e na Alemanha. **Enquanto na Inglaterra se consolidava o modelo a partir das cooperativas de consumo e na Alemanha as cooperativas de crédito se destacavam, na França, desde a primeira metade do século XIX, a questão central que mobilizava operários e pensadores sociais era o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção.** A tradição francesa tinha raízes profundas no socialismo associacionista: pensadores como Philippe Buchez (1796–1865) e Louis Blanc (1811–1882) defendiam as chamadas oficinas sociais, cooperativas de produção em que os próprios trabalhadores seriam donos da empresa e dividiriam os resultados de forma equitativa.

Para Buchez, médico e político moldado pelo catolicismo social, a transformação pacífica da sociedade passava pela criação de associações geridas pelos próprios trabalhadores. Para Blanc, embora a gestão também devesse ser operária, era o Estado quem deveria financiar e organizar inicialmente essas oficinas. Essa dependência estatal o

distanciava dos princípios rochdaleanos de autonomia e independência, que defendiam a autogestão dos trabalhadores sem tutela pública.

A Escola de Nîmes e a doutrina cooperativista

Foi somente na década de 1880 que o cooperativismo francês ganhou um arcabouço intelectual coeso, com a consolidação da chamada Escola de Nîmes. Seu principal nome era Charles Gide (1847–1932), economista protestante nascido em Uzès, professor no *Collège de France* e na *Université de Bordeaux*, que colaborou com Édouard de Boyve (1840–1923) e Auguste Marie Fabre (1839–1922) na construção de uma corrente cooperativista marcada por forte influência dos valores cristãos e por uma ética solidária que recusava tanto o capitalismo liberal quanto o coletivismo estatal.

Em 1884, Gide rompeu com a economia política clássica e, no ano seguinte, abriu o 11º Congresso Cooperativo, realizado em Lyon, lançando o programa que orientaria sua obra pelo resto da vida. Seu ponto de partida consistia em uma visão pragmática:

- Em uma **primeira etapa**, as cooperativas de consumo seriam articuladas em rede para eliminar o lucro dos intermediários.
- Já em uma **segunda etapa**, recursos acumulados financiariam cooperativas de produção industrial.
- Na **terceira etapa**, por fim, a produção agrícola seria organizada em forma de cooperativa.

O horizonte final era o que Gide chamou de “República Cooperativa”. **O conceito consiste em uma sociedade em que o consumidor seria também produtor, o operário seria também patrão.** Gide (2001) argumenta que o país que primeiro conseguir resolver a questão social será o primeiro que obtiver o mais alto nível no caminho da cooperação.

O reconhecimento legal das cooperativas na França ocorreu a partir de 1867. A Lei das Sociedades passou a reconhecer indiretamente a existência das sociedades cooperativas, influenciada, em parte, pela presença já consolidada das *fruitières*, que conhecemos previamente. No entanto, o texto não criou um enquadramento jurídico próprio para

as cooperativas. Essa conquista do movimento cooperativista francês só aconteceria em 1884 com a promulgação da Lei Waldeck-Rousseau, que autorizou a formação de associações profissionais e abriu caminho para o desenvolvimento de normas específicas para o setor.

Mazzini e a emancipação pelo trabalho

Na Itália, o cooperativismo chegou embalado pelo movimento pela unificação nacional – o *Risorgimento* – e pela figura de Giuseppe Mazzini (1805–1872), político, filósofo e revolucionário que exerceu influência decisiva no pensamento cooperativista do país. Para Mazzini, a associação operária era o caminho para superar a condição histórica de escravidão e assalariamento.

Mazzini defendia a ideia de que os trabalhadores deveriam se tornar produtores livres e irmãos na associação, com os frutos do trabalho divididos proporcionalmente ao esforço de cada um, e os meios de produção nas mãos dos próprios trabalhadores. Sua visão deu origem à chamada Escola Mazziniana de Cooperativismo, que buscava conciliar gestão democrática, eficiência econômica e distribuição justa dos recursos.

Luzzatti e os bancos populares

Paralelamente, também surgiu um modelo de cooperativismo de crédito à moda italiana a partir da iniciativa de Luigi Luzzatti (1841–1927). Luzzatti estudou em Berlim, onde conheceu Schulze-Delitzsch, com quem aprendeu sobre o funcionamento dos bancos populares alemães. Em 1863, publicou “A difusão do crédito e o Banco Popular”, adaptando o modelo urbano alemão à realidade italiana. Os primeiros Bancos Populares italianos foram fundados por Luzzatti a partir de 1864.

O reconhecimento legal das cooperativas na Itália chegou com o Código Comercial de 1882 definindo-as como um subtipo das sociedades comerciais já existentes. Quatro anos depois, em 1886, foi fundada em Milão a *Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue* (Liga Nacional das Cooperativas e Mútuas), a mais antiga federação cooperativa italiana e uma das entidades fundadoras da Aliança Cooperativa Internacional.

Fundação da Aliança Cooperativa Internacional

Como vimos, o movimento cooperativista já estava se consolidando e se desenvolvendo em diferentes países, ainda que cada local tenha proporcionado características particulares. Era hora de levar a cooperação para o próximo estágio, unificando ideias e protegendo a essência do modelo cooperativo.

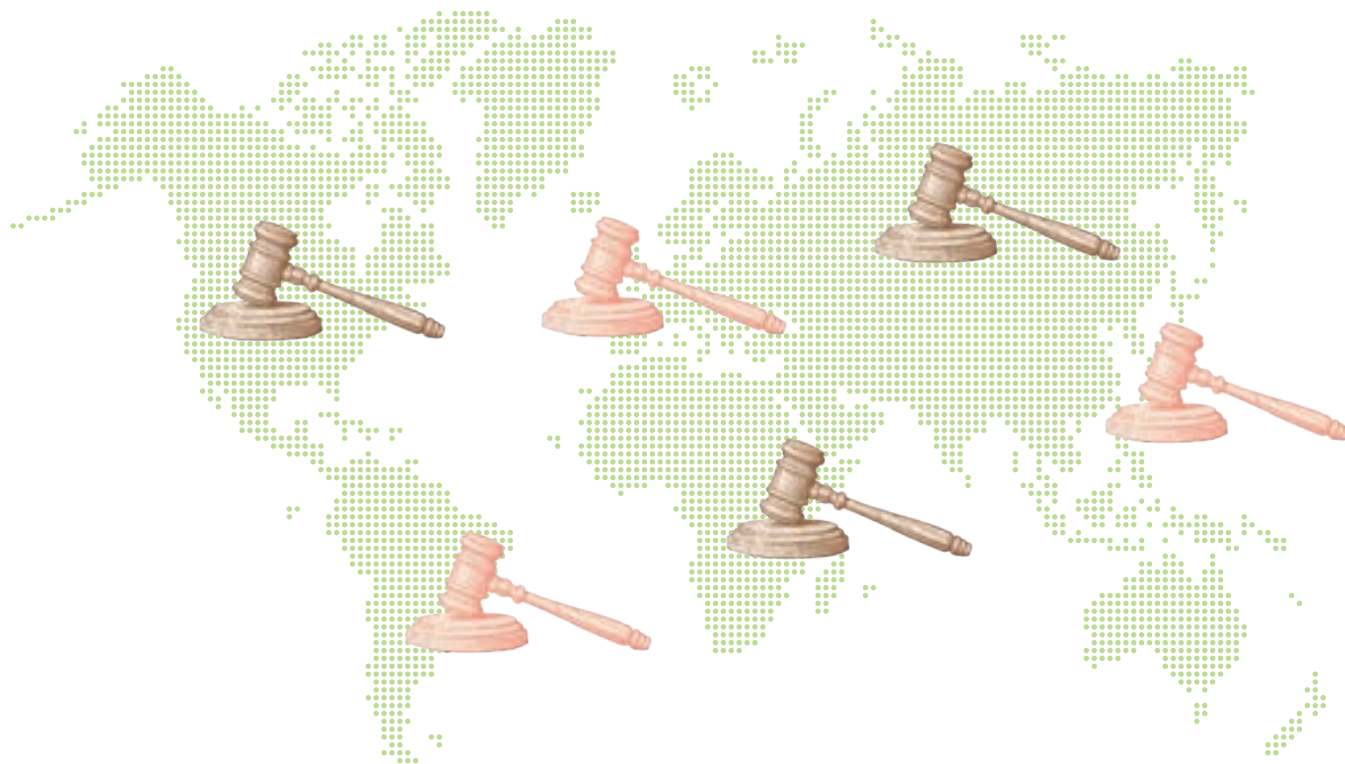
No ano de 1895, em Londres, no Reino Unido, ocorreu o I Congresso Cooperativo Mundial, onde aconteceu a fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). O encontro contou com delegações de diversos países, apontando uma expansão para além do continente europeu. Dentre as nações representadas estavam Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda e Índia. Na ocasião, portanto, nasceu a primeira organização internacional dedicada a articular, representar e fortalecer o movimento cooperativista em escala global. No ano seguinte, o segundo congresso aconteceu em Paris, na França.

Em defesa da doutrina

Tendo como meta fornecer informações, desenvolver a intercooperação comercial e, principalmente, atuar como a guardiã oficial dos princípios cooperativistas, a ACI assumiu o legado dos Probos Pioneiros de Rochdale como a base de sustentação do cooperativismo, mas sem



II Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em Paris (1896), autor desconhecido. Fonte: ACI.



anacronismos. Mayo (2017) ressalta que **a força desse compromisso com a independência e a neutralidade política fez da ACI uma das únicas organizações internacionais a sobreviver a ambas as Guerras Mundiais.**

Ao longo do século XX, os princípios cooperativistas herdados de Rochdale passaram por revisões importantes em 1937 e 1966 para se adaptarem aos novos desafios de mercado e à entrada de países de diferentes realidades no sistema.

A atual versão dos princípios do cooperativismo – que conheceremos a fundo no capítulo 3 – é de 1995, ano em que para celebrar o centenário da fundação da ACI, milhares de líderes do mundo todo reuniram-se em Manchester, na Inglaterra, e estabeleceram a atual Declaração sobre a Identidade Cooperativa, responsável por estabelecer os princípios e valores do cooperativismo.

DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO

Em 1923, a ACI instituiu o Dia Internacional do Cooperativismo no primeiro sábado de julho.

Em 1992, a data também entrou no calendário da Organização das Nações Unidas (ONU). O propósito da celebração é proporcionar visibilidade ao trabalho das cooperativas e incentivar a mobilização, reforçando o caráter transformador do movimento.

EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO PELOS CONTINENTES

A criação da Aliança Cooperativa Internacional foi, ao mesmo tempo, sinal de que o cooperativismo já estava se expandindo ao redor do mundo todo e um catalisador que acelerou o desenvolvimento do modelo cooperativista ao redor do planeta. A presença de Argentina e Austrália já na primeira reunião, por exemplo, mostrou que as ideias já estavam se difundindo com certa rapidez e maturidade.

Cooperativas nas Américas

A doutrina cooperativista propriamente dita, entendida como o conjunto sistematizado de ideias, valores e princípios consolidado na Europa a partir de Rochdale, em 1844, difundiu-se pelo continente sobretudo a partir do fim do século XIX, conduzida por lideranças que haviam tido contato direto com as cooperativas europeias (Schneider, 2019; Namorado, 2007).

Essas ideias encontraram um terreno fértil de vida comunitária e ajuda mútua já cultivado pelas primeiras colônias e ganharam força organizada quando essa vocação local foi estruturada a partir de modelos europeus importados, notadamente o sistema alemão de crédito rural. Em ambos os casos, o modelo demonstrou ser capaz de se adaptar a realidades distintas sem perder sua essência.

América do Norte: pioneirismo mutualista e legislação fragmentada

Nos Estados Unidos, a tradição de cooperação organizada já existia em 1752, quando Benjamin Franklin fundou a anteriormente citada *Philadelphia Contributionship for the Insurance of Houses from Loss by Fire* (Associação de Filadélfia para o Seguro de Imóveis contra Perdas por Incêndio, em tradução livre), uma das primeiras formas de associação de seguro mútuo do mundo, modelada a partir de experiências inglesas e considerada precursora direta das práticas cooperativistas de seguros. A organização, a propósito, ainda existe.

No século seguinte, a influência de Rochdale cruzaria o Oceano Atlântico rapidamente. Em 1862, a *Union Cooperative Association No. 1* (Associação Cooperativa Sindical N° 1), da Filadélfia, foi fundada com base nos estatutos obtidos diretamente da cooperativa inglesa. Nas décadas seguintes, o modelo se espalhou pelo movimento agrário com centenas de cooperativas criadas pelos agricultores ao longo dos anos 1870 (Pitman, 2018).

Por muito tempo, contudo, o movimento se organizava apenas em âmbito regional, sem uma unidade nacional. Isso se dava pela configuração federativa do país, onde a legislação cooperativa era – e continua sendo – estadual e extremamente fragmentada, sem um corpo normativo federal unificado. Diante desse cenário desafiador, a fundação de uma entidade representativa nacional em 1916 tornou-se um marco singular: a *Cooperative League of America* (Liga Cooperativa da América), que mudou de nome em 1985 para a atual *National Cooperative Business Association* (Associação Nacional de Negócios Cooperativos). Embora não tenha unificado a legislação do país, a instituição conseguiu dar unidade política e representação ao movimento norte-americano em escala nacional.

América Latina: raízes europeias e formalização precoce

Na América Latina, a incorporação legal do cooperativismo foi, em alguns países, surpreendentemente precoce. Em 1889, ano em que, como vimos, a Alemanha promulgava sua legislação que finalmente regulamentou plenamente as cooperativas, tanto a Argentina quanto o México formalizaram a presença do cooperativismo em seus ordenamentos jurídicos. Os dois países registravam, à época, presença ativa de comunidades de imigrantes europeus que já organizavam iniciativas cooperativistas.

- No **México**, o terceiro Código de Comércio, que entrou em vigor em 1890, as reconheceu formalmente como uma forma de sociedade mercantil.
- Na **Argentina**, uma emenda ao Código Comercial de 1862 foi a primeira incorporação legal das cooperativas no país.

A Argentina avançou com mais consistência nas décadas seguintes. Em 1926, a Lei 11.388 estabeleceu diretrizes formais para a criação

ARTICULAÇÃO REGIONAL

Em 1963, o cooperativismo das Américas ganhou sua própria organização continental: a Organização das Cooperativas da América (OCA), fundada em Montevideu, Uruguai, integrando iniciativas cooperativas de 22 países com foco em educação e articulação regional. Em 1990, a Aliança Cooperativa Internacional criou seu escritório regional para as Américas, a ACI-Américas, atualmente situado em San José, na Costa Rica. As duas entidades coexistiram no decorrer dos anos 90. A OCA perdeu gradualmente força nesse período, passando por um processo de esvaziamento institucional até encerrar as atividades, enquanto a ACI-Américas se consolidou como representante do movimento no continente.

de cooperativas, instituiu o registro obrigatório no Ministério da Agricultura, autorizou a formação de federações e confederações e permitiu a atuação em todos os setores da economia. Em 1962, nasceu a *Confederación Cooperativa de la República Argentina* (Cooperar), entidade de cúpula com o propósito de promover e consolidar o movimento. O marco legal argentino foi consolidado na década seguinte pela Lei nº 20.337 de 1973, que permanece como referência até hoje.

Na Colômbia, as primeiras estruturas de representação nacional do setor surgiram na cidade de Cali, em 1960, com a fundação da *Asociación Colombiana de Cooperativas* (ASCOOP). As cooperativas foram autorizadas a operar no setor de serviços financeiros apenas em 1988.

No Brasil, o grande marco da consolidação do modelo cooperativista ocorreu no Rio Grande do Sul, em 1902, quando o padre suíço Theodor Amstad liderou a fundação da primeira cooperativa de crédito da América Latina, hoje conhecida como Sicredi Pioneira. Os detalhes dessa trajetória pioneira, bem como a evolução de todos os marcos legais e institucionais em território brasileiro, serão explorados a fundo no próximo capítulo.

Cooperativas na Ásia

O continente asiático recebeu o cooperativismo moderno por duas vias distintas, que se cruzaram no início do século XX: a adoção voluntária do modelo europeu por países em processo de modernização acelerada – caso do Japão – e a implantação do sistema a partir das estruturas administrativas do Império Britânico nas regiões sob seu domínio colonial – caso da Índia. **Em ambos os casos, houve um papel importante do campo: o crédito ao agricultor, a proteção contra agiotas e o acesso a mercados eram os problemas centrais que o modelo cooperativista encarou em um continente de economia majoritariamente rural.**

Japão: a vanguarda asiática

Poucos anos após o Congresso de Londres, o Japão promulgou a sua primeira legislação cooperativista, em 1900. A lei nipônica foi fortemente inspirada no modelo alemão e abrangia todos os tipos de cooperativas, inserindo-as sob a coordenação de um órgão de cúpula específico, a *Sangyo Kumiai Chuokai* (União Central das Cooperativas Industriais), criado para proteger agricultores e associações urbanas de pequeno e médio porte.

A legislação contemplava atividades relacionadas ao crédito, ao comércio, ao abastecimento e à produção. No período pós-Segunda Guerra, o Japão aprofundou esse arcabouço: em 1947, promulgou a legislação *Nogyo Kyodokumiai* (Lei das Associações Agrícolas), voltada às cooperativas rurais, que foi a primeira de uma série de legislações específicas por ramo. Com o passar do tempo, cada ramo recebeu sua própria regulamentação específica, resultando em um ecossistema complexo, mas sem coesão e sem uma cultura cooperativista unificada. Em 2018 foi fundada a Aliança Cooperativa do Japão, como a única associação permanente de cooperativas do país que visa impulsionar a integração e o desenvolvimento do setor.

ALIANÇA ASIÁTICA

Em 1960, em Nova Delhi, a Aliança Cooperativa Internacional criou o *International Cooperative Alliance Regional Office and Education Center* (ICA ROEC, o Escritório Regional e Centro de Educação da Aliança Cooperativa Internacional), um escritório regional destinado a reunir lideranças e fomentar o desenvolvimento de iniciativas cooperativas em toda a Ásia, além de atuar em educação e pesquisa. Em 1990, o escritório passou a ser chamado ACI-Ásia e Pacífico, reunindo hoje 108 associadas em 29 países, com um escritório adicional na Malásia.

Cooperativismo via colonização

Na região que hoje compreende Índia, Bangladesh, Paquistão e Myanmar, o cooperativismo já operava na prática desde o século XIX, mas sem amparo legal próprio. Em 1904, sob administração do Império Britânico, foi promulgada a primeira lei específica para cooperativas de crédito. As cooperativas financeiras respondiam aos problemas de financiamento para os produtores rurais. Assim como nos Estados Unidos, a legislação na região tende a ser descentralizada.

O modelo cooperativista chinês

Na China, o cooperativismo ganhou expressão em um contexto político inteiramente distinto. A Constituição promulgada em 1934 incluiu um artigo específico garantindo apoio e incentivos às iniciativas

cooperativas, num reconhecimento formal que refletia a força que o movimento havia conquistado nas décadas anteriores. No decorrer do século, o cooperativismo passou por períodos de expansão com incentivo do regime.

Cooperativas na África: das práticas ancestrais ao cooperativismo moderno

A história da cooperação na África começa antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus. Muito antes da chegada das primeiras leis e estruturas formais, o continente já praticava sistemas endógenos de solidariedade econômica que, em essência, cumpriam as mesmas funções das cooperativas modernas. Exemplos são:

- **Na África Ocidental, o *Esusu*:** uma associação rotativa de crédito com registros desde pelo menos 1794 que reunia grupos de pessoas que contribuíam periodicamente para um fundo comum e se revezavam no acesso ao total acumulado.
- **Na Etiópia, o *Idir*:** organizava comunidades em torno de despesas coletivas, especialmente funerárias, funcionando como uma forma de seguro mútuo.
- **Na África do Sul, os *Stokvels*:** operavam como redes informais de poupança e crédito entre vizinhos.

Cooperativas na África colonial

O modelo cooperativista formal foi introduzido na África pelas potências coloniais - em especial, britânicos, franceses, belgas, portugueses, alemães e espanhóis. A finalidade central, naquele momento, estava na extração eficiente de commodities agrícolas. As cooperativas serviam para agrupar agricultores, reduzir custos de coleta e garantir o controle sobre culturas de exportação como café, cacau e algodão (Develtere; Pollet; Wanyama, 2007).

Mas houve exceções a essa condição: no Egito, as primeiras cooperativas surgiram como parte da luta anticolonial no início do século XX;

em Gana, grupos cooperativos protagonizaram o chamado “bloqueio do cacau”, retendo a produção para forçar melhores preços contra o cartel de empresas europeias que controlava as exportações.

Ruína e renascimento

Os escritórios regionais da ACI foram criados na segunda metade do século XX: em 1968, o *Regional Office and Education Center Southern Africa* (ROECSA, ou Escritório Regional e Centro de Educação do Sul da África) foi inaugurado na Tanzânia, para promover o cooperativismo nas regiões leste, central e meridional do continente africano; no mesmo ano, o *Regional Office West Africa* (ROWA, o Escritório Regional da África Ocidental) foi criado na Costa do Marfim. No entanto, nas décadas seguintes, ocorreu um processo de estatização e uso político das cooperativas no continente, de forma que elas se pautavam muito mais pelos interesses governamentais do que pelos valores democráticos centrados pelos cooperados.

Ao abandonar os valores cooperativistas, o modelo ruiu. Esse processo de desintegração ocorreu de forma mais aguda no final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, quando a adoção de programas de ajustamento estrutural forçou a retirada do Estado e a rápida liberalização das economias africanas. **O fracasso desse modelo de “cooperativismo estatizado” abriu espaço para o renascimento do cooperativismo autêntico (a chamada “terceira geração” de cooperativas africanas), com o surgimento de novas organizações nascidas da base da sociedade, enraizadas nas comunidades locais e orientadas para resolver problemas concretos de seus membros.** Consolidando esse novo momento de integração, em 2004, os dois escritórios regionais africanos da ACI – ROECSA e ROWA – se fundiram para criar a *Alliance Africa* (ACI-África), com sede em Nairóbi, no Quênia, reunindo 44 instituições associadas de 22 países.

Esse reordenamento institucional acompanhou uma transformação de fundo: embora ainda seja considerado “silencioso e invisível” para boa parte dos estudiosos e autoridades, o cooperativismo africano contemporâneo tem demonstrado imensa resiliência e força. Estima-se que existam cerca de 150 mil organizações cooperativas ou de modelo similar em operação apenas nos países analisados pela Organização Internacional do Trabalho e que cerca de 7% da população africana seja hoje membro de uma cooperativa (Develtere; Pollet; Wanyama, 2007)

RUMO AO BRASIL

O cooperativismo nasceu de valores intrinsecamente humanos e de ideias que buscavam enfrentar os desafios econômicos e sociais. Chegou a um modelo organizado em Fenwick, se consolidou com valores sólidos em Rochdale e, de lá, se espalhou pela Europa e pelo Mundo. Nessa trajetória, o modelo de negócios cooperativista deu amparo aos trabalhadores na Revolução Industrial, promoveu soluções para empreendedores urbanos, contribuiu para a resiliência de produtores rurais ao redor do planeta e se tornou um movimento de destaque da economia mundial.

O Brasil também faz parte dessa jornada – e com bastante protagonismo. Iniciado nacionalmente a partir das ideias advindas da Europa, o cooperativismo brasileiro se desenvolveu por meio da integração cultural e das oportunidades econômicas específicas brasileiras. **É essa a história que vamos conhecer no próximo capítulo.**



Cooperativa de Trabalho de Artesanato Amazonense (COPAMART), Manaus/AM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARRELL, Severin. Strike Rochdale from the record books. The Co-op began in Scotland. **The Guardian**, Reino Unido, 7 ago. 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2007/aug/07/retail.uknews>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CASTILHA, Eduardo Dalcin. A evolução histórica do cooperativismo no mundo. **Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1531>. Acesso em: 12 mar. 2026.

DEVELTERE, Patrick; POLLET, Ignace; WANYAMA, Frederick. **Cooperating out of poverty: the renaissance of the African cooperative movement**. Genebra: OIT/ILO, 2007.

FAIRBAIRN, Brett. **The meaning of Rochdale: the Rochdale Pioneers and the co-operative principles**. Saskatoon: Centre for the Study of Co-operatives, University of Saskatchewan, 1994.

FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, 2013.

GIDE, Charles. **Les oeuvres complètes de Charles Gide – volume VII: coopération et économie sociale**. Paris: L'Harmattan, 2001.

HOLMÉN, Hans. **State, co-operatives and development in Africa**. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1990. (Research Report, n. 86).

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale: história dos Probos Pioneiros de Rochdale**. Tradução de Archimedes Taborda. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

LIMA, Paula Caroline de; SILVA, Paula Pires da; BAVARESCO, Paulo Ricardo. O cooperativismo ao longo da história e as perspectivas para a atualidade. **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 81-86, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/download/4509/pdf_21/16288. Acesso em: 12 mar. 2026.

MARTIN, André. **Le paradigme coopératif: une matrice philosophique dévoilant l'Homo cooperatus pour une oikonomia renouvelée**. 2016. Tese (Doutorado em Letras e Ciências Humanas) — Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université de Sherbrooke, Sherbrooke, 2016.

MAYO, Ed. A short history of co-operation and mutuality. **Co-operatives UK**, Manchester, 2017, 2017. Disponível em: <https://geo.coop/content/free-ebook-short-history-co-operation-and-mutuality>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confedbras, 2003.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo: história e horizontes**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2007.

PAULA, Eurípedes Simões de. As origens das Corporações de Ofício: as corporações em Roma. **Revista de História**, São Paulo, v. 32, n. 65, p. 3-68, 1966. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/124022. Acesso em: 12 mar. 2026.

PITMAN, Lynn. **History of co-operatives in the United States: an overview**. Madison: UW Center for Cooperatives, 2018.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Sobotište na Eslováquia é a primeira cooperativa de crédito do mundo. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 17 maio 2026. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2026/05/sobotiste-na-eslovaquia-e-a-primeira-cooperativa-de-credito-do-mundo>. Acesso em: 15 jun. 2026.

PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: uma história com propósito**. 2. ed. Brasília: Confedbras, 2025.

SCHNEIDER, José Odelso. **Identidade cooperativa: sua história e doutrina**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2019.

SCHULZE, Edgar. **Procurando por “Os 28”: a busca do original**. Porto Alegre: Scriptum Produções Culturais, 2022.

STEIN, Stela Luciani; GODARTH, Kellerman Augusto Lemes; FERRAÇA, Amanda Cristina. A fake science das mulheres na história do cooperativismo. **8º Fórum Internacional Ecoinnovar**, Santa Maria, 2019. Disponível em: <http://ecoinovar.submissao.com.br/8ecoinovar/anais/arquivos/392.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

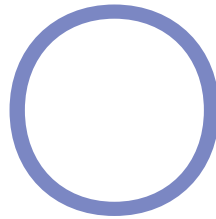
TRESPACH, Rodrigo. Eslováquia: o berço da primeira cooperativa de crédito do mundo. **MundoCoop**, 2026. Disponível em: <https://mundocoop.com.br/artigo/eslovaquia-o-berco-da-primeira-cooperativa-de-credito-do-mundo-rodrigo-trespach-e-historiador-e-pesquisador>. Acesso em: 11 maio 2026.



20



COOPERATIVISMO NO BRASIL



cooperativismo, em sua forma jurídica e institucionalizada, pode ter se consolidado na Europa do século XIX, **mas a essência da cooperação já habitava o território brasileiro muito antes disso**. Como define Schneider (2019), a cooperação é, em sua essência, uma ação social na qual dois ou mais indivíduos ou grupos atuam conjuntamente na consecução de objetivos comuns. Desse modo, trata-se de um processo amplo e intrínseco à vida em sociedade.

Para Caribé, França Filho e Rigo (2021), embora não haja uma linha direta entre os povos indígenas e a fundação do cooperativismo moderno, é preciso reconhecer que práticas coletivas de ajuda mútua e reciprocidade já eram comuns nos povos que viviam nas terras que se tornariam o Brasil. Valores fundamentais do cooperativismo, como solidariedade e a sobreposição do bem-estar coletivo frente ao interesse meramente econômico, já eram praticados por povos indígenas antes mesmo da colonização europeia. Isso não se dava como um movimento organizado, mas sim como uma lógica social em que a sobrevivência coletiva era o centro da vida – seja na habitação, na caça e no preparo das refeições.

Entre os povos originários, a solidariedade e a ajuda mútua estruturavam a caça, o cultivo da terra e a construção das aldeias segundo ações de reciprocidade e partilha que dispensavam qualquer estatuto formal. O **bem-estar da coletividade** se sobrepunha ao acúmulo individual não como regra imposta, mas como valor constitutivo da vida em



Na página à esquerda, estão retratados o Padre Amstad, cooperados da CAMTA (Pará), e colaboradores da Ailos (Santa Catarina).

comunidade. Essa herança ancestral, ainda que raramente nomeada assim, compõe o substrato mais profundo da solidariedade brasileira.

O processo refletiu as contradições de um país em transformação, marcado pela escravidão, pela concentração fundiária. Nesse cenário adverso, as formas de organização coletiva voluntárias representavam muitas vezes uma estratégia orgânica de resistência e sobrevivência contra a opressão (Caribé; França Filho; Rigo, 2021).

Neste capítulo, vamos analisar a história do cooperativismo no Brasil, desde o período colonial até o cooperativismo de hoje, passando pela chegada do cooperativismo formal da Europa, pela fundação das primeiras cooperativas no país, pela criação da legislação cooperativista nacional e pela trajetória do Sistema OCB.

Irmândades e corporações: a cooperação no contexto urbano

No Brasil colonial, a cooperação urbana ganhou vida nas corporações de ofício e nas irmandades religiosas – espaços em que negros escravizados e libertos que atuavam como mestres artesãos, músicos ou comerciantes construíram redes de proteção mútua com funções semelhantes às das cooperativas de trabalho. Essas organizações regulavam condições de trabalho, geriam fundos coletivos para custear funerais, amparar viúvas e resgatar escravizados.

Essas estruturas de solidariedade urbana provavelmente **influenciaram modalidades posteriores de associativismo e mutualismo que brotariam no Brasil ao longo do século XIX**, antecipando, de certa forma, a chegada do cooperativismo formal trazido pelos imigrantes europeus (Caribé; França Filho; Rigo, 2021).

A modernização no Brasil Império

Com a proclamação da Independência em 1822, que declarou a separação política de Portugal, de forma a deixar de ser uma colônia e tornar-se um Império independente, o Brasil deu início a um processo gradual de modernização de suas estruturas econômicas e sociais.

As antigas corporações de ofício, que durante o período colonial reuniam artesãos e trabalhadores em torno de ofícios específicos, foram paulatinamente desativadas ao serem pressionadas pela abertura dos portos ao comércio exterior, promovida com a chegada da família real em 1808, e pela concorrência das manufaturas estrangeiras. Por fim, a Constituição de 1824, influenciada por ideais liberais, proibiu oficialmente a existência das corporações, determinando textualmente em seu artigo 179, inciso xxv: “Ficam abolidas as Corporações de Offícios, seus Juizes, Escrivães e Mestres”.

No entanto, o fim das corporações não significou o fim da solidariedade organizada. Na verdade, ocorreu o contrário: no vácuo deixado por essas estruturas, novas formas de proteção coletiva começaram a surgir, agora com influência direta das ideias que fervilhavam na Europa.

COM A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA EM 1822, QUE DECLAROU A SEPARAÇÃO POLÍTICA DE PORTUGAL, DE FORMA A DEIXAR DE SER UMA COLÔNIA E TORNAR-SE UM IMPÉRIO INDEPENDENTE, O BRASIL DEU INÍCIO A UM PROCESSO GRADUAL DE MODERNIZAÇÃO DE SUAS ESTRUTURAS ECONÔMICAS E SOCIAIS.

A partir do período regencial (1831–1840), as **sociedades de assistência coletiva** floresceram em diferentes regiões do país. Elas eram associações que reuniam trabalhadores, artesãos e funcionários públicos para criar fundos coletivos de proteção contra as adversidades da vida: doenças, acidentes, morte, viuvez. Sem a cobertura de qualquer sistema público de previdência, essas organizações preencheram uma lacuna real e urgente. Seus estatutos previam, em muitos casos, o pagamento de pensões a viúvas de cooperados, auxílios a membros incapacitados para o trabalho e até fundos para cobrir despesas funerárias.

O impacto dessas redes de apoio mútuo foi suficientemente expressivo para forçar o reconhecimento do Estado. Em 1860, as sociedades de socorro mútuo passaram a ser citadas oficialmente na Coleção de Leis do Império, por meio do Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro. Trata-se, desse modo, de **um dos primeiros registros formais do governo brasileiro a esse tipo de organização coletiva**. Era ainda um reconhecimento tímido, limitado a apenas dois artigos (31 e 32) no Capítulo VIII da referida norma, longe de constituir um marco regulatório próprio, mas que sinalizava que o associativismo de base solidária havia se tornado um fenômeno social amplo demais para ser ignorado.

AS GRANDES EXPERIÊNCIAS

Enquanto as sociedades de socorro mútuo ganhavam força como redes de proteção nos centros urbanos do Império, o interior do Brasil tornava-se palco para a experimentação de ideias europeias ainda mais audaciosas.

Autorizados pelo governo, dois projetos que marcaram o período protooperativista – fase de experiências associativas e comunitárias que antecederam a formalização do modelo cooperativista – no Brasil ganharam vida: o **Falanstério do Saí**, influenciado pelas ideias de Charles Fourier, e a **Colônia Thereza Cristina**, que incorporou influências tanto de Fourier quanto de Robert Owen. Elas eram comunidades de produção baseadas na solidariedade.

O Falanstério do Saí

Em 1840, o médico homeopata francês Benoit Jules Mure desembarcou no Rio de Janeiro com um projeto ambicioso: fundar, na Península do Saí – região litorânea da então Província de Santa Catarina, próxima à atual São Francisco do Sul – **uma colônia industrial inspirada nos falanstérios**

VANGUARDA BRASILEIRA

De acordo com Palhares (2010), um dos precursores do pensamento cooperativista no Brasil foi **José da Silva Lisboa (1756–1835)**, o **Visconde de Cairu**, nomeado em 1808 como professor da primeira cadeira de economia política do país e autor das primeiras obras nacionais sobre o tema. Décadas antes da fundação dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, o professor já desenvolvia ideias que mais tarde estariam presentes na doutrina cooperativista.

Ainda que fosse liberal, Visconde de Cairu admitia ações do Estado em prol do interesse social, antecipando ideias que seriam desenvolvidas posteriormente por Charles Gide. **“Seus conceitos sobre cooperação e o associacionismo* colocam-no, indubitavelmente, como precursor do cooperativismo no Brasil”**, assegura Palhares (2010, p. 46).

*No original, o autor emprega “associacionismo”, forma então usual para o que hoje se denomina associativismo.

Desenho do projeto do Falanstério do Saí no folheto de Louise Bachelet (1842). Fonte: Jornal Sete de Março (PR), edição 102, 1890



de Charles Fourier. O empreendimento era encabeçado pela *Union Industrielle*, associação criada na França para viabilizar uma comunidade de produção coletiva, trabalho voluntário e partilha dos resultados.

Para conquistar o apoio do governo imperial, porém, Mure calibrou o discurso: em vez de enfatizar a reforma social fourierista, apresentou a D. Pedro II uma colônia capaz de industrializar o país, com engenheiros e técnicos especializados na fabricação de máquinas a vapor. A estratégia funcionou. Em 1841, o governo concedeu terras na Península do Saí e aprovou um adiantamento de 64 contos de réis para custear o transporte e a instalação dos colonos. Segundo Lins (2010), o utopismo fourierista, que poderia ter gerado resistências numa elite escravista, acabou sendo aceito pela camada dirigente como uma oportunidade de negócio.

Os primeiros colonos chegaram a São Francisco do Sul no início de 1842. A experiência começou marcada por conflitos que nunca seriam superados. Mure assinou o contrato com o Império em seu nome, omitindo a participação da *Union Industrielle*. Quando os demais líderes do projeto descobriram, houve uma ruptura imediata. Assim, uma parte dos colonos recusou os termos do contrato e, em assembleia, retirou o reconhecimento à liderança de Mure.

Formaram-se, assim, dois núcleos separados: a **Colônia do Saí**, sob o comando de Mure, e a **Colônia do Palmital**, instalada pelos dissidentes Michel Derrion e Antoine Jamain em terras próximas. Ao saberem dos conflitos, muitos colonos recém-chegados sequer se integraram ao projeto e seguiram para outros locais.

Nos primeiros meses, a Colônia do Saí registrou avanços concretos, como abertura de estradas, construção de pontes, instalação de uma

forja e obras para uma serraria movida a força hidráulica. Contudo, um problema central assolou a iniciativa: em meio às cisões e desistências, o número de colonos era insuficiente e faltavam clientes. Sem que o governo ou particulares encomendassem os produtos industriais prometidos, tornava-se inviável fabricar máquinas a vapor em local tão distante dos centros populacionais do país. Mure deixou Saí em agosto de 1843. Em 1844, o projeto foi considerado abandonado.

A Colônia do Palmital teve destino semelhante. Diante das mesmas dificuldades de isolamento e falta de recursos, restaram poucos colonos e a experiência também se desfez, culminando com a retirada de Derrion para o Rio de Janeiro nos primeiros meses de 1846. Poucos anos depois, outra colônia de inspiração europeia tentaria, em terras paranaenses, um caminho semelhante.

Colônia Thereza Cristina

Em maio de 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre fundou a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, no interior do que viria a ser a província do Paraná. A nomenclatura é uma homenagem à imperatriz, esposa de D. Pedro II, cujo apoio foi decisivo para a viabilização do projeto. Faivre reuniu 87 conterrâneos da região francesa de Jura e estabeleceu uma comunidade organizada em torno de princípios comunitários (Oliveira, 2023).

A disposição do território da colônia foi planejada em quadras regulares, com zonas comunais de pastoreio e suinocultura, e as instalações



Litografia do projeto da Vila Agrícola Thereza Cristina. Fonte: História do Brasil Nação. Vol 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 201.

O TRAÇO MAIS RADICAL DA COLÔNIA THEREZA CRISTINA ERA SUA POSIÇÃO SOBRE A ESCRAVIDÃO. EM PLENO SEGUNDO REINADO, QUANDO A MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA SUSTENTAVA A ECONOMIA AGRÍCOLA BRASILEIRA, FAIVRE PROIBIU EXPRESSAMENTE O USO DE ESCRAVIZADOS NA COLÔNIA E ESTABELECEU QUE QUALQUER PESSOA ESCRAVIZADA QUE PERMANECESSE EM SEU TERRITÓRIO POR UM ANO E UM DIA SERIA AUTOMATICAMENTE ALFORRIADA.

produtivas (moinho, serraria, olaria, alambique) distribuídas às margens do rio para uso coletivo. Inspirada primordialmente pelo socialismo utópico de Fourier, a experiência também carregava influências de Owen. Fernandes (2006), no entanto, explica que Faivre não se filiou a nenhuma corrente de forma exclusiva.

O traço mais radical da Colônia Thereza Cristina era sua posição sobre a escravidão. Em pleno Segundo Reinado, quando a mão de obra escravizada sustentava a economia agrícola brasileira, Faivre **proibiu expressamente o uso de escravizados na colônia** e estabeleceu que qualquer pessoa escravizada que permanecesse em seu território por um ano e um dia seria automaticamente alforriada. A regra valia com o

consentimento de D. Pedro II e tornava a colônia um caso singular no Brasil imperial.

O projeto foi próspero inicialmente sob o comando de Faivre, garantindo farta alimentação aos seus habitantes em um período de crise. As coisas mudaram, porém, diante das duras realidades locais agravadas pela insalubridade da mata e pelas frequentes cheias e inundações do rio Ivaí (Silva; Piori, 2017). A grande maioria dos colonos franceses abandonou o vale do Ivaí em direção a Curitiba e Ponta Grossa ainda enquanto Faivre era o líder da colônia. Os principais motivos foram a pouca familiaridade dos imigrantes com a agricultura tropical e o isolamento geográfico da região. Após a morte do fundador, em 1858, restaram apenas duas famílias francesas no assentamento, que acabou sendo ocupado por outras etnias e migrantes brasileiros. Com isso, as ideias iniciais acabaram abandonadas.

O EMERGIR DO MOVIMENTO ORGANIZADO

O termo “**cooperativa**” começou a ser utilizado para identificar instituições específicas no Brasil no final da década de 60, pelo constatado até o momento desta publicação. Nas quatro décadas seguintes, diversos exemplos se espalharam pelo país.

Um dos registros precursores dessa fase é a **Sociedade Popular Cooperativa Predial de São Paulo**, idealizada pela Loja Maçônica América em 1869. Outro caso que se destaca pelo marco inaugural no campo jurídico até o momento desta publicação pertence à capital pernambucana: o Decreto nº 5.084, promulgado em 11 de setembro de 1872, autorizou o funcionamento da **Associação Popular Cooperativa Predial**, que se dedicava à aquisição e construção de imóveis para seus membros, estruturada sob a lógica da contribuição coletiva e do benefício mútuo.

O decreto, apesar de não ter a finalidade de estabelecer um marco jurídico para definir o que seria uma cooperativa, descreve a organização como uma: “Reunião de pessoas livres sob a denominação de socios effectivos e honorarios, com o fim exclusivo de, por meio de cotizações fixas, adquirir ou construir prédios para serem opportunamente distribuídos em usufructo pelos socios effectivos” (Brasil, 1872, p. 811).

A capital do Império também registrou autorizações formais no período, a exemplo do Decreto nº 6.157, de 24 de março de 1876, que viabilizou o funcionamento da **Sociedade Cooperativa União Auxiliar do Comércio, Indústria e Lavoura**, sediada no Rio de Janeiro.

Outro exemplo notável do período é a **Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto**, fundada em Minas Gerais em 1889, às vésperas da Proclamação da República. Era uma cooperativa de consumo cujo estatuto previa, além do fornecimento de gêneros alimentícios e produtos agrícolas aos sócios, a criação de um “caixa de auxílios e socorros” voltado a prestar amparo financeiro às viúvas de cooperados ou a membros impossibilitados de trabalhar.

NESSE MESMO PERÍODO, ENQUANTO AS COOPERATIVAS DE CONSUMO DAVAM SEUS PRIMEIROS PASSOS NAS CIDADES, AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS COMEÇARAM UMA PRÓSPERA HISTÓRIA NO INTERIOR DO PAÍS.

A partir da organização mineira, outras iniciativas rapidamente surgiram pelo país. Em 1891, foi fundada na cidade de Limeira, no interior de São Paulo, a **Associação Cooperativa dos Empregados** (também registrada historicamente como Associação Cooperativa Internacional da Companhia Telefônica de Limeira), que atuava no ramo de consumo. Quatro anos depois, em 1895, nascia a **Cooperativa de Consumo de Camaragibe**, em Pernambuco. Essas experiências espalhadas revelam um movimento que crescia de forma dispersa, sem coordenação nacional nem legislação específica, mas já estabelecendo uma pegada para a formalização.

Ainda que essas primeiras experiências não seguissem estritamente a tradição estabelecida pelos pioneiros de Rochdale, sua existência

Instalações da Cooperativa Agrícola de Cotia na década de 1920. Fonte: Wikimedia Commons/ autor não identificado.



COOPERATIVISMO NIPÔNICO

Além de italianos e alemães, os japoneses também têm uma forte influência na formação do cooperativismo agropecuário brasileiro. A partir das primeiras décadas do século XX, imigrantes japoneses que chegavam ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café começaram a fundar suas próprias organizações coletivas. Assim como alemães e italianos no Sul, eles traziam uma tradição de cooperação comunitária adaptada às condições do Novo Mundo. A **Cooperativa Agrícola de Cotia**, fundada em São Paulo em 1927 por produtores de origem japonesa, tornou-se uma grande referência no continente. A cooperativa encerrou as atividades em 1994.

evidencia que o ideário cooperativista já circulava e buscava amparo institucional em solo brasileiro.

Nesse mesmo período, enquanto as cooperativas de consumo davam seus primeiros passos nas cidades, as cooperativas agropecuárias começaram uma próspera história no interior do país. A primeira registrada foi a ***Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*** (Sociedade Cooperativa das Convenções Agrícolas), fundada em 1892 na região de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Criada por imigrantes italianos que chegavam ao Brasil fugindo da pobreza e sem uma rede de apoio, a cooperativa proporcionou meios de inclusão social e econômica para esses agricultores (Denacoop, 2006).

No decorrer dos anos seguintes, novas cooperativas agropecuárias começaram a surgir, em especial nos estados do Sul. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o movimento foi impulsionado pelo “modelo alemão”, que defendia a educação cooperativista como motor da solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa de interesses comuns e uma distinção clara entre cooperativismo e economia de mercado (Denacoop, 2006).

Posteriormente, o impulso das cooperativas agropecuárias chegou também ao Sudeste. O cooperativismo agrícola em Minas Gerais, sob a gestão do então presidente estadual (cargo equivalente a governador) João Pinheiro da Silva – cujo mandato ocorreu entre 1906 e 1908 –, foi pioneiro no Brasil. Apoiado no Plano Mineiro de Incentivo, o projeto estatal visava modernizar o campo, livrar o pequeno agricultor da dependência de intermediários e proteger a cafeicultura.

O café era fundamental para a economia do estado, mas os produtores sofriam nas mãos de atravessadores que controlavam os preços. O governo criou então uma seção exclusiva para a cultura e ofereceu estímulos materiais para que os produtores se unissem. Entre os marcos dessas ações estão o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, coordenado por Pinheiro com diretrizes intervencionistas, e a promulgação da Lei Estadual nº 454 de 1907, a primeira legislação a tratar sobre o cooperativismo no estado, oferecendo isenções fiscais e premiações para a diversificação e organização rural. Essa foi a primeira vez que um governo estadual incentivou o modelo cooperativista como uma política agrícola deliberada.

O PADRE THEODOR AMSTAD E A CONSOLIDAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Na década de 1890, já havia tentativas de criar cooperativas de crédito em território brasileiro, mas a primeira experiência sólida e duradoura de cooperativismo de crédito nasceria graças à insistência de um jesuíta suíço. O padre **Theodor Amstad** chegou ao país em 1885 com o objeti-

vo de atuar como missionário junto às famílias de imigrantes que vinham às colônias do Sul. Amstad passou os anos seguintes percorrendo a vasta região montado em uma mula, atendendo capelas, visitando doentes e observando de perto as condições de vida dos colonos. **O que ele via era uma comunidade trabalhadora, mas estruturalmente vulnerável.**



Padre Theodor Amstad, pioneiro do cooperativismo de crédito no Brasil. Fonte: Senado Notícias.

Sem acesso a crédito formal, os imigrantes dependiam de intermediários e de empréstimos a juros abusivos para comprar sementes, ferramentas e insumos básicos, correndo o risco de exploração por agiotas – um cenário

muito semelhante ao enfrentado por Raiffeisen¹ na Alemanha em meados do século XIX, quando o declínio do sistema feudal e as severas crises agrícolas deixaram a população do campo à mercê da fome e da ação de agiotas.¹

Amstad participou do Segundo Congresso Católico (também registrado historicamente como o III Congresso de Agricultores), realizado na cidade de Feliz, no Rio Grande do Sul, em 1900. Em sua conferência, o suíço explicou a precária situação econômica dos colonos alemães e o problema que eles tinham para obter crédito rural.

1. Amstad conheceu de perto o ambiente cooperativista europeu antes de emigrar e teve contato com o modelo Raiffeisen sobretudo pela via literária, provavelmente pela leitura da obra que o próprio Raiffeisen publicou em 1865 sobre as caixas rurais de crédito. Ainda que os dois nunca tenham mantido contato direto, foi esse modelo que Amstad transplantou para a realidade brasileira, adaptando-o ao contexto cultural das colônias do Sul.

A partir dessas discussões, no ano de 1900, o jesuíta lançou sua iniciativa cooperativista e associativista fundando a *Bauernverein* (Associação Gaúcha de Agricultores), uma entidade interconfessional que reunia católicos e evangélicos com o propósito comum de fortalecer a agricultura familiar e a autonomia econômica local. Meinen e Port (2014, p. 106) registram que na Conferência da Associação dos Agricultores na cidade gaúcha de Feliz, Amstad declarou:

“Se uma grande pedra se atravessa no caminho e vinte pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as vinte pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de uma delas, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos.”

Afastando a pedra

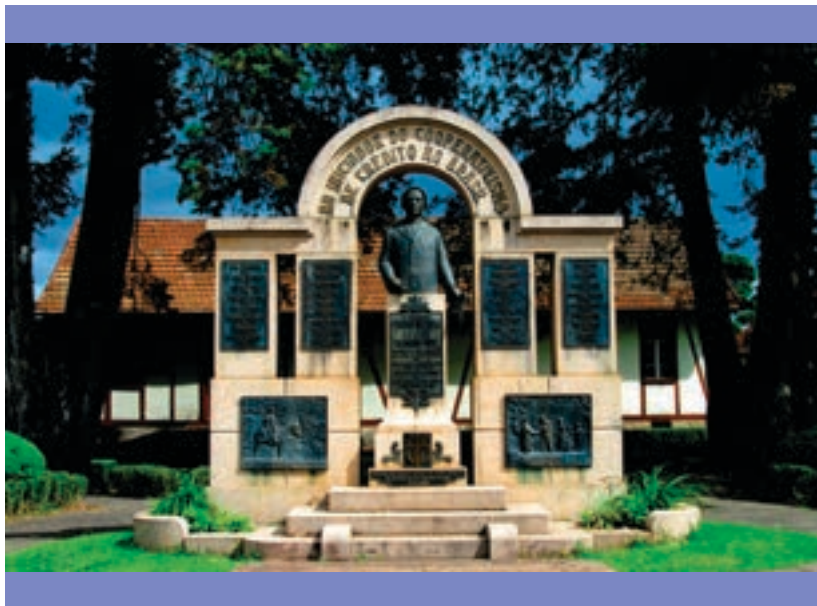
No dia 28 de dezembro de 1902, na **Linha Imperial**, no município de **Nova Petrópolis (RS)**, 20 homens reuniram-se para assinar a ata de fundação da **Caixa de Economias e Empréstimos Amstad**. O grupo era composto por líderes comunitários de diferentes áreas, dentre os quais agricultores, médicos, mestres cervejeiros e professores. Todos se comprometeram a operar sem remuneração, priorizando o bem coletivo.

A cooperativa seguia o modelo alemão Raiffeisen de caixas rurais, adaptado ao perfil econômico e social das comunidades de imigrantes alemães: área de atuação geograficamente delimitada, capital inicial modesto, gestão democrática e responsabilidade coletiva entre os membros. Era, em escala menor, o mesmo princípio que havia funcionado nas colinas da região alemã da Renânia. **Essa primeira cooperativa fundada por Amstad, segue em operação até os dias de hoje com o nome de Sicredi Pioneira.**



Padre Theodor Amstad montado na mula Diana, sua companheira de viagens pelo interior gaúcho. Fonte: Suíços no Brasil.

Monumento ao padre Theodor Amstad na praça que leva seu nome em Nova Petrópolis. Fonte: Prefeitura de Nova Petrópolis.



PATRONO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

A Lei Federal 13.926, sancionada em 2019, estabelece o padre Theodor Amstad como o Patrono do Cooperativismo Brasileiro, reconhecendo sua contribuição para o estabelecimento e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

O legado de Amstad

A Caixa de Economias e Empréstimos de Nova Petrópolis não foi a única cooperativa que Amstad ajudaria a fundar. Ao longo dos anos seguintes, o padre jesuíta estendeu sua atuação por dezenas de comunidades do Sul do Brasil, **fundando outras 37 cooperativas de crédito**, das quais oito permaneceriam em funcionamento décadas depois.

Sua atuação não se restringiu ao crédito. Amstad também idealizou iniciativas nas áreas de educação, saúde e meio ambiente, sempre com o objetivo de fortalecer as comunidades locais. Amstad faleceu em São Leopoldo (RS), em 1938, poucos dias antes de completar 88 anos.

COOPERATIVISMO NA LEGISLAÇÃO E NO ESTADO

A trajetória legal do cooperativismo brasileiro é uma história de reconhecimento tardio e gradual, marcada por décadas em que o Estado enxergou nas cooperativas um fenômeno útil, mas não urgente o suficiente para merecer um arcabouço jurídico próprio.

Durante o período imperial, as cooperativas existiam e operavam, mas eram enquadradas nas categorias jurídicas já disponíveis: sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita.²(Carvalho, 2010). Sem um tipo legal específico, o movimento crescia à margem da legislação, dependendo de decretos pontuais de autorização e de uma interpretação ampla das normas existentes. Somente após décadas de República e a realização de diversos projetos cooperativistas ao redor do país, o Estado brasileiro começou, de fato, a construir um regime jurídico cooperativista adequado.

A abordagem do Estado brasileiro perante o cooperativismo é fruto tanto de interesses pela instrumentalização do movimento em prol de objetivos políticos quanto de pressões orgânicas geradas a partir do crescimento do modelo. Veremos agora essa trajetória legal do cooperativismo brasileiro, começando no período do Império até chegar ao atual arcabouço legal que rege o setor.

A ABORDAGEM DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE O COOPERATIVISMO É FRUTO TANTO DE INTERESSES PELA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MOVIMENTO EM PROL DE OBJETIVOS POLÍTICOS QUANTO DE PRESSÕES ORGÂNICAS GERADAS A PARTIR DO CRESCIMENTO DO MODELO.

2. Como o ordenamento jurídico da época não previa a figura da cooperativa, elas precisavam adaptar seus estatutos às formas do Código Comercial para existir legalmente. As Sociedades Anônimas (com o capital dividido em ações e responsabilidade limitada) eram úteis para cooperativas maiores que precisavam agregar muitos sócios; as Sociedades em Nome Coletivo (onde todos respondem de forma solidária e ilimitada) abrigavam cooperativas menores, cujos cooperados possuíam laços estreitos de confiança e responsabilidade compartilhada; e as Sociedades em Comandita (modelo misto de responsabilidade limitada e ilimitada) ofereciam um formato intermediário. Essa sujeição às formas mercantis continuou sendo a regra mesmo no primeiro decreto republicano sobre o tema, o Decreto nº 1.637 de 1907, que ainda exigia que as cooperativas adotassem uma dessas três formas comerciais.

Decretos imperiais e Constituição de 1891

Neste capítulo, já conhecemos os decretos imperiais que autorizaram o funcionamento de organizações usando o termo “cooperativa” para a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, a Associação Popular Cooperativa Predial do Recife e para a Sociedade Cooperativa União Auxiliar do Commercio, Industria e Lavoura, no Rio de Janeiro. **Na prática, esses decretos representavam um reconhecimento de fato, mas não de direito.**

Isto é: o Império autorizava essas organizações, mas as classificava como sociedades anônimas. Assim sendo, o governo usava as mesmas ferramentas legais disponíveis para qualquer entidade de caráter comercial, sem criar qualquer distinção ou proteção específica para o modelo cooperativo. As cooperativas existiam apesar da lei, não graças a ela.

Da esquerda para a direita: Dom Pedro II, Floriano Peixoto e Getúlio Vargas.



A mudança de regime trouxe uma abertura importante. **A Constituição Republicana de 1891**, influenciada pelo liberalismo positivista francês do início do século XIX, consagrou o direito de livre associação, determinando textualmente em seu artigo 72, parágrafo 8º: “A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia, senão para manter a ordem pública”. Essa garantia, que remonta a esse texto, estruturaria juridicamente o cooperativismo brasileiro por décadas.

O artigo garantia que cidadãos pudessem se reunir e se organizar sem necessitar de autorização prévia do Estado, criando as condições formais que permitiriam às cooperativas operar com maior segurança jurídica. Não era ainda um marco regulatório específico, mas era o solo sobre o qual ele poderia ser construído. Já em 1892, o crescimento acelerado das iniciativas cooperativas levou o Senado a solicitar ao governo federal uma legislação específica para o setor. Foi um sinal de que o movimento havia se tornado grande demais para continuar sendo tratado com soluções improvisadas.

Decreto nº 979 e formalização jurídica

O primeiro passo formal do Estado republicano em direção ao cooperativismo foi dado curiosamente por via sindical. O Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, foi editado poucos dias após a fundação da Caixa de Economias e Empréstimos de Nova Petrópolis. O texto regulamentou a organização dos sindicatos rurais e lhes atribuiu a possibilidade de instituir caixas de crédito agrícola e cooperativas de produção ou de consumo.

As cooperativas apareciam na lei como apêndice das estruturas sindicais, sem definição própria de princípios, finalidades ou características institucionais. Aquele decreto foi posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 6.532, de 20 de junho de 1907, que detalhou as condições para esse vínculo entre sindicatos e caixas rurais, sem avançar na construção de um arcabouço cooperativista independente.

O avanço mais significativo desse período veio em 5 de janeiro de 1907, com o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637. Ele foi o primeiro a tentar

UM TRATAMENTO AMBÍGUO

Havia, porém, um problema estrutural embutido no decreto: ele garantia às cooperativas, no prazo de trinta anos, a possibilidade de optar por outra natureza societária que não a cooperativa. Na prática, isso acabou “permitindo que muitas cooperativas de crédito/financeiras fossem transformadas, no decorrer de sua história, em Sociedades Anônimas”, escrevem Meinen e Port (2014, p. 107).

atribuir características específicas às cooperativas. Pela primeira vez, a legislação brasileira reconhecia as cooperativas como entidades com necessidades jurídicas particulares, exigindo regras próprias de capital e controle para o seu funcionamento.

O decreto permitia que fossem constituídas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas pelas leis específicas de cada modalidade. Para Diva Benevides Pinho (2004), referência no estudo do cooperativismo brasileiro, **o Decreto nº 1.637 pode ser considerado a primeira Lei Orgânica do Cooperativismo no País**, pois foi o

primeiro instrumento jurídico a sistematizar o tema e definir características e diretrizes básicas, ainda que sem reconhecer as cooperativas como um tipo societário verdadeiramente independente.

Cooperativismo na Era Vargas

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, marcou uma mudança na relação entre o Estado brasileiro e o cooperativismo. O novo governo reorganizou o Estado segundo uma lógica centralizadora e buscou no cooperativismo um instrumento de modernização econômica, especialmente no campo. As cooperativas agrícolas passaram a ser incentivadas como meio de organizar a produção e a comercialização de culturas estratégicas como o trigo e a soja. **Pela primeira vez, o fomento público ao cooperativismo deixava de ser esporádico e se tornava uma política deliberada.**

O grande marco jurídico do período foi o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Pela primeira vez na história brasileira, as cooperativas eram reconhecidas como um tipo societário distinto, de natureza *sui generis*, formadas por pessoas e não por capital. O decreto definiu suas características próprias, abriu caminho para a formação de federações cooperativistas e serviu de base para a legislação subsequente.

O texto, considerado por Meinen e Port (2014) **um dos mais relevantes e bem formulados diplomas de apoio ao cooperativismo de crédito no país**, isentava as cooperativas de uma série de impostos e



Presidente Getúlio Vargas no I Congresso Brasileiro do Cooperativismo em 1944. Fonte: Cooperativismo Brasileiro: uma história, Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004.

A AMBIGUIDADE DO ESTADO: A RELAÇÃO DUAL SOB GETÚLIO VARGAS

Durante o governo de Getúlio Vargas, a relação entre o Estado brasileiro e o movimento cooperativista foi marcada por uma profunda dualidade, operando simultaneamente como ente incentivador e fiscalizador. Por um lado, o governo promoveu o fomento público deliberado, enxergando nas cooperativas instrumentos estratégicos para enfrentar crises econômicas, implementar políticas públicas e modernizar a produção, especialmente no campo.

Por outro lado, no entanto, tal proximidade impunha uma tutela rígida que frequentemente sacrificava a autonomia das organizações em prol do projeto estatal, resultando em um modelo estruturado “de cima para baixo”. O mesmo Estado que oferecia suporte e isenções tributárias exercia um controle tão intervencionista que tornava o ambiente institucional desconfortável para o pleno desenvolvimento da autogestão cooperativa.

simplificava sua constituição, medidas que impulsionaram rapidamente o número de organizações fundadas na década. O Decreto nº 22.239 fortalecia a herança de Rochdale ao consagrar os postulados do sistema cooperativista e reconhecer as cooperativas como sociedades de pessoas, de natureza jurídica distinta.

Esse incentivo, contudo, também apresentava um custo embutido. O cooperativismo varguista era organizado de cima para baixo, desvinculado das necessidades reais de seus membros. A participação dos cooperados se reduzia, quase sempre, à aprovação das políticas agrícolas definidas pelo Estado: estímulo às culturas de exportação em detrimento das de subsistência, exclusão dos camponeses dos mecanismos de decisão e forte influência das elites locais sobre o movimento.

As cooperativas cresceram em número, mas a sua autonomia foi sacrificada em nome da funcionalidade para o projeto estatal. O decreto de 1932 seria revogado em 1934, restabelecido em 1938, novamente anulado em 1943 e outra vez publicado em 1945. Esse vai e vem revela um período de tensão e incertezas no panorama institucional ao redor do setor.

A Lei 5.764/71 e o regime militar

A década de 1960 aprofundou a contradição que vinha marcando o cooperativismo brasileiro: ao mesmo tempo em que o movimento crescia em volume e importância econômica, a chegada do regime militar em 1964 recolocou o setor sob controle estatal ainda mais rígido. As cooperativas, que já vinham sendo tuteladas pelo Estado desde a Era Vargas, passaram a operar num ambiente em que democracia e autonomia eram, na prática, incompatíveis com o projeto político vigente.

A limitação da independência de atuação das cooperativas se intensificou, especialmente a partir de 1966, com a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), vinculado ao Ministério da Agricultura, com funções de normatizar, registrar e fiscalizar o funcionamento das cooperativas, reforçando o papel do Estado como árbitro do movimento. A decisão se deu por meio do Decreto-Lei nº 59, de 21 de novembro de 1966.

Paradoxalmente, esse contexto de maior controle estatal também impulsionou o próprio movimento cooperativista a se organizar nacionalmente em busca de maior autonomia e representação legítima. Entre 1966 e 1969, lideranças cooperativistas articularam uma estrutura independente de defesa dos interesses do setor, culminando na criação, em 1969, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A OCB surge como resposta à necessidade de unificação, coordenação e

fortalecimento político do cooperativismo, estabelecendo uma instância de representação não subordinada diretamente ao Estado, ainda que atuando dentro dos limites impostos pelo regime.

Logo a OCB conseguiu, por mobilização das cooperativas e competente atuação no âmbito governamental, a aprovação, em 16 de dezembro de 1971, do grande marco legislativo desse período, a Lei nº 5.764. O texto definiu a Política Nacional de Cooperativismo, detalhou a classificação, a constituição e o funcionamento das sociedades cooperativas e o papel da OCB na representação de todo o movimento. A lei criou entidades estaduais ligadas à OCB, estimulou a modernização do setor e enquadrou as cooperativas como sociedades de pessoas, de natureza civil, com forma jurídica própria e não sujeitas a falência.

Ainda assim, concomitante às conquistas do período, o cooperativismo de crédito e outros ramos e segmentos de atuação urbana sofreram um forte revés, sendo desencorajados, submetidos à fiscalização rigorosa e perdendo centenas de entidades por liquidação. Sob essa lógica que limitava a autenticidade democrática, as decisões estratégicas do setor tinham que dialogar com os interesses do governo, e a representação dos cooperados nos mecanismos de poder era frequentemente esvaziada. Pinho (2004) explica que o cooperativismo financeiro conseguiu resistir à pressão graças a um esforço de união setorial. **No fim das contas, o governo militar tolerou a operação das cooperativas financeiras, mas com uma fiscalização dura via Banco Central sob a justificativa de evitar supostos desvios.**

Esse cenário de retração começou a ser efetivamente revertido no início da década de 1980, graças à liderança de figuras históricas que reestruturaram o setor a partir de suas bases. O grande destaque nessa retomada foi o cooperativista Mário Kruel Guimarães, que liderou a reformulação do crédito cooperativo no Rio Grande do Sul. A partir de 1980, ele promoveu a criação de um modelo sistêmico integrado (que originaria o atual Sistema Sicredi), reagrupando as poucas cooperativas sobreviventes e dando-lhes fôlego e profissionalização para competir com os bancos tradicionais (Meinen; Port, 2014).

A OCB SURGE COMO RESPOSTA À NECESSIDADE DE UNIFICAÇÃO, COORDENAÇÃO E FORTALECIMENTO POLÍTICO DO COOPERATIVISMO, ESTABELECENDO UMA INSTÂNCIA DE REPRESENTAÇÃO NÃO SUBORDINADA DIRETAMENTE AO ESTADO, AINDA QUE ATUANDO DENTRO DOS LIMITES IMPOSTOS PELO REGIME.

Cooperativismo na Constituição de 88

Foi com essa força reorganizada que o dilema começou a mudar de vez com a abertura política. Os líderes do cooperativismo aproveitaram o fim do regime militar, em 1985, para articular avanços em prol do movimento. Entre as grandes lideranças que ajudaram a projetar, defender e fortalecer o cooperativismo nessa fase de abertura democrática estava Roberto Rodrigues, presidente da OCB entre 1985 e 1991; da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas (de 1992 a 1997); e da Aliança Cooperativa Internacional – ACI (entre 1997 e 2001).

Essas lideranças do cooperativismo, atuando por meio da OCB e das Organizações Estaduais (OCES) na mobilização de candidatos comprometidos com as pautas do setor, aproveitaram o processo de abertura política e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte para articular, com apoio da **Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop)**, uma conquista que o movimento buscava havia décadas. Por meio dessa representatividade, o cooperativismo brasileiro consolidou suas reivindicações durante o **X Congresso Brasileiro de Cooperativismo** e as encaminhou à Constituinte. Promulgada em 5 de outubro de 1988, **a nova Constituição Federal transformou de forma definitiva a relação entre o Estado e as cooperativas brasileiras.**

FRENCOOP E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO COOPERATIVISMO

A Frencoop surgiu em 1984, em meio ao processo de abertura política e reorganização econômica do Brasil. Seu objetivo é reunir deputados e senadores para atuar na defesa dos interesses do movimento no Congresso Nacional (DENACCOOP, 2006). Desempenhando um papel decisivo na Constituinte e nas décadas seguintes, a Frencoop trabalha junto ao Sistema OCB no diálogo com o Poder Público para modernizar marcos legais e assegurar que normativos e políticas públicas contemplem as especificidades do negócio cooperativo. Essa articulação continua ajuda a criar um ambiente de estímulo ao crescimento do setor.

O artigo 5º, inciso XVIII, estabeleceu com clareza que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência do Estado no seu funcionamento”. Com isso, se encerrou qualquer caráter de tutela sobre o setor, em que o Estado ora incentivava, ora instrumentalizava e ora sufocava o movimento cooperativista conforme interesses individuais de cada governo.

A Constituição de 1988 também determinou, em seu artigo 174, parágrafo 2º, que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo”. O texto reposiciona o papel do Estado brasileiro, que deixa de ser apenas um fiscalizador para também se tornar um

fomentador. Para Meinen (2025), entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1990, as duas únicas notícias positivas no campo regulatório foram a Lei Cooperativista de 1971 e a Constituição Federal de 1988.

Na esteira dessa abertura, a estrutura burocrática foi reorganizada. A transferência da responsabilidade sobre o setor do Incra para o Ministério da Agricultura já havia se iniciado em 1984. Com o novo cenário estabelecido, o processo se aprofundou: em 1990, por força da Lei nº 8.025, houve a criação de um departamento específico e extinguiu-se, definitivamente, o **Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC)**, que havia sido o principal instrumento de controle estatal durante o regime militar. O novo órgão, que daria origem ao **Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop)**, nasceu já com a atribuição de fomento e de apoio ao setor, livre das amarras de controle.

O aumento da autonomia chegou num momento de graves dificuldades econômicas e políticas, em meio a planos de estabilização econômica fracassados, alta inflação e instabilidade institucional. Esse processo exigiu maturidade organizacional e capacidade de autogestão que o próprio regime anterior havia historicamente impedido de se desenvolver plenamente.



Primeira edição do Congresso Brasileiro do Cooperativismo em 1944. Fonte: Cooperativismo Brasileiro: uma história, Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004.

SISTEMA OCB E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Por mais de um século, o cooperativismo brasileiro cresceu sem uma voz unificada que falasse em seu nome. Cooperativas surgiam, federações se formavam e o Estado regulamentava, mas o movimento carecia de uma estrutura representativa nacional capaz de articular interesses, dialogar com o governo e projetar uma identidade comum para o setor. Construir essa estrutura levou décadas e passou por etapas que revelam tanto a vitalidade quanto as tensões internas do cooperativismo brasileiro.

O I Congresso Brasileiro do Cooperativismo

Para entender a história da representação institucional do movimento no Brasil, precisamos voltar a 1944, quando a cidade de São Paulo sediou o **I Congresso Brasileiro de Cooperativismo**. O evento foi organizado pelo **Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC-SP)** e coincidiu com as comemorações do centenário da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. A dimensão política do encontro ficou evidente com a presença do então presidente da República, Getúlio Vargas, que assumiu a presidência de honra do congresso. Além da figura presidencial, a plenária reuniu cooperados, lideranças do setor, políticos e representantes dos departamentos de assistência estaduais.

A pauta do congresso refletia as demandas urgentes do movimento na época, de modo que os participantes debateram propostas como a concessão de isenções fiscais, a ampliação do acesso ao crédito, a criação de federações e a necessidade de participação das cooperativas em comissões econômicas. O peso dessas discussões gerou impactos práticos e imediatos na relação com o Estado, contribuindo indiretamente para que o governo restabelecesse o Decreto

nº 22.239/1932, cuja suspensão no ano anterior havia sido alvo de intensas críticas do setor.

Com isso, **o congresso de 1944 plantou a semente para a organização nacional do cooperativismo**. Foi durante o evento que ganhou força a discussão sobre a necessidade de criar uma entidade capaz de reunir representantes de todos os estados brasileiros para fortalecer o movimento no país. Naquele momento, a proposta que se consolidou foi a criação de uma organização concebida inicialmente para atuar como um centro de estudos, primeiro passo concreto rumo à articulação nacional do movimento.

O início da representatividade

Em 2 de julho de 1949, cinco anos após o I Congresso Brasileiro de Cooperativismo, foi fundado no Rio de Janeiro o **Centro Nacional de Estudos Cooperativos (Cnec)**. Embora não exercesse inicialmente a

Em sentido horário, estão retratados cooperados da RECA (RO), Coopercinco (RR), Sicoob Sarom (MG), Nova Aliança (RS), Físia (PR), Copasul (MS).



função de representação política direta, o Cnec foi a primeira entidade dedicada ao tema em escala nacional, surgindo com foco na educação cooperativista e na defesa da autonomia do movimento. Seu objetivo era promover a formação de base por meio de cursos e pesquisas, além de estreitar laços internacionais, tornando-se a primeira organização brasileira a se filiar oficialmente à Aliança Cooperativa Internacional (ACI), no início da década de 1950.

A expansão do setor e a tutela do Estado explicitaram a necessidade de uma voz que atuasse especificamente como interlocutora junto ao poder público. A fim de suprir essa demanda, a **União Nacional das Associações de Cooperativas (Unasco)** foi fundada em 1956 como a primeira entidade de caráter representativo e político do setor em âmbito federal.

Se por um lado o grupo ligado ao Cnec priorizava o papel social das relações cooperativas, a Unasco, por outro, tendia a enfatizar aspectos ligados à lógica econômica e de mercado, buscando influência junto ao governo para ampliar o acesso a crédito e benefícios tributários.

Cisão institucional

Perante tais diferenças de orientação doutrinária e disputas internas por lideranças, as duas entidades acabaram vivendo um rompimento institucional. Em julho de 1964, influenciada por divergências de métodos e pelas tensões provocadas pelo novo contexto político do país, foi fundada a **Associação Brasileira de Cooperativismo (ABCoop)**. A nova organização assumiu a continuidade institucional do antigo Cnec, incorporando seu patrimônio cultural e mantendo publicações históricas, como a revista Arco-Íris.

No decorrer da segunda metade da década de 1960, Unasco e ABCoop coexistiram e disputaram espaços de influência no cooperativismo brasileiro. A ABCoop seguiu como representante do país na ACI, enquanto a Unasco mantinha a maior parte das cooperativas brasileiras sob sua organização.

A fragmentação ficou evidente na realização de congressos paralelos e na ausência de participação mútua em eventos decisivos, configurando um cenário que dificultava uma ação unificada do movimento.

Cooperativismo dividido

ENTIDADE	FOCO	ATIVIDADE
Cnec/ABCoop	Educação, estudos e dimensão social	Representação internacional (ACI) e edição da revista Arco-Íris
Unasco	Representação política e lógica de mercado	Interlocução direta com o Estado e defesa de pautas econômicas

Unificação e criação do Sistema OCB

O final da década de 1960 trouxe um cenário de profunda instabilidade para o movimento cooperativista, impactado pelos efeitos – anteriormente mencionados – do início do regime militar em 1964 e pelo endurecimento do controle estatal. Nesse ambiente, a divisão do setor entre a Unasco e a ABCoop passou a ser vista como um obstáculo estratégico. Para o Governo Federal, a unificação era um requisito para que as cooperativas pudessem apoiar o projeto de modernização agrícola e o modelo exportador vigente, evitando conflitos internos em um período de grande tensão política.

A convergência definitiva ocorreu em 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Belo Horizonte (MG).

Na ocasião, os presidentes da ABCoop e da Unasco firmaram um tratado de unificação que deu origem à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O processo de pacificação foi estimulado diretamente pelo Estado, articulado por lideranças como o então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, e o Secretário da Agricultura de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho (Pinho, 2004).

A partir de 1970, a OCB iniciou sua estruturação institucional com a eleição de uma diretoria provisória e a criação das Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs). Essas entidades estaduais assumiram funções centrais de registro, assistência e formação profissional, além de acumularem, na maioria dos estados – com exceção de São Paulo e Acre –, atribuições de natureza sindical para a defesa da categoria.

A ESTRUTURA ATUAL

A integração dessas três casas deu origem ao atual Sistema OCB, consolidando um tripé de representação política, desenvolvimento e defesa sindical das cooperativas brasileiras. Hoje, o Sistema OCB é composto por:

OCB: entidade responsável pelo registro de cooperativas brasileiras para fins de seu funcionamento e pela representação política institucional, defendendo os seus interesses nacional e internacionalmente.

Sescoop: integrante do Sistema S, é responsável pelo fortalecimento das cooperativas, por meio de programas de desenvolvimento da gestão, da governança e da formação profissional, além de estimular a cultura cooperativista no país.

CNCoop: cumpre o papel de coordenar o Sistema Sindical Cooperativista, formado por federações e sindicatos de cooperativas, atuando para buscar o equilíbrio nas relações de trabalho e promover e defender os interesses da categoria econômica.

O processo de institucionalização foi coroado com a promulgação da Lei nº 5.764, em 16 de dezembro de 1971, que conhecemos anteriormente. A nova legislação definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu oficialmente a OCB como representante única do movimento no país.

Surgimento do Sescoop e da CNCoop

Na década de 1990, o governo federal precisou intervir com medidas de apoio mais intensas, criando o **Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop)** – que atuou como um socorro emergencial com linhas de crédito – e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

A criação do Sescoop, em 1998, conferiu ao movimento um braço técnico e social fundamental para o seu desenvolvimento qualitativo. Autorizada pela Medida Provisória nº 1.715 e regulamentada pelo Decreto nº 3.017 no ano seguinte, a instituição nasceu com personalidade

jurídica própria e vinculada à estrutura da Unidade Nacional e das Organizações Estaduais (OCES) do Sistema OCB.

No seu nascimento, a atuação do SESCOOP estruturou-se em um tripé claro:

- **Formação profissional:** capacitação técnica de empregados, cooperados e dirigentes, com foco em gestão, operações e governança;
- **Promoção social:** ações voltadas à qualidade de vida, saúde, educação e bem-estar das famílias cooperativistas e das comunidades;
- **Monitoramento:** acompanhamento do desempenho das cooperativas, com diagnóstico organizacional e incentivo à adoção de boas práticas de gestão.

O SESCOOP é financiado por contribuição compulsória das cooperativas, recolhida sobre a folha de pagamento de seus empregados. Esse mecanismo – semelhante ao de outros serviços sociais autônomos (Sistema S) – garante fonte contínua de recursos para investimento direto na qualificação do capital humano e no fortalecimento institucional do cooperativismo, permitindo que o próprio sistema financie seu desenvolvimento.

Com o passar do tempo e o aumento da complexidade do setor, esse escopo evoluiu para um portfólio mais robusto e estratégico, contemplando dezenas de soluções e programas em 8 eixos orientados para: dados e inteligência, capacitação, negócios, ESG, inovação, representação, comunicação, e, no contexto deste livro, cultura cooperativista.

Essa evolução transformou o SESCOOP de um agente focado em capacitação básica em um provedor sistêmico de soluções para o desenvolvimento das cooperativas, contribuindo para maior competitividade, profissionalização da gestão e fortalecimento da identidade cooperativista em um ambiente de mercado cada vez mais exigente.

Para completar a arquitetura institucional do setor, foi criada em 2005 a **Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP)**, oficializada pelo Ministério do Trabalho em 2011. Como entidade sindical de grau máximo, a CNCOOP assumiu a responsabilidade de defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria em todo o

território nacional. Sua fundação permitiu que o movimento tivesse uma instância dedicada especificamente às relações de trabalho e às negociações sindicais, atuando de maneira complementar às funções já exercidas pela OCB e pelo SESCOOP.

Especialização e organização

Nas primeiras décadas do século XX, o movimento cooperativista brasileiro era marcado pela dispersão e pela ausência de um esforço efetivo de articulação nacional. As iniciativas surgiam de forma isolada, muitas vezes como respostas emergenciais a crises econômicas, e eram tratadas pelo Estado de maneira ambígua, sendo frequentemente subordinadas a estruturas sindicais. Esse cenário de fragmentação impedia que as cooperativas fossem reconhecidas por suas necessidades jurídicas e técnicas particulares, dificultando o desenvolvimento de uma identidade sistêmica no país.

O marco inicial para a organização por setores ocorreu com a criação da OCB, em 1969, que possibilitou uma representação unificada das diversas correntes do movimento. Para gerir a complexidade de interesses que iam desde o café em Minas Gerais até o crédito rural no Sul, o sistema passou a organizar congressos técnicos dedicados a debater as especificidades de diferentes ramos de atuação. Essa estruturação foi fundamental para que a instância máxima de representação pudesse formular pautas específicas para cada setor econômico perante o poder público.

MATURIDADE E PROTAGONISMO GLOBAL

A maturidade institucional e o protagonismo do cooperativismo brasileiro no cenário global são simbolizados pela eleição de Roberto Rodrigues, ex-presidente do Sistema OCB, à presidência da Aliança Cooperativa Internacional, em 1997. Ele foi o primeiro não europeu a assumir o comando máximo da organização. Essa eleição rompeu uma tradição histórica na liderança internacional do setor e atestou a solidez, a capacidade de articulação e o peso econômico e social do movimento construído no Brasil.

A consolidação desse modelo de classificação ganhou força com a Política Nacional de Cooperativismo. Ao longo dos anos 1980, a estrutura de ramos continuou a se adaptar às transformações da sociedade brasileira, acolhendo o crescimento de “novas cooperativas urbanas” nos segmentos de trabalho, habitação e educação, impulsionadas pelo contexto de abertura política e instabilidade econômica da época.

A organização em ramos

Historicamente, o sistema chegou a contar com treze ramos distintos, mas passou, em 2019, por um processo de modernização e simplificação para otimizar a gestão e facilitar a intercooperação. Atualmente, o cooperativismo brasileiro organiza-se em torno de oito ramos:

1. Agropecuário
2. Crédito
3. Transporte
4. Saúde
5. Infraestrutura
6. Consumo
7. Trabalho, Produção de Bens e Serviços
8. Seguros

Essa organização permite que recursos sejam mais bem alocados para desenvolver cada um dos ramos, além de otimizar o monitoramento organizacional e a representação política em prol de interesses setoriais.

SEGUROS: O 8º RAMO

Em 2025, o Sistema OCB aprovou, em assembleia, a criação de mais um ramo: **Seguros**. A iniciativa vem na esteira da aprovação legal para que as cooperativas possam atuar no mercado securitário. Essa inclusão corrige uma lacuna histórica que remontava a 1966, quando o Decreto-Lei nº 59, em uma medida de centralização estatal do período militar, extinguiu as cooperativas de seguros.

A decisão de criar o novo ramo foi motivada pela promulgação da Lei Complementar nº 213/2025, que representou um marco ao regulamentar oficialmente a atuação das cooperativas no mercado segurador nacional. Anteriormente restritas a atuar apenas com seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho, a nova legislação ampliou de maneira expressiva o alcance das cooperativas no mercado securitário e as integrou de forma definitiva ao Sistema Nacional de Seguros Privados.

UM LEGADO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

A trajetória do cooperativismo no Brasil demonstra o amadurecimento de um setor que converteu experiências isoladas de ajuda mútua em um sistema institucional sólido e profissionalizado. O percurso iniciado com os primeiros registros legais no Império e consolidado pela autonomia conquistada na Constituição de 1988 permitiu que o movimento

superasse períodos de tutela estatal para estabelecer um modelo de autogestão cada vez mais estruturado e representativo.

A VITALIDADE DESSE SISTEMA SE APOIA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS, MARCOS REGULATÓRIOS E RESULTADOS FINANCEIROS, AO MESMO TEMPO EM QUE SE AMPLIA PARA OUTRAS DIMENSÕES IGUALMENTE RELEVANTES.

Esse amadurecimento também se traduziu em conquistas regulatórias concretas, como as do cooperativismo financeiro. A inclusão das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), prevista no artigo 192 da Constituição de 1988, foi uma conquista decisiva para o setor, e a Lei Complementar nº 130, de 2009, tornou o **cooperativismo financeiro o primeiro segmento do SFN a contar com legislação complementar própria**. Esse marco impulsionou o crescimento

expressivo do ramo nos anos seguintes e ampliou a inclusão financeira no país, sobretudo no crédito às micro e pequenas empresas (Meinen, 2025).

A vitalidade desse sistema se apoia em estruturas organizacionais, marcos regulatórios e resultados financeiros, ao mesmo tempo em que se amplia para outras dimensões igualmente relevantes.

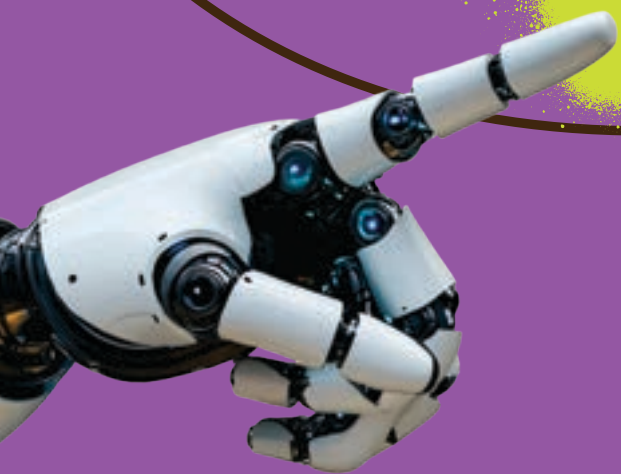
No próximo capítulo, trataremos da cultura como núcleo gerador de sentido, capaz de transformar grupos de indivíduos advindos de vastíssima diversidade histórica, econômica, intelectual, e política em uma comunidade congregada em torno de objetivos comuns. Compreender a essência da cooperação exige investigar os elementos que conferem significado a essa prática e o modo como as ideias são traduzidas em representações visuais. **Por isso, vamos explorar como a cultura, os símbolos e a educação convergem na valorização da cooperação como um imperativo ético e um meio de emancipação coletiva.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROS, Reynaldo de. Verbetes: GUSMÃO, Manuel Messias de. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUSMÃO,%20Manuel%20Messias%20de.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Decreto nº 5.084, de 11 de setembro de 1872. Autoriza a incorporação da Associação Popular Cooperativa Predial da cidade do Recife. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1872. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/487aec45-4e80-4018-aa30-81c3d20d2ed1>. Acesso em 10 mai. 2026.
- CARIBE, Ricardo; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Cooperativismo na Bahia: um olhar histórico**. Salvador: SESCOOP-BA, 2021.
- CARVALHO, Alberto Jorge Santos Lima. **O novo cooperativismo: alternativa de trabalho e renda ou mais um caminho para a precariedade das relações de trabalho?** 2010. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.
- FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense/Rede e-Tec Brasil, 2013.
- FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da esperança: socialismo utópico à beira do Ivaí**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- LINS, Hoyêdo Nunes. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841-1844). **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2012. DOI: 10.29182/hehe.v13i1.72. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/72>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). **Garamond Universitária**; Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322197359>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- MEINEN, Ênio. **Cooperativismo financeiro: da consolidação para a perpetuação**. 4. ed. Brasília: Confedabras, 2025.
- MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedabras, 2014.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Evolução do cooperativismo no Brasil. **MAPA/DENACOOP**, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/220>. Acesso em: 24 abr. 2026.
- OLIVEIRA, Roberto Aparecido de. **De Colônia Thereza à Freguesia de Therezina (1847-1871): a história de uma colônia às margens do Rio Ivaí na perspectiva da história pública**. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em História Pública) — Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2023.
- PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso (org.). **O cooperativismo de crédito no Brasil — do século XX ao século XXI: volume 2**. Brasília: Confedabras, 2010.
- PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: uma história com propósito**. 2. ed. Brasília: Confedabras, 2025.
- REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 14-39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 8 abr. 2026.
- SCHNEIDER, José Odelso. A relevante herança social do Pe. Amstad S.J. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 12, n. 213, v. 12, 2014.
- SILVA, Alef Guilherme Zangari da; PRIORI, Ângelo Aparecido. A trajetória de Jean Maurice Faivre: a fundação da Academia Nacional de Medicina e da Colônia Thereza Christina no período imperial (1829/1847). **8º Congresso Inter-nacional de História; 22ª Semana de História**, Maringá: UEM, 2017.
- SILVA, Gisele Maria da. Falanstério do Saí: uma experiência utópica em Santa Catarina. **Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 70-85, 2007.
- SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo no Brasil. In: LEITE, Fábio; RISÉRIO, Antonio (org.). **Memória afro-brasileira: imaginação, cotidiano e poder**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2007.
- SISTEMA OCB. Conheça o Coop. **Sistema OCB**, Brasília, [s. d.]. Disponível em: <https://somos.coop.br/conheca-o-coop#comofunciona>. Acesso em: 27 abr. 2026.
- SISTEMA OCB. **Manual de boas práticas de governança cooperativista**. Brasília: Sistema OCB, 2026.
- SUÍÇOS NO BRASIL. Theodor Amstad e a imigração suíça no Rio Grande do Sul. **Suíços no Brasil**, [s. d.]. Disponível em: <https://suicosdobrasil.org.br/personalidades/theodor-amstad>. Acesso em: 27 abr. 2026.



3



CULTURA E IDENTIDADE COOPERATIVISTA

Para compreender o cooperativismo em sua essência, é necessário observar como, ao longo da história, quatro conceitos estruturantes se entrelaçam e se fortalecem mutuamente: **cultura cooperativista, filosofia cooperativista, identidade cooperativista e educação cooperativista.**

Esses quatro conceitos integram um sistema interdependente, no qual a cultura fornece a teia de significados, a filosofia organiza e fundamenta esses significados, a identidade os interioriza, e a educação assegura sua permanência e renovação. Toda essa articulação não deve ser entendida de forma linear, mas como um ciclo virtuoso, cujos vínculos serão examinados a seguir.

Assim, o cooperativismo constrói sua base conceitual e prática, articulando valores, símbolos e formas de aprendizagem que garantem coesão e continuidade ao movimento, permitindo que ele se adapte às transformações sociais sem perder sua essência.





CULTURA COOPERATIVISTA: O JEITO DE PENSAR, SE RELACIONAR E AGIR NO COOPERATIVISMO

A expressão de Geertz (2008, p. 4), segundo a qual “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, encontra no cooperativismo uma das suas aplicações mais precisas. Afinal, **a cooperativa é uma organização que produz sentido**. Cada princípio codificado na Declaração sobre a Identidade Cooperativa, cada símbolo adotado ao longo do tempo, cada assembleia realizada são, nesse contexto, exemplos de fios de uma teia que criam sentido e significados para os cooperados.

O que torna o conceito de Geertz particularmente fértil para o cooperativismo é a sua dimensão ativa. A teia não é dada; ela é tecida. No cooperativismo, isso significa que a cultura só existe enquanto há agentes que a praticam, transmitem e renovam.

A cultura cooperativista é, portanto, o jeito como as pessoas pensam, se relacionam e agem tendo como base os princípios e valores do cooperativismo, que guiam as decisões e os modos de trabalho. Ela sustenta a identidade coletiva e fortalece vínculos em torno de objetivos comuns. Ainda, tem raiz na memória: são as histórias vividas e as experiências compartilhadas ao longo do tempo que constroem sentido para as práticas do presente.

A este propósito, no decorrer da história do movimento, essa cultura se expressou em práticas concretas, entre elas:

- Ajuda mútua como meio de melhorar a qualidade de vida.
- Educação econômica popular para promover autonomia e autogestão.

CONCEITOS-CHAVE: COOPERADO E COOPERATIVISTA

Antes de avançar, cabe estabelecer uma distinção conceitual: **a diferença entre cooperado e cooperativista**. Esses dois termos não são sinônimos, e confundi-los pode dificultar a compreensão do que significa pertencer e praticar o cooperativismo.

O termo **cooperado** designa uma condição jurídica e formal. É aquele que, tendo aderido voluntariamente a uma cooperativa, integraliza cotas-parte de capital, detém direito de voto nas assembleias e participa da distribuição das sobras. Trata-se de uma categoria legal, necessária e bem definida pela legislação brasileira, em especial pela Lei 5.764/1971.

O **cooperativista** é aquele que internalizou os valores cooperativistas e age orientado por esses valores nas suas decisões cotidianas, dentro e fora da cooperativa, e cobra desta a realização dos princípios. É o membro

que vai à assembleia para deliberar, e não apenas para ser informado. É quem compreende que o seu próprio desempenho interfere na realidade e qualidade de vida de seus vizinhos, e que a lealdade à cooperativa em momentos de dificuldade é parte constitutiva do vínculo. O cooperativista, em suma, é o portador vivo da cultura, aquele por meio de quem a “teia de significados” – entenda o conceito a seguir – se reproduz e se expande.

O desafio permanente das cooperativas é, portanto, **transformar cooperados em cooperativistas**. Essa transformação se dá, fundamentalmente, pela cultura, pelos símbolos que constroem identidade, pelos valores que orientam as decisões e pela educação que forma cidadãos conscientes de seu papel. São exatamente essas questões que os próximos tópicos deste capítulo examinam. Confira!

- Poupança sem sacrifício, com retorno proporcional aos cooperados.
- Inclusão social, especialmente de mulheres e populações vulneráveis.
- Combate ao alcoolismo¹ e à miséria, com função educativa e moral.
- Criação de patrimônio coletivo que transcende o indivíduo e serve ao bem comum.
- Preços justos e supressão do lucro especulativo, valorizando o trabalho.
- Superação dos conflitos sociais pela fusão dos papéis produtivos.
- Facilitação do acesso à propriedade, sem exploração.
- Eliminação de intermediários, promovendo eficiência e justiça.
- Promoção da autossuficiência comunitária, com infraestrutura compartilhada.
- Democracia econômica, com gestão participativa e rotativa.

Essas práticas, consolidadas por diversos pesquisadores e pensadores históricos do cooperativismo, revelam a lógica de uma cultura que sempre compreendeu a cooperação como resposta ética aos problemas materiais e sociais de seu tempo.

1. O combate ao alcoolismo integrava a pauta dos teetotallers, corrente presente entre os próprios Pioneiros de Rochdale, que via na temperança um pré-requisito para a autonomia econômica e a vida associativa. Em resumo, os teetotallers eram os membros das Sociedades de Temperança, um movimento de cunho moral que defendia a abstinência absoluta de bebidas alcoólicas. Na visão desse grupo, a sobriedade era o caminho principal para a melhoria de vida.

FILOSOFIA COOPERATIVISTA: A REFLEXÃO CRÍTICA E SISTEMÁTICA

Toda cultura pressupõe uma filosofia, ou seja, um conjunto de premissas sobre o mundo, o ser humano e as formas legítimas de convivência.

No cooperativismo, a filosofia é a reflexão crítica e sistemática que organiza e fundamenta a cultura cooperativista. Ela interpreta, sistematiza e articula os valores e princípios que orientam a prática cooperativista, reunindo diferentes tradições do pensamento cooperativo para conferir coerência ética, social e econômica ao movimento, contribuindo para mantê-los vivos e consistentes ao longo do tempo.

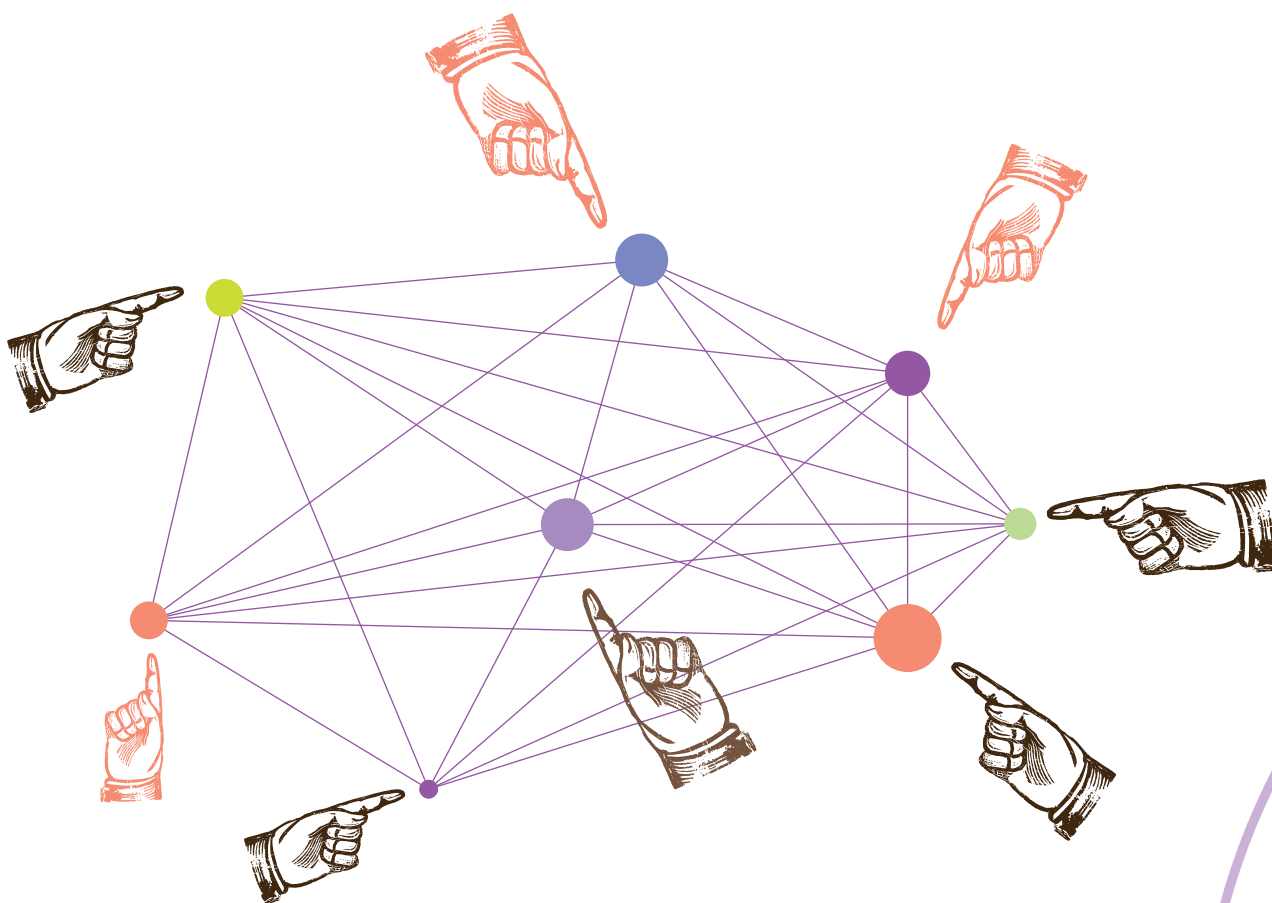
Para isso, essa filosofia se estrutura a partir de tradições de pensamento distintas (já abordadas no capítulo 1) e, por vezes, contraditórias entre si:

- O **quakerismo**, que introduz uma espiritualidade pacifista e associativa, voltada à ação social direta.
- O **socialismo utópico**, que propõe uma reorganização racional e harmônica da sociedade como alternativa ao capitalismo nascente.
- O **socialismo cristão**, que transforma a caridade em compromisso político com a igualdade e a justiça social.
- O **liberalismo econômico**, que concebe o mercado como expressão da autorregulação social e defende a liberdade de associação como princípio fundamental.
- O **pensamento cristão**, que critica o materialismo e defende a dignidade humana frente ao empobrecimento provocado pelo capitalismo industrial.

A pluralidade dessas raízes constitui uma das principais riquezas da filosofia cooperativista, pois articula dimensões espirituais e técnicas, tradições herdadas e práticas inovadoras, críticas ao capitalismo e usos estratégicos do mercado. O cooperativismo emergiu da convergência entre projetos de emancipação social e modelos alternativos de organização econômica, **e sua vitalidade decorre justamente dessa pluralidade constitutiva.**

Mais do que um conjunto de formulações teóricas, a filosofia cooperativista se configura como uma forma de compreender a cooperação enquanto alicerce da vida coletiva. Ela orienta a formação de sujeitos autônomos, o desenvolvimento de comunidades solidárias e a construção de economias voltadas ao bem comum. Nesse sentido, é ao mesmo tempo normativa e interpretativa, ou seja, **propõe valores e práticas, mas também interpreta o mundo a partir da lógica da interdependência e da justiça social.**

Essa perspectiva exige o reconhecimento do cooperativismo como um campo atravessado por disputas simbólicas, políticas e econômicas, no qual diferentes tradições dialogam, se tensionam e, por vezes, se transformam mutuamente. É justamente nessa tensão viva que a filosofia cooperativista encontra sua força, e é ela que alimenta a identidade do movimento.



IDENTIDADE COOPERATIVISTA: A INTERIORIZAÇÃO DA CULTURA E DA FILOSOFIA

A Declaração sobre a Identidade Cooperativa, aprovada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) no Congresso de Manchester em 1995, é o documento de referência que fundamenta o conceito de identidade cooperativista no plano internacional. Segundo esse documento, a identidade cooperativista se constrói sobre uma definição clara do que é uma cooperativa, sobre os valores que a sustentam e sobre os princípios que orientam seu funcionamento.

No plano organizacional, ela se manifesta como o sentimento de pertencimento construído a partir da cultura e da filosofia cooperativistas, sendo a expressão viva dessa cultura incorporada pelos sujeitos e compartilhada no coletivo. Ela surge quando os valores e princípios são efetivamente reconhecidos pelos cooperados, trabalhadores e demais grupos que participam da cooperativa. É uma construção social que fortalece a coesão e a continuidade do movimento, pois sem identidade as bases culturais e filosóficas não se traduzem em engajamento genuíno nem em compromisso real com o ideal cooperativo.

É importante notar que a identidade cooperativista difere de formulações que a definem principalmente em contraste com as empresas privadas tradicionais. Essa perspectiva comparativa, embora parcialmente válida, tende a reduzir a identidade cooperativista a uma simples oposição ao modelo empresarial vigente, o que é insuficiente para capturar sua profundidade.

A identidade cooperativista tem suas bases nos princípios fundadores do movimento, mas reconhece as transformações impostas pelo contexto contemporâneo, marcado pela globalização econômica, pela desregulamentação financeira, pelas crises energéticas, pelos ciclos de recessão e pela Terceira Revolução Industrial, que trouxe novas exigências de inovação tecnológica. Esses fatores pressionam as cooperativas a se adaptarem sem perder sua especificidade cultural.

O capital, as estratégias de mercado e a expansão devem, portanto, estar sempre alinhados aos princípios e valores, e, dada a demanda contemporânea, ao que propõem a sustentabilidade ambiental, social e de governança. Esse é o alicerce inegociável que distingue o cooperativismo dos demais modelos empresariais.

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: O INSTRUMENTO DE TRANSMISSÃO E FORTALECIMENTO

Nas empresas tradicionais, a formação dos empregados é fundamentalmente instrumental, isto é, visa à qualificação técnica para o exercício de funções específicas, a fim de aumentar a eficiência e a produtividade. No cooperativismo, a educação cumpre essa função, mas a ultrapassa em dimensões éticas, sociais e culturais, atuando como mecanismo de transmissão da cultura por meio da filosofia, e, fortalecimento da identidade.

A partir do estudo dos principais pensadores do cooperativismo, é possível identificar um enquadramento conceitual comum: **a educação cooperativista é um processo formativo contínuo, integral e comunitário, de caráter permanente, voltado para a construção de sujeitos conscientes, responsáveis tanto pelo próprio desenvolvimento quanto pelo fortalecimento da cooperativa, com base nos valores e princípios do movimento. Contribui para a continuidade e a prática do cooperativismo ao longo do tempo.**

Essa perspectiva encontra ressonância no conceito de Martin (2016): o **homo cooperatus**, aquele que tem na cooperação seu fundamento ético e seu modo de expressão social e produtiva (também citado no capítulo 1). Assim, o cooperativista é um sujeito moral autônomo cuja ação se organiza a partir de uma ética democrática e coletiva, uma subjetividade que articula o individual, o social, o político e o econômico, e que coloca a pessoa no centro do próprio projeto cooperativo (Martin, 2016).

Essa centralidade da educação no cooperativismo está presente desde a fundação da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, e percorre toda a tradição teórica do movimento. Gide (2001, p. 45) sintetizou com precisão o que estava em jogo:

Mostrei-vos um objetivo imediato e presente: a educação econômica da classe operária pela associação cooperativa; e um fim mais distante: a emancipação da classe operária pela transformação do salário. Quando alcançarão ambos? Não sei, mas o que creio poder afirmar é que o país que primeiro conseguir resolver a questão social será aquele que primeiro tiver conseguido atingir o nível mais elevado no caminho da cooperação.



A formulação de Gide revela que, para os fundadores teóricos do cooperativismo, a educação não se limitava a um serviço adicional que as cooperativas prestavam a seus membros. Na verdade, era o mecanismo central pelo qual o cooperativismo se propunha a transformar as relações econômicas e sociais. Além de transmitir conhecimentos técnicos sobre como gerir uma cooperativa, era preciso formar pessoas capazes de compreender e questionar as estruturas que determinavam suas condições de vida.

Casselman (1952) aprofundou essa perspectiva ao articular a dimensão psicológica e moral da formação cooperativista. Trata-se, segundo ele, de mudar toda a visão de mundo de uma pessoa, de restaurar sua confiança nos semelhantes e em si mesma, de destruir antigos hábitos mentais e substituí-los por novos. A tarefa, portanto, não é mudar a natureza humana, mas sim revelar e cultivar o que há de melhor nela (Casselman, 1952). O cooperativismo moderno, nessa leitura, começa por dentro.

Martin (2016) parte desse mesmo diagnóstico para construir uma definição mais sistemática do sujeito que a educação cooperativista deve formar. O cooperativista que ele descreve interage continuamente

com outros em múltiplas dimensões, da interpessoal à internacional, sustentado por uma ética democrática que precisa ser cultivada, e não apenas declarada. A educação cooperativista é, nesse sentido, o caminho que vai do cooperado ao cooperativista, da adesão formal à disposição ética que sustenta a cooperação como modo de vida.

Ao analisar diferentes autores e a história do movimento, as características centrais da educação cooperativista são:

- **Formação moral e solidária:** inspirada por pensadores como Philippe Buchez, Theodor Amstad, Giuseppe Mazzini e Paul Singer, a educação cooperativista promove valores como fraternidade, responsabilidade coletiva e respeito às liberdades democráticas.
- **Educação para a autogestão:** Charles Gide e Franz Hermann Schulze-Delitzsch enfatizam a educação econômica popular e prática, preparando os cooperados para gerir coletivamente suas organizações.
- **Integração entre trabalho e aprendizado:** Saint-Simon e Robert Owen propõem uma educação vinculada à produção, na qual o saber técnico e científico é parte do processo de emancipação dos trabalhadores.
- **Educação inclusiva e comunitária:** Charles Fourier e Louis Blanc defendem uma formação voltada à inclusão de pessoas menos favorecidas, mulheres e crianças, com métodos lúdicos e espontâneos orientados ao bem comum.
- **Educação como instrumento de transformação social:** Paul Singer e William King veem a educação como meio de superar desigualdades, promover o pleno emprego e construir uma economia voltada ao bem-estar coletivo.

Essas cinco dimensões se articulam em torno de um projeto formativo comum, que reconhece no ser humano tanto o ponto de partida quanto o horizonte do cooperativismo. É essa educação, ao mesmo tempo ética, social e cultural, que completa o circuito entre cultura, filosofia e identidade, e prepara o terreno para a questão que a conclusão deste capítulo examina: **como esse projeto formativo se traduz, ou deixa de se traduzir, na prática concreta das cooperativas brasileiras.**

SÍMBOLOS: A LINGUAGEM VISUAL DO COOPERATIVISMO

Toda comunidade humana que busca perdurar precisa de uma linguagem visual que torne seus valores perceptíveis de imediato e que funcione como veículo de memória entre gerações. Os movimentos religiosos construíram cruzes, crescentes e estrelas; as nações ergueram bandeiras e brasões. Já o cooperativismo, ao longo de sua história, forjou um vocabulário simbólico próprio, composto por imagens que condensam, em formas simples, lições profundas sobre **como uma comunidade pode se organizar com dignidade, equidade e propósito**.

A seguir, apresentamos as origens e os significados desse vocabulário simbólico, recuperando a trajetória de cada imagem desde seus primeiros usos documentados até sua incorporação à identidade visual do cooperativismo brasileiro. O que se revela é que cada símbolo do cooperativismo nasceu de uma necessidade histórica específica, de uma tentativa de comunicar valores que as palavras nem sempre alcançam com a mesma rapidez.





Estandarte com arco-íris, um dos mais tradicionais símbolos do cooperativismo. Fonte: Acervo do Co-operative Heritage Trust.

Bandeira da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), primeiro design, sem data. Fonte: Acervo do Royal Museums Greenwich.



O arco-íris: diversidade, esperança e luz do progresso

O arco-íris figura entre os símbolos mais antigos e mais difundidos do cooperativismo mundial. Sua adoção remonta ao século XIX, quando os primeiros movimentos cooperativos buscavam uma imagem capaz de expressar tanto a diversidade de seus membros quanto a esperança que os sustentava diante das condições impostas pela Revolução Industrial.

Charles Gide foi um dos responsáveis por propor o uso das cores do arco-íris como símbolo da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), cujo primeiro design de bandeira foi elaborado na década de 1920. As cores do espectro representavam a união na diversidade e remetiam, ao mesmo tempo, à luz do progresso. A sistematização dos significados atribuídos a cada cor revelou uma gramática simbólica rica:

- o vermelho foi associado à coragem necessária para permanecer unidos;
- o laranja, à esperança no futuro;
- o amarelo, ao calor humano e à amizade;
- o verde, ao crescimento individual e coletivo;
- o azul-celeste, aos horizontes e possibilidades ilimitadas;
- o azul-escuro, ao trabalho árduo e à perseverança;
- e o violeta, ao respeito pelos outros.

Essa arquitetura de significados reflete uma compreensão sofisticada da natureza do cooperativismo: um movimento que reúne pessoas de origens, capacidades e trajetórias distintas, e que depende precisamente dessa pluralidade para ser completo. Como o arco-íris, que somente existe quando todas as cores estão presentes, a cooperativa somente realiza seu potencial quando a diversidade de seus membros é reconhecida e integrada, e não homogeneizada ou ignorada.

A bandeira da ACI passou por reformulações ao longo do século XX, com adições em 2001, e manteve o arco-íris como elemento central até 2013, ano em que a entidade realizou uma revisão completa de identidade visual e passou a adotar os elos de uma corrente como símbolo principal.

Evolução das bandeiras da ACI. A partir de 2013, a entidade troca o arco-íris pelos elos de uma corrente. Fonte: ACI.



Déc. 1920



2001



2013

A colmeia e as abelhas: organização coletiva a serviço do bem comum

A colmeia figurou entre os símbolos mais populares do cooperativismo ao longo do século XIX, especialmente na Inglaterra, onde a presença de esculturas de colmeias nos edifícios das cooperativas de consumo era um elemento recorrente de sua arquitetura. Exemplos documentados incluem a *Lancaster and Skerton Equitable Industrial Co-operative Society* (Sociedade Cooperativa Industrial Equitativa de Lancaster e Skerton), fundada em 1860, e a antiga sede da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, construída em 1867.

A escolha da colmeia como símbolo cooperativista baseia-se na organização interna da colônia de abelhas, compreendida como metáfora de uma sociedade que subordina o interesse individual ao bem coletivo sem suprimir a função específica de cada membro.

Na colmeia, cada abelha cumpre um papel determinado. O resultado do trabalho individual não é acumulado por quem o produziu, mas integrado ao patrimônio coletivo, que sustenta todas. Seus esforços



Colmeia esculpida no alto da fachada do edifício da Lancaster and Skerton Equitable Industrial Co-operative Society, fundada em 1860, no Reino Unido. O edifício foi inaugurado em 1903. Fonte: Lancaster Civic Vision (2022).



Logotipo da Co-operative Heritage Trust (Fundação do Patrimônio Cooperativo Britânico), instituição responsável pela manutenção do acervo histórico e do museu da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

À direita, colmeia esculpida na fachada da antiga sede da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, construída em 1867, em Rochdale, Reino Unido. Elemento essencial do simbolismo cooperativista – hoje instalada no jardim de um pub. Fonte: Stephen Marland.

beneficiam toda a colônia e promovem o equilíbrio de todo o ecossistema, favorecendo o ambiente e outros animais.

O paralelo com as formigas, outro inseto frequentemente evocado nos estudos sobre cooperação na natureza, ilumina uma nuance importante. As formigas colocam a sobrevivência do formigueiro acima de qualquer consideração individual por puro instinto, sem deliberação ou escolha.

O cooperativismo humano, por sua vez, exige que essa mesma disposição seja cultivada conscientemente, por meio de educação, de valores internalizados e de arranjos institucionais que tornem a cooperação mais racional e atraente do que a concorrência. É justamente essa dimensão deliberativa e ética que distingue o cooperativismo de uma simples organização funcional.

O feixe de trigo: a força da união e a partilha da colheita

O feixe de trigo foi um símbolo amplamente utilizado pelas cooperativas de consumo britânicas no século XIX e início do século XX. O edifício da *Droylsden Industrial Cooperative Society Limited* (Sociedade Cooperativa Industrial de Droylsden Limitada), em Manchester, e o anúncio da *Wheatsheaf Works* (Fábrica do Feixe de Trigo), cooperativa produtora de calçados em Leicester, datado de 1897, são exemplos documentados do uso desse símbolo.

A lógica do símbolo é direta: um único talo de trigo não consegue permanecer de pé por si só e é facilmente dobrado pelo vento ou partido pelo peso. O feixe de talos unidos, ao contrário, ergue-se e resiste, porque a soma das fragilidades individuais produz uma estrutura coletivamente robusta.

A imagem captura, com economia visual, a premissa fundamental do cooperativismo: a cooperação não é apenas mais eficiente do que a ação individual isolada, é, em muitos contextos, a única forma de viabilizar aquilo que o indivíduo sozinho não poderia alcançar.

Edifício da antiga loja da Droylsden Industrial Cooperative Society Limited, em Manchester, Reino Unido, 2020. Fonte: Stephen Marland/Modern Mooch.



Anúncio da Wheatsheaf Works, cooperativa produtora de calçados em Leicester, Reino Unido, 1897.
Fonte: Good Things Collective.



Os elos da corrente: interdependência e lealdade como fundamentos estruturais

O símbolo dos elos de uma corrente foi introduzido formalmente no vocabulário visual do cooperativismo pela ACI em 2013, quando a organização desenvolveu uma nova identidade visual global no contexto do Ano Internacional das Cooperativas proclamado pela ONU em 2012. O símbolo foi concebido para representar de maneira direta a essência cooperativa: união, interdependência e força coletiva.

À época, a então presidente da ACI, Dame Pauline Green, explicou que a mudança ocorreu porque o cooperativismo mundial clamava por uma identidade única. “Acreditamos, realmente, que qualquer pessoa ao redor do mundo reconhecerá o cooperativismo quando vir essa logomarca. Agora, teremos uma logomarca que, espero, nos represente ao redor do mundo pelos próximos anos”, disse durante a Conferência Global e Assembleia Geral da ACI de 2013, na Cidade do Cabo, na África do Sul.



Atual marca da ACI, em sua versão em inglês, usada mundialmente. Fonte: ACI.

A corrente como símbolo traz consigo uma lição que a tradição cooperativista já elaborara de outras formas, mas que a imagem torna especialmente clara: a força do conjunto depende da integridade de cada parte. Uma corrente não rompe em seu elo mais forte, mas no mais fraco. Essa assimetria entre a solidez aparente do coletivo e a vulnerabilidade real de seus pontos de menor resistência é uma das tensões constitutivas do cooperativismo. A interdependência é uma condição estrutural que impõe responsabilidade a cada membro.

O símbolo dos elos reafirma, portanto, que a lealdade à cooperativa não é apenas uma virtude moral ou uma disposição afetiva. É uma contribuição objetiva à solidez do sistema. O cooperado que deixa de participar das assembleias, que migra para fora da cooperativa quando as condições de mercado lhe parecem mais favoráveis, enfraquece o elo que sustenta todos os demais. Compreender essa dimensão estrutural da lealdade é parte essencial da formação do cooperativista.

Os dois pinheiros: resistência, fecundidade e cooperação

O símbolo dos dois pinheiros circunscritos por um círculo, nas cores amarelo e verde, possui uma origem documentada e precisa: foi criado em 1921 por James Peter Warbasse, fundador e primeiro presidente da *National Cooperative Business Association* (NCBA – em português, Associação Nacional de Negócios Cooperativos) – fundada originalmente como *Cooperative League of the United States of America* (CLUSA – Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América) e que, atualmente, é a principal entidade de cúpula do cooperativismo nos Estados Unidos.



Símbolo criado por
James Peter Warbasse.

À época, o próprio Warbasse definiu o significado do símbolo: “O pinheiro é o símbolo antigo da **resistência** e da **fecundidade**. Mais de um pinheiro é usado para significar **cooperação**. Os troncos das árvores se prolongam em raízes que formam o círculo, o símbolo antigo da vida eterna, representando aquilo que não tem fim. O círculo representa o cosmos abrangente, que depende da cooperação para sua existência.”

A escolha do pinheiro como imagem central dessa simbologia repousa sobre atributos botânicos que se prestam à metáfora cooperativista com precisão. O pinheiro é uma árvore de raízes profundas, capaz de crescer em solos inóspitos e resistir a climas adversos, associado historicamente à perseverança e à fecundidade.

Dois pinheiros lado a lado representam o ideal de união e cooperação, e o círculo simboliza o ciclo infinito da vida e a imortalidade. E as cores também são carregadas de significado: o amarelo evoca o sol, fonte de energia, luz e abundância, enquanto o verde escuro, presente nas folhagens, remete à força da natureza.

No Brasil, essa simbologia foi incorporada por muitas cooperativas, inclusive pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundada em 1969.



Atual marca do Sistema OCB.



CARIMBO SOMOSCOOP: SÍMBOLO QUE REPRESENTA E IDENTIFICA O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

O **SomosCoop** é o movimento nacional de valorização do cooperativismo, criado para unir cooperativas, cooperados e conectar pessoas que acreditam na força de trabalhar junto para tornar o coop conhecido e reconhecido na sociedade. Sua marca tem origem no símbolo “coop” da ACI, que atende a um chamado global pela identificação das cooperativas em todo o mundo. No desdobramento brasileiro, somou-se o “somos” ao “coop”, elemento que carrega em si a soma, reforça o senso de pertencimento, desperta orgulho e identifica o movimento. Além do logotipo, a marca traz um símbolo simplificado da bandeira do Brasil, que sinaliza tratar-se de um produto ou serviço de uma cooperativa brasileira.

A criação do carimbo SomosCoop responde a um desafio de reconhecimento. Em 2018, a Pesquisa de Imagem do Cooperativismo, realizada pelo Sistema OCB, revelou que apenas 29% dos brasileiros sabiam citar o nome de uma cooperativa. Foi nesse mesmo ano que o carimbo foi lançado, com o objetivo de facilitar a identificação

de produtos e serviços de cooperativas, e, a partir de 2020, o movimento passou a contar com campanhas publicitárias para promover a imagem do coop brasileiro.

Em resumo, **onde tem carimbo SomosCoop, tem produtos e serviços com a qualidade coop**. Se a sua cooperativa ainda não utiliza o carimbo, basta acessar a Central da Marca, fazer o cadastro e baixar as diversas opções disponíveis para uso em embalagens, materiais de comunicação, frotas e muitas outras possibilidades. Além do carimbo, há vários materiais que vão apoiar a sua cooperativa a mostrar a força de todo o cooperativismo.

Acesse a Central da Marca do SomosCoop:



VALORES: O FUNDAMENTO ÉTICO DO COOPERATIVISMO

A Aliança Cooperativa Internacional, na Declaração sobre a Identidade Cooperativa de 1995, estabeleceu que as cooperativas se baseiam em seis **valores fundamentais**. A esses seis valores fundamentais somam-se mais quatro **valores éticos**.

VALORES FUNDAMENTAIS	VALORES ÉTICOS
• Autoajuda • Autorresponsabilidade • Democracia • Igualdade • Equidade • Solidariedade	• Honestidade • Transparência • Responsabilidade social • Preocupação com o próximo

Essa formulação é o resultado de um longo processo histórico de sedimentação das práticas cooperativistas. E o traço mais característico desse conjunto de valores é o humanismo, a primazia das pessoas sobre o capital.

Ao contrário das sociedades anônimas, em que o poder de decisão é proporcional ao capital investido por cada sócio, as cooperativas fundamentam-se no princípio de que todos os cooperados possuem o mesmo poder de decisão enquanto membros da cooperativa, independentemente da sua participação econômica. Essa inversão de prioridades tem consequências práticas profundas, que se manifestam nas regras de governança, na distribuição de resultados e no tipo de vínculo que a cooperativa estabelece com seus membros e com a comunidade.

A seguir, cada um desses valores é examinado individualmente com base na Declaração sobre a Identidade Cooperativa, da ACI.

AUTOAJUDA

A autoajuda² é o valor que afirma a capacidade dos cooperados de resolverem seus próprios problemas por meio da ação organizada, sem dependência de agentes externos, sejam eles o Estado, o mercado ou qualquer forma de tutela.

Esse valor tem raízes históricas precisas: nasceu da constatação, feita pelos Pioneiros de Rochdale, em 1844, de que os trabalhadores industriais ingleses, individualmente fracos diante das estruturas do capitalismo emergente, poderiam construir poder coletivo por meio da cooperação. Ou seja, o cooperativismo foi, desde sua origem, uma resposta autônoma da sociedade civil a uma condição de vulnerabilidade estrutural.

AUTORRESPONSABILIDADE

A autorresponsabilidade é o valor complementar e indissociável da autoajuda. Ela afirma que cada membro é corresponsável pelo sucesso ou fracasso da cooperativa. A liberdade de

aderir voluntariamente à cooperativa traz consigo a responsabilidade de contribuir para sua viabilidade. O movimento se manifesta simultaneamente como resistência a um sistema de dominação e como uma alternativa econômica baseada na valorização da produção de seus integrantes.

Assim, autoajuda e autorresponsabilidade constituem, juntas, a base de uma cultura de protagonismo coletivo, ou seja, a convicção de que a cooperativa é um instrumento que os próprios cooperados constroem e mantêm, e não uma estrutura que opera por conta própria, independentemente do engajamento de seus membros.

DEMOCRACIA

O princípio “um membro, um voto”, estabelecido pelos Pioneiros de Rochdale, em 1844, é um dos enunciados mais significativos da história do cooperativismo. Em uma sociedade organizada em torno da acumulação de capital, onde o



2. O termo “autoajuda” corresponde à tradução do valor cooperativo “self-help” adotada pela ACI em sua Declaração sobre a Identidade Cooperativa, de 1995. Algumas fontes brasileiras utilizam “ajuda mútua”, expressão semanticamente próxima, mas que não é a denominação oficial da ACI.

poder econômico confere poder político e decisório, a cooperativa criou uma regra que desvincula o peso do voto do montante investido. O maior produtor e o menor produtor, o cooperado mais antigo e o mais recente, o que investiu mais e o que investiu menos têm o mesmo peso nas deliberações coletivas.

Desta forma, a democracia está diretamente relacionada ao pleno direito de o cooperado participar da vida da cooperativa em toda a sua dimensão, especialmente pela palavra e pelo voto, implicando, em contrapartida, respeito às decisões majoritárias. É pela democracia que se exerce a cidadania cooperativa.

IGUALDADE

A igualdade, no cooperativismo, significa igualdade de direitos e de voz, além da garantia de que nenhuma diferença de origem, de gênero, de raça, de crença política ou religiosa ou de capacidade econômica se traduza em exclusão do processo deliberativo.

A Declaração sobre a Identidade Cooperativa é explícita nesse ponto, ao definir as cooperativas como organizações abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de

ser membro, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

A igualdade também se estende ao atendimento cotidiano: todos os cooperados, independentemente do volume de sua participação econômica, têm direito ao mesmo nível de serviço e ao mesmo tratamento por parte da cooperativa.

EQUIDADE

A equidade é um valor que se distingue da igualdade por reconhecer que pessoas em situações diferentes precisam de tratamentos diferentes para alcançar posições equivalentes.

No cooperativismo, a equidade se manifesta na forma como as sobras líquidas são distribuídas, isto é, geralmente de forma proporcional às transações de cada membro com a cooperativa, e não ao capital que cada um investiu. Quem mais cooperou, mais se beneficia, independentemente de quem detém maior participação no capital social.

Essa regra estimula a participação ativa nas operações da cooperativa, porque é essa participação que determina o benefício econômico, e não a posse passiva de cotas-parte.

Em suma, a equidade se manifesta fundamentalmente pela garantia da igualdade de direitos, pelo julgamento justo e pela imparcialidade, tanto em aspectos econômicos como sociais.

SOLIDARIEDADE

A solidariedade é o valor que articula o cuidado com aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade dentro e fora da cooperativa. Ela se expressa no vínculo de comprometimento mútuo entre os membros: cada cooperado responde não apenas por si, mas pelo conjunto, e é essa responsabilidade compartilhada que garante ao mesmo tempo a força coletiva e a proteção individual.

Costa (2016) observou que as cooperativas possuem “ampla e nivelada percepção de sua responsabilidade social”, preocupando-se em estabelecer processos que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades em que se inserem. Essa responsabilidade é constitutiva de sua doutrina, o que distingue radicalmente a cooperativa genuína de uma empresa tradicional.

HONESTIDADE

A honestidade é uma das marcas de pessoas de elevado caráter. Está ligada à verdade por excelência e tem a ver com retidão, probidade e honradez. No contexto cooperativista, ela é uma exigência estrutural do modelo.

Uma cooperativa cujos dirigentes, gestores ou membros atuam com desonestidade corrói pela base o vínculo de confiança que sustenta toda a organização. A confiança mútua entre cooperados, e entre cooperados e gestão, é o ativo mais valioso de uma cooperativa.

TRANSPARÊNCIA

A transparência diz respeito à clareza, àquilo que efetivamente é, sem ambiguidade e sem segredo. No meio cooperativo, todos têm de ter conhecimento preciso sobre a vida da entidade – regras, gestão, números etc. Vale ressaltar que a transparência vai além da obrigação legal de prestação de contas e constitui uma condição para que o controle democrático funcione de fato.

Um cooperado que não tem acesso claro às informações da cooperativa não pode exercer seu direito de voto com consciência, nem avaliar criticamente

as decisões da gestão. Nesse sentido, a transparência torna-se condição indispensável para que a democracia cooperativista se concretize.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social conecta o empreendimento cooperativo, por sua natureza comunitária, ao compromisso com o bem-estar das pessoas e com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua. Esse valor envolve desenvolvimento econômico e social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais, tendo a sustentabilidade como palavra-chave.

A Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista³ (2026) confirma que essa dimensão é percebida como elemento central da identidade cooperativista pelos líderes entrevistados, ainda que sua manifestação prática seja desigual entre cooperativas de diferentes ramos e portes. A responsabilidade social, como todos os valores, precisa ser praticada para existir.

PREOCUPAÇÃO COM O PRÓXIMO

A preocupação com o próximo é o valor ético que dá ao cooperativismo sua dimensão mais humana e comunitária. Ela ultrapassa a lógica da transação econômica e situa a cooperativa como uma instituição que se importa com as pessoas ao seu redor, membros ou não. É esse valor que distingue a cooperativa de organizações voltadas exclusivamente para os interesses de seus proprietários/acionistas.

Uma cooperativa que pratica a preocupação com o próximo investe na comunidade em que está inserida, apoia iniciativas sociais, promove a educação e contribui para o desenvolvimento da comunidade, reconhecendo que sua prosperidade e a prosperidade do entorno são indissociáveis.

No próximo bloco, trataremos das diretrizes de gestão fundamentadas por princípios que devem ser incorporados nas estratégias, políticas e práticas das cooperativas.

3. A Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista foi realizada pelo Sistema OCB, entre 2025 e 2026, em duas etapas complementares. Na etapa qualitativa, ouviu 46 dirigentes e gestores de 37 cooperativas; na quantitativa, reuniu 9.767 respostas de cooperativas de todo o país, tornando-a o estudo sobre cultura cooperativista com maior base de respondentes já realizado no Brasil.

PRINCÍPIOS: AS DIRETRIZES QUE ORIENTAM A GESTÃO COOPERATIVISTA

Os princípios cooperativistas são **diretrizes de gestão que se aplicam diretamente às cooperativas enquanto organizações**. Eles devem ser incorporados nas estratégias, políticas e práticas organizacionais, orientando desde a estrutura de governança até a relação com os cooperados e com a comunidade. Se os valores dizem em que o cooperativismo acredita, **os princípios estabelecem como essa crença se traduz em funcionamento concreto**.

A gênese em Rochdale: 1844

Como vimos no capítulo 1, a historiografia tradicional reconhece o ano de 1844 como o marco de referência do cooperativismo moderno. Naquele ano, na cidade inglesa de Rochdale, um grupo de 28 trabalhadores fundou a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que era composta majoritariamente por tecelões, mas também incluía alfaiates.

A LINHA DO TEMPO: DA FUNDAÇÃO DA ACI À DECLARAÇÃO DE MANCHESTER

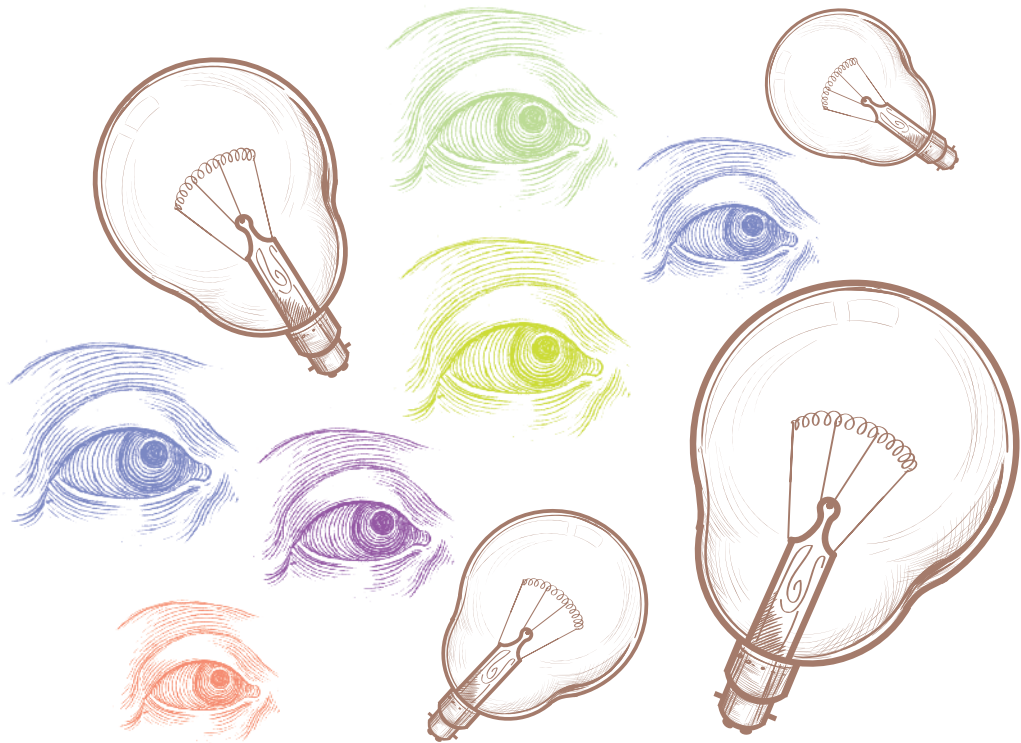
A sistematização internacional dos princípios cooperativistas passou por um processo longo e gradual, marcado por revisões e adaptações às transformações do contexto econômico e social de cada época. A linha do tempo a seguir sintetiza os marcos principais desse processo:

1895

Fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em Londres, durante o I Congresso da ACI. O encontro reuniu delegações de Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Itália, Reino Unido, Sérvia e Suíça, marcando a criação da primeira organização internacional dedicada a representar e fortalecer o movimento cooperativista em escala global. Nesse momento inaugural, a definição de cooperativismo ainda era ampla e abraçava diferentes vertentes, mas começava ali um processo de integração que posteriormente se alinharia de forma estrita ao legado de Rochdale.

1921

Décimo Congresso da ACI, realizado em Basileia: a organização define que se orientará pelos princípios de Rochdale e exigirá seu cumprimento pelas cooperativas filiadas, estabelecendo o alinhamento doutrinário como critério de filiação.



1937

Primeira revisão formal dos princípios pela ACI, buscando adequar o legado de Rochdale ao cooperativismo do século XX e às suas diversas expressões mundiais. As mudanças organizaram os princípios em dois grupos: princípios essenciais e métodos operacionais, além de acrescentar formalmente a neutralidade política e religiosa como resposta ao clima ideológico da Europa dos anos 1930.

1966

Segunda revisão dos princípios, desta vez mais significativa, em contexto de crescente globalização e diversificação do movimento cooperativo. A revisão buscou atualizar a linguagem e o alcance dos princípios para cooperativas que atuavam em setores cada vez mais variados e em realidades sociais distintas. Em resumo, foram eliminados dois princípios (neutralidade política e religiosa, e vendas à vista) para acomodar a diversidade de sistemas, como os blocos ocidental e socialista. Ao mesmo tempo, acrescentou-se a intercooperação, como uma estratégia de rede para fortalecer o movimento frente à crescente concorrência global.

1995

No Congresso de Manchester, a ACI aprova a Declaração sobre a Identidade Cooperativa, documento que estipula, de forma articulada, a definição, os valores e os sete princípios que regem as cooperativas em todo o mundo até hoje. O documento é a referência normativa central do cooperativismo contemporâneo. Nesta revisão, a ACI acrescenta dois princípios inéditos: autonomia e independência, e preocupação com a comunidade.

Após alugarem uma sala em um prédio da rua conhecida como Beco do Sapo, iniciaram suas operações com uma modesta quantidade de manteiga, açúcar, farinha de trigo, farinha de aveia e velas de sebo.

Vale ressaltar que Rochdale já havia sido palco de uma experiência cooperativista anterior, na década de 1830, liderada por trabalhadores ligados ao pensamento owenista. Essa tentativa não prosperou, mas os aprendizados acumulados orientaram a fundação, em 1844, de um modelo mais sólido.

O diferencial decisivo dos Pioneiros de Rochdale foi ter conseguido aplicar, de forma consistente, um conjunto de princípios – as chamadas “regras de ouro” – que garantiram o funcionamento e a expansão da cooperativa. As operações começaram com uma pequena loja que oferecia produtos básicos de qualidade a preços justos. Rapidamente, a cooperativa ampliou suas atividades para áreas como educação, moradia e produção coletiva.

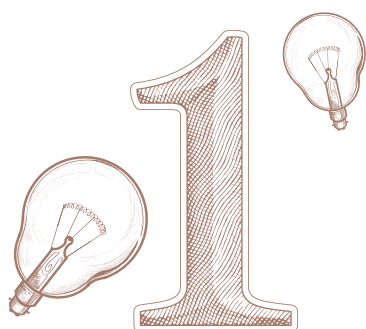
Os princípios originais estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale foram:

1. Adesão livre e livre retiro;
2. Controle democrático;
3. Neutralidade política, racial e religiosa;
4. Vendas à vista, em dinheiro;
5. Devolução de excedentes;
6. Interesse limitado sobre o capital;
7. Educação contínua.

A presença da educação como princípio fundador é reveladora do espírito visionário dos fundadores. Isso porque a cooperativa, além de um mecanismo de consumo coletivo, era um projeto de formação humana e de transformação social. O sucesso da experiência de Rochdale foi amplamente noticiado e inspirou a criação de cooperativas em toda a Europa ao longo da segunda metade do século XIX.

OS SETE PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DE MANCHESTER

Os sete princípios aprovados em 1995 – e que seguem válidos até hoje – representam o resultado de um processo histórico de mais de 150 anos de experimentação, reflexão e sistematização. Compreendê-los em profundidade é condição para que qualquer educador, gestor ou membro de uma cooperativa possa avaliar criticamente a distância entre os princípios declarados e a prática efetiva de sua organização.



1º PRINCÍPIO: ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de ser um membro, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

A voluntariedade é a condição que torna o compromisso do cooperado genuíno. Uma adesão forçada ou meramente instrumental não produz cooperativistas; produz, quando muito, usuários. Da mesma forma, a abertura irrestrita a quem aceita as responsabilidades do vínculo é o fundamento da natureza inclusiva do cooperativismo, que o distingue de associações fechadas baseadas em critérios de exclusão.

Em resumo, o acesso é livre a quem queira cooperar e a manifestação de adesão compete ao próprio interessado, não se cogitando que alguém possa ser compelido a ingressar ou a permanecer na sociedade.

A adesão voluntária e livre encontra amparo direto na Constituição Federal de 1988, cujos arts. 5º, XVII e XX garantem, respectivamente, a liberdade de associação para fins lícitos e a vedação de que alguém seja compelido a associar-se ou a permanecer associado. O fundamento constitucional do princípio, porém, vai além desses dois dispositivos. O art. 170, incisos III e VII, ao consagrar a função social da propriedade e a redução das desigualdades regionais e sociais como pilares da ordem econômica, e o art. 3º, ao estabelecer entre os objetivos fundamentais da República a erradicação da pobreza e a promoção do bem de todos sem discriminação, revelam o prestígio que o Poder Constituinte

conferiu ao cooperativismo como vetor de desenvolvimento econômico aliado à justiça social.

Nesse sentido, esse princípio ampara-se em valores constitucionais estruturantes, que abrangem ainda a proibição de discriminação por raça, sexo, credo ou classe social no acesso às cooperativas.

2º PRINCÍPIO: GESTÃO DEMOCRÁTICA

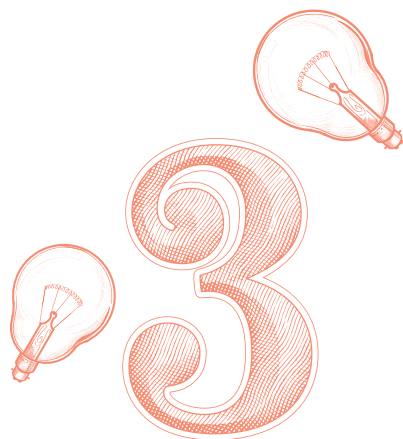
As cooperativas são organizações democráticas controladas pelo seu Quadro Social, que participa ativamente na formulação das políticas e na tomada de decisões, com poder decisório distribuído igualmente (“um membro, um voto”).

A gestão democrática, além de um procedimento administrativo, é a expressão institucional do valor da igualdade. A Assembleia Geral, principal espaço de exercício desse controle, é o momento em que a cooperativa afirma concretamente sua natureza distinta. Votar e ser votado, conforme as condições estatutárias, constituem direitos e, por consequência, deveres basilares do cooperado. Participar da vida da cooperativa é indispensável para o seu sucesso. Cabe à cooperativa assegurar todas as condições para a prática desse direito-dever, incluindo a instituição de canais e outros mecanismos adequados e transparentes de acesso a informações e participação dos cooperados.

Vale destacar que o regime democrático, em que as decisões são tomadas por maioria simples ou especial, de acordo com a matéria, pressupõe o exercício representativo do poder, tendo a Assembleia Geral como fórum principal.

O art. 4º, inciso V, da Lei 5.764/71, consagra expressamente a singularidade do voto nas cooperativas singulares, ressalvada a possibilidade de proporcionalidade para cooperativas centrais, federações e confederações que não exerçam atividade de crédito.





3º PRINCÍPIO: PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

Os sócios contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e o controlam democraticamente. Parte deste capital é propriedade comum da cooperativa. Os sócios geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, sobre o capital subscrito como condição de adesão. Os excedentes são destinados a desenvolver a cooperativa, beneficiar os sócios na proporção das suas transações com a cooperativa ou apoiar outras atividades aprovadas pelo Quadro Social.

Toda cooperativa se estrutura e se desenvolve a partir da formação de seu patrimônio, constituído pelo capital social e pelas reservas. Por isso, ao ingressar na cooperativa e durante toda a sua permanência nela, o cooperado tem o dever de contribuir para essa base patrimonial, seja pela integralização de cotas-partes de capital, seja pela decisão coletiva de destinar parte dos excedentes anuais à formação de reservas. Esse compromisso é a contrapartida natural pelos benefícios operacionais e associativos que a cooperativa proporciona.

Mas a participação econômica vai além do capital. Como dono do empreendimento, o cooperado tem o dever de operar com a sua cooperativa. O esforço deve ser de todos, distribuído de forma individual e proporcional. É aqui que a ajuda mútua e a solidariedade deixam de ser conceitos abstratos e se tornam prática cotidiana. Seria contraditório que o cooperado de uma cooperativa agropecuária, por exemplo, entregasse sua produção a uma empresa convencional, ou que o membro de uma cooperativa de crédito mantivesse suas economias em um banco privado.

Essa participação tem sua devida recompensa. No dia a dia, ela se traduz em qualidade de atendimento e condições mais vantajosas. Ao final de cada exercício, o cooperado faz jus à distribuição dos resultados proporcionalmente às operações realizadas no período, bem como à remuneração de suas cotas-partes de capital. Parte dos excedentes pode ainda ser destinada à formação de reservas, que cumprem duas funções essenciais: proteger a cooperativa em períodos de resultado adverso e financiar seu desenvolvimento, por meio de investimentos na melhoria das operações, dos serviços e de programas de capacitação e ações comunitárias.

4º PRINCÍPIO: AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus sócios. Se assinarem acordos com outras organizações, incluindo governos, ou se levantarem capital de fontes externas, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Esse princípio explica que o empreendimento cooperativo é, por excelência, autônomo e independente. Concebido pela conjugação de esforços do próprio quadro social e moldado pela autogestão, ele pertence integralmente aos seus membros. Os resultados, positivos ou negativos, afetam exclusivamente os cooperados, e sua gestão é responsabilidade deles.

Qualquer influência externa que comprometa esse controle democrático representa uma ameaça à natureza do modelo cooperativo, especialmente quando visa assegurar privilégios em detrimento da coletividade de cooperados. Por isso, a cooperativa precisa estar protegida contra ingerências políticas ou de qualquer força exterior ao seu meio social, sejam elas sindicais, classistas ou de outra natureza.

Em termos práticos, toda tratativa negocial ou iniciativa que envolva a participação de pessoas, entidades ou órgãos externos deve preservar o controle democrático dos cooperados, sem impor prejuízo ou tratamento injusto, e sem gerar privilégios ou favores aos administradores e executivos da cooperativa.

Além de expressar os valores da democracia, da transparência e da honestidade, esse princípio também encontra respaldo direto no ordenamento jurídico brasileiro. O art. 5º, XVIII, da Constituição Federal é categórico: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.” Na legislação infraconstitucional, a referência central é o art. 4º, inciso IX, da Lei 5.764/71, que trata da neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

Meinen e Port (2014) fazem, no entanto, um esclarecimento importante. Segundo os autores, o fato da não ingerência do Estado no





funcionamento da cooperativa não impede, à luz do próprio dispositivo constitucional, o livre exercício da regulamentação – de conformidade com os princípios e a orientação legal superior – e supervisão por órgãos estatais – como são os casos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em relação às cooperativas financeiras.

5º PRINCÍPIO: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As cooperativas proporcionam educação e formação aos seus sócios, representantes eleitos, dirigentes e trabalhadores, para que possam contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas informam ao público em geral, especialmente aos jovens e líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

A educação cooperativista cumpre seu papel quando alcança todos os atores envolvidos: cooperados, dirigentes, empregados e a comunidade em geral. Uma cooperativa cujos membros desconhecem seus valores, princípios e regras de funcionamento dificilmente se sustenta no longo prazo. O cooperado pouco engajado tende a abandonar a cooperativa ao primeiro sinal de dificuldade, infelizmente.

Para os atores internos, o ideal são programas de formação estruturados de acordo com o perfil de cada público. No caso dos cooperados que assumem cargos eletivos, a preparação prévia para o universo cooperativo é indispensável. Para o público externo, as cooperativas precisam investir em canais variados de comunicação, das entidades de classe aos espaços comunitários, das escolas aos meios de comunicação de massa. A inserção do cooperativismo na educação básica segue sendo uma meta a perseguir, assim como a familiarização dos acadêmicos de economia, administração e direito com as especificidades do modelo.

Um ponto que merece atenção é a fragmentação das iniciativas de comunicação. É comum que cada cooperativa ou sistema desenvolva sua própria estratégia, quando o movimento ganharia muito com uma mobilização nacional unificada. Quanto mais coordenada for a divulgação da filosofia cooperativista, maior será sua difusão nos meios

e grandes centros urbanos, onde o cooperativismo ainda tem muito espaço a conquistar.

Esse princípio relaciona-se diretamente com os valores da transparência e da responsabilidade, e encontra respaldo legal no art. 28, II, da Lei 5.764/71, que prevê a constituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) com pelo menos 5% das sobras líquidas do exercício, e na Medida Provisória 1.715/98 e suas reedições, que asseguram o recolhimento de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) para financiar programas de formação profissional e promoção social nas cooperativas.

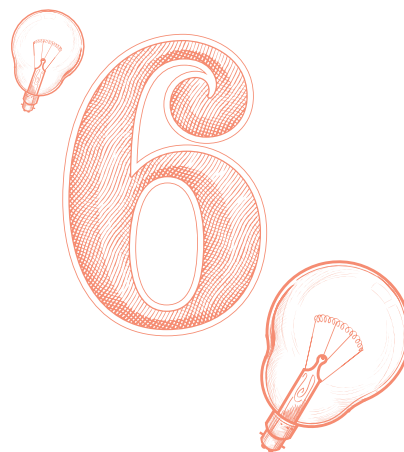
É possível afirmar que o 5º princípio ocupa uma posição estruturalmente central entre todos os princípios: sem educação, a adesão voluntária é desinformada, o controle democrático é ineficaz, a participação econômica é passiva, a autonomia é frágil e a solidariedade é instintiva em vez de consciente. A educação é o que transforma o vínculo formal em engajamento cultural – e, por isso, retomaremos esse princípio adiante.

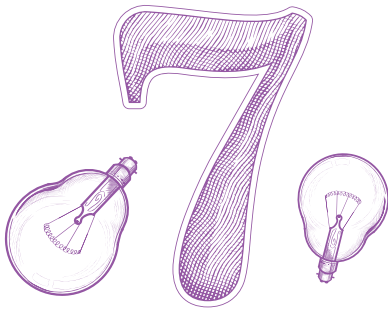
6º PRINCÍPIO: INTERCOOPERAÇÃO

As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus sócios e dão força ao movimento cooperativo trabalhando juntas, por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

Chamado inicialmente de “Cooperação entre cooperativas” e, posteriormente, popularizado como “Intercooperação”, esse princípio reconhece que a lógica da cooperação deve operar também entre cooperativas. A intercooperação multiplica a força individual de cada cooperativa e confere ao movimento uma escala que nenhuma cooperativa isolada poderia alcançar. Em geral, ela se manifesta em dois planos distintos: o horizontal, entre cooperativas de mesmo nível; e o vertical, pela organização em estruturas de segundo e terceiro graus e os órgãos de representação, defesa e desenvolvimento.

A intercooperação é uma das expressões mais concretas do valor da solidariedade: é do interesse genuíno de qualquer cooperativa que suas coirmãs, de qualquer ramo, se desenvolvam e se mantenham saudáveis.





7º PRINCÍPIO: INTERESSE PELA COMUNIDADE

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelo Quadro Social.

Aqui se estabelece que a cooperativa não é uma organização voltada exclusivamente para os interesses de seus membros. Ela está inserida em um território e em uma comunidade, e sua prosperidade deve contribuir também para o desenvolvimento do entorno. Esse comprometimento com a comunidade gera um ciclo virtuoso: à medida que a cooperativa prospera, sua capacidade de investir na comunidade aumenta; e uma comunidade mais desenvolvida, por sua vez, fortalece a base de cooperados, amplia o mercado local e contribui para a sustentabilidade da própria organização.

Vale sempre lembrar que as cooperativas não perseguem o lucro como finalidade. O resultado gerado retorna aos cooperados e à própria organização, fortalecendo suas operações. Como as ações visam, em última instância, aos interesses dos próprios membros, cabe a eles deliberarem sobre as diretrizes que orientarão a gestão no cumprimento desse princípio.

De forma geral, os sete princípios formam um sistema: cada um pressupõe os demais e todos convergem para o mesmo horizonte. A adesão voluntária só faz sentido se houver controle democrático que torne o vínculo significativo. A gestão democrática só funciona se os membros tiverem participação econômica real. A participação econômica só se sustenta com autonomia institucional. E, como já falamos, **tudo isso depende bastante da prática do 5º princípio, que ativa todos os outros princípios.** É sobre sua prática concreta que a conclusão deste capítulo se debruça.

A CULTURA PRECISA SER PRATICADA

Ao longo deste capítulo, o cooperativismo foi examinado na perspectiva da cultura: **o jeito de pensar, se relacionar e agir no cooperativismo**. E essa cultura, para ser levada adiante, depende, sobretudo, de práticas educativas que transmitem a identidade e dão continuidade ao movimento. É por isso que o 5º princípio – Educação, formação e informação – e o trabalho dos educadores cooperativistas merecem destaque.

Quando a educação sustenta tudo

Do plano conceitual ao plano empírico, o que as cooperativas brasileiras revelam sobre sua própria cultura? A Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista (2026), realizada pelo Sistema OCB, oferece respostas precisas e, em alguns casos, desconfortáveis. Ela confirmou que a cultura cooperativista é transmitida predominantemente pela prática cotidiana e pelos rituais organizacionais, e nem sempre por programas estruturados de formação.

As ações educativas existem nas cooperativas brasileiras, e se concentram principalmente na integração de novos empregados e na abertura de treinamentos técnicos. Mas a dimensão mais profunda da educação cooperativista, aquela que Casselman (1952, p. 27) descreveu como a tarefa de “revelar e cultivar o que há de melhor na natureza humana”, raramente aparece de forma sistemática.

Esse diagnóstico tem uma consequência direta para os educadores cooperativistas: **não bastam cursos e cartilhas**. Uma cooperativa que forma seus cooperados tecnicamente, mas não os forma culturalmente, deixa de realizar plenamente o 5º princípio tanto quanto uma que não oferece formação nenhuma.

A pesquisa do Sistema OCB também identificou um padrão preocupante. Quando perguntados sobre quem é responsável pela transmissão da cultura cooperativista, os entrevistados responderam, com frequência, que **“todos somos responsáveis”**. Essa resposta, embora



correta em sentido amplo, tende na prática a significar que ninguém é especificamente responsável, o que resulta em uma educação cultural fragmentada e pouco estratégica.

Educar é responsabilidade de todos

Ainda segundo a pesquisa, a cultura chega ao cooperado antes pelo comportamento das lideranças do que por qualquer programa formal de formação. **O líder direto é o principal vetor de transmissão cultural na cooperativa**, e o que ele faz importa mais do que o que ele diz. Uma gestão, por exemplo, que defende a democracia cooperativa nos documentos e concentra decisões no dia a dia está ensinando, na prática, que os princípios existem para ser citados, e não praticados.

Os eventos organizacionais são, nesse mesmo sentido, um espaço educativo estrutural. A assembleia geral, as reuniões de conselho, os encontros de cooperados, os dias de campo e as celebrações da data de fundação constituem os momentos em que a cultura se torna concreta. Uma assembleia em que os cooperados compreendem o que estão votando e por que isso importa transmite mais sobre democracia do que qualquer módulo de formação.

Se as lideranças transmitem cultura pelo exemplo e os eventos a reforçam pela experiência compartilhada, o educador cooperativista é quem torna esse processo consciente e sistemático. Sua função é tornar inteligível para o cooperado o que a cooperativa faz, por que faz e o que isso tem a

ver com o projeto maior do cooperativismo. Quando bem exercida, essa função transforma a participação em pertencimento, e o cooperado em cooperativista.

O legado que cada geração precisa renovar

Por fim, a pesquisa apontou que **as cooperativas com cultura mais viva são, em geral, aquelas em que a memória da crise fundadora ainda circula**. Essa memória – relato vivo do problema que motivou a criação da cooperativa – é o que confere sentido prático às assembleias, aos princípios e aos símbolos. Quando ela desaparece sem ter sido transmitida, os rituais da cooperativa continuam acontecendo, mas perdem a narrativa que os justifica.

Por isso, formar as novas gerações de cooperativistas é o teste mais exigente da força cultural de uma cooperativa. Como Casselman (1952) observou, essa formação exige **tempo, consistência, exemplos concretos e espaços deliberativos** onde os mais jovens possam, gradualmente, assumir responsabilidades e desenvolver senso de pertencimento.

A distinção entre cooperado e cooperativista, apresentada no início deste capítulo, retorna aqui com toda a sua força: o cooperado pertence formalmente à cooperativa; o cooperativista a constrói. A cultura cooperativista é o que sustenta essa segunda forma de pertencimento, mais exigente e mais transformadora. E o trabalho do educador cooperativista é, em essência, **formar cooperados para se tornarem cooperativistas, e para que esses, por sua vez, formem outros cooperativistas**.

Podemos concluir, portanto, que o conjunto articulado de significados, práticas e símbolos, moldados por princípios, valores e história, que orientam a cultura cooperativista **é uma construção que exige o engajamento ativo de cada geração**. E também é o que diferencia uma cooperativa genuína de qualquer outra forma de organização econômica.

Nos capítulos seguintes, a atenção se volta à memória institucional cooperativista e às formas pelas quais as cooperativas brasileiras têm preservado, transmitido e renovado o legado que as constitui. A memória é o outro nome do fio que conecta o passado ao presente e o presente ao futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAHAM, Jules. Symbols of co-operation. **Good Things Collective**, Morecambe, 2022. Disponível em: <https://www.goodthingscollective.co.uk/single-post/symbols-of-co-operation>. Acesso em: 7 abr. 2026.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Declaração sobre a identidade cooperativa. **ACI**, Manchester, 1995. Disponível em: <https://ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em: 6 abr. 2026.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Princípios cooperativistas**. Genebra: ACI, 2008.
- CASSELMAN, Paul H. **The cooperative movement and some of its problems**. New York: Philosophical Library, 1952.
- CLARK, Gordon. Weekend walk 2: the Co-operative Building, Lancaster. **Lancaster Civic Society**, Lancaster, 19 mar. 2023. Disponível em: <https://www.lancastercivicsociety.uk/2023/03/19/weekend-walk-2-the-co-operative-building-lancaster>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- CO-OPERATIVE HERITAGE TRUST. Home. Manchester: **Co-operative Heritage Trust**, [s. d.]. Disponível em: <https://www.co-operativeheritage.coop>. Acesso em: 31 mar. 2026.
- COSTA, Tiago Ribeiro da. **História e doutrina cooperativista**. Maringá: UniCesumar, 2016. Reimpresso em 2018.
- GEETZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDE, Charles. **Les oeuvres complètes de Charles Gide — volume VII: coopération et économie sociale**. Paris: L'Harmattan, 2001.
- HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MANCHESTER BEES. **Co-operative Society beehives**, Manchester, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://manchesterbees.es/index.php/2019/08/12/co-operative-society-beehives>. Acesso em: 27 maio 2026.
- MARTIN, André. **Le paradigme coopératif: une matrice philosophique dévoilant l'Homo cooperatus pour une oikonomia renouvelée**. 2016. Tese (Doutorado em Letras e Ciências Humanas) — Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université de Sherbrooke, Sherbrooke, 2016.
- MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbras, 2014.
- MODERN MOOCH. Ravensbury Street — Droylsden Cooperative Society Store. **Modern Mooch**, Manchester, 7 maio 2020. Disponível em: <https://modern-mooch.com/2020/05/07/ravensbury-street-droylsden-cooperative-store>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: uma história com propósito**. 2. ed. Brasília: Confedbras, 2025.
- ROYAL MUSEUMS GREENWICH. Flag, International Co-operative Alliance. **Royal Museums Greenwich — National Maritime Museum**, Londres, [s. d.]. (Pope Collection, ID: AAA0412). Disponível em: <https://www.rmg.co.uk/collections/objects/rmgc-object-412>. Acesso em: 8 abr. 2026.
- SISTEMA OCB. Cooperativismo ganha nova marca internacional. **Somos Cooperativismo**, Brasília, 2013. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticias-representacao/cooperativismo-ganha-nova-marca-internacional>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- SISTEMA OCB; SESCOOP. **Pesquisa nacional de cultura cooperativista**. Brasília: Sistema OCB, 2026.

4





MEMÓRIA COOPERATIVISTA

A **memória institucional** no universo das cooperativas vai muito além da função de registrar e arquivar eventos passados. Ela se estabelece, primordialmente, como **guardiã ativa do legado cooperativista**, dos princípios, dos valores e das conquistas coletivas que pavimentaram o caminho do movimento. Entender a memória nesse contexto exige compreendê-la como o alicerce sobre o qual o cooperativismo está edificado.

A preservação dessa memória é uma maneira de orientar a cultura e manter a identidade cooperativista no decorrer do tempo. Ela alimenta um **conjunto articulado de significados** que impede a cooperativa de se tornar apenas mais uma empresa mercantil, garantindo que sua essência – capacidade de transformar um grupo de indivíduos em uma comunidade unida por objetivos comuns – permaneça pulsante através do tempo.

Logo, a memória no cooperativismo possui uma finalidade estratégica, conectando diferentes dimensões temporais. Se por um lado ela celebra o passado, por outro ela organiza o presente e projeta o futuro. Essa tríade temporal confere à memória uma função vital para a continuidade do movimento:

- **No passado:** abriga as narrativas fundadoras, os ritos de passagem (processos de sucessão e cerimônias de posse, por exemplo) e as experiências que deram origem à organização.

Na página à esquerda, estão retratados representantes cooperativistas no 7º e no 15º Congresso Brasileiro do Cooperativismo.

- **No presente:** serve como um guia para as práticas atuais, orientando decisões cotidianas e garantindo que a operação esteja alinhada aos princípios doutrinários.
- **No futuro:** funciona como uma plataforma de lançamento, permitindo que a cooperativa projete propósitos e visões de longo prazo sem perder sua ancoragem original.

Como vimos nos capítulos anteriores, as raízes do cooperativismo moderno são alimentadas por um tecido histórico de diferentes tradições intelectuais e espirituais que, embora distintas em suas origens, convergem na valorização da cooperação como imperativo ético e meio de emancipação coletiva. **Vão do quakerismo ao socialismo utópico, passando pelo socialismo cristão, pelo liberalismo e pelo pensamento social cristão.** Esse vasto patrimônio intelectual só chegou aos dias de hoje porque foi deliberadamente lembrado, registrado e transmitido. Sem memória, não haveria cultura; e sem cultura, não haveria filosofia e, tampouco, identidade cooperativista.

As palavras de **Roberto Rodrigues**¹, ex-presidente do Sistema OCB e o primeiro latino-americano a presidir a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), permanecem atuais:

Precisamos saber como as cooperativas vieram para o Brasil, através de quem e com que ideais. [...] É indispensável conhecer a evolução dos diversos segmentos e também a evolução do pensamento cooperativista no país para podermos projetar o futuro do movimento e sua inserção na modernidade nacional (Pinho, 1991).

A citação foi escrita por Rodrigues na abertura da obra “Grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro”, encomendada pela OCB e considerada o primeiro grande esforço de resgate e sistematização da história do movimento no país.

1. Roberto Rodrigues é uma das maiores referências do cooperativismo contemporâneo, tendo presidido a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Engenheiro agrônomo e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, sua atuação foi determinante para a consolidação institucional e política do setor no Brasil. Foi Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2003-2006) e atualmente coordena a FGV Agro, além de ser Embaixador Especial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A memória, materializada em atas, fotografias, objetos, vídeos e relatos orais, é a semente da cultura cooperativista. É a partir desse acúmulo de experiências que o movimento é sistematizado. Os princípios e valores do cooperativismo, explicados no capítulo anterior, são validados pela trajetória histórica das cooperativas. Quando essa filosofia orienta a formação de sujeitos autônomos, o desenvolvimento de comunidades solidárias e a construção de economias voltadas ao bem comum, ela alimenta a identidade do movimento.

A memória e o sentido de pertencer

É por meio do resgate da memória que cada cooperativa e geração se reconhece como parte de algo maior, gerando coesão e sentido de coletividade. No cooperativismo, esse pertencimento não é dado apenas pelo vínculo formal, mas sim construído pelo compartilhamento de **histórias, rituais e marcos** que permitem que pessoas de diferentes origens e gerações se reconheçam como pares.

Quando uma cooperativa ativa sua história em processos de capacitação, ela não está apenas transmitindo dados técnicos, mas está também oferecendo um propósito, reforçando vínculos e criando continuidade. Ao conhecer as raízes, o novo membro passa a se enxergar como parte de uma trajetória coletiva, ou seja, como alguém que herda e leva adiante um propósito comum.

A memória, portanto, é o que permite **transformar o “eu” no “nós” cooperativista**, fortalecendo a cultura institucional e combatendo a dispersão de sentido, especialmente comum em tempos de alta rotatividade e mudanças aceleradas.

GESTÃO DA MEMÓRIA E DO LEGADO COOPERATIVISTA

Antes de prosseguir, vale fazer uma pausa para conceituar o que é, afinal, a memória. Como vimos no início deste capítulo, ela não é apenas um registro estático ou um encerramento do passado, mas sim a base que sustenta e alimenta a cultura, a filosofia e a identidade.

Ela conecta gerações e, assim como a educação cooperativista, contribui para a continuidade e o fortalecimento do cooperativismo, além de colaborar para a construção do seu futuro. Ela também abriga os conteúdos essenciais do movimento, como narrativas fundadoras, documentos, ritos e experiências, conecta épocas e preserva significados.

Já o **legado** pode ser definido como **o patrimônio histórico, cultural e de valores acumulado ao longo do tempo**, que confere estabilidade simbólica, garante continuidade e transmite o sentido de uma organização para as próximas gerações.

Para que a preservação da memória transcenda o valor documental e gere resultados concretos, é imprescindível um manejo adequado desse patrimônio. Gerir a memória e o legado implica transformar fatos e documentos em recursos mobilizáveis que alimentem a cultura organizacional e orientem a tomada de decisão no presente.

Ao sistematizar e difundir a trajetória da cooperativa, os líderes garantem que a organização não perca sua bússola doutrinária em meio às pressões de mercado. Trata-se, então, de estabelecer um repertório compartilhado de significados que assegure que o propósito da instituição seja perpetuado entre novos e antigos membros.

Memória como recurso estratégico em *onboarding*, treinamentos e sucessão

Ao receber novos cooperados e empregados, é importante garantir que a admissão na cooperativa vá além da adesão técnica ou contratual. Programas de integração de novos membros (*onboarding*) não devem

se limitar a transmitir conhecimento factual sobre a fundação da cooperativa. O uso estratégico da memória nessas ocasiões serve para compartilhar valores éticos, criar sentido de coletividade e apresentar a identidade cooperativista a quem acaba de chegar.

Integrar a memória às ações de formação e treinamento é fundamental. Quando a história é bem contada, ela influencia comportamentos **(cultura)** e fortalece o sentimento de pertencimento **(identidade)** desde o primeiro contato.

Também em processos de sucessão, especialmente em transições de liderança, a memória atua como um fator de continuidade e segurança. Treinamentos estruturados no histórico da organização permitem que os sucessores desenvolvam o que se chama de **“consciência do legado”**. Essa compreensão profunda da trajetória institucional gera nos

futuros líderes um senso de responsabilidade que os capacita a inovar e modernizar a cooperativa sem romper com os princípios essenciais que garantiram seu funcionamento até então.

GERIR A MEMÓRIA E O LEGADO IMPLICA TRANSFORMAR FATOS E DOCUMENTOS EM RECURSOS MOBILIZÁVEIS QUE ALIMENTEM A CULTURA ORGANIZACIONAL E ORIENTEM A TOMADA DE DECISÃO NO PRESENTE.

A realização de encontros internos e rituais organizacionais que utilizem o conteúdo histórico é uma forma prática de ativar o sentido de continuidade e o propósito no momento presente. No contexto da cultura, o ritual designa as celebrações e cerimônias periódicas que carregam valor simbólico e reforçam os vínculos do grupo, como festas de fundação, posses e homenagens

a veteranos, por exemplo. Quando mobilizada de maneira consciente, essa memória funciona como um motor ativo de cultura e identidade, tornando-se um precioso recurso de gestão.

Um ponto fundamental quando se fala de cultura é que ela de fato deve permear toda a organização, incluindo os empregados, que precisam conhecer a real história da cooperativa e saber que cada cliente é, também, um dono do negócio. Quando essa consciência existe, ela reverbera por toda a organização, com forte contribuição para a disseminação e perpetuação da cultura daquela cooperativa. **A cultura precisa ser praticada e vivenciada.**

CELEBRAÇÃO HISTÓRICA: O PAPEL DOS MARCOS, DATAS E FESTAS

A ativação da memória no cotidiano das cooperativas encontra sua expressão mais visível nos rituais organizacionais, como **marcos, datas comemorativas, festas e encontros internos**. Essas celebrações funcionam como um mecanismo que tira a memória dos arquivos e a coloca no centro da convivência social, transformando-a em uma experiência viva e presente.

Um desses momentos-chave é a Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada uma vez por ano. Mais do que um evento deliberativo e democrático, ela pode ser também uma oportunidade para celebrar a história da cooperativa, fortalecer a cultura e reforçar a identidade junto aos cooperados.

Outra forma de celebração histórica é o resgate de marcos e a homenagem a pioneiros e veteranos. Lembrando-se dos precursores, a organização fortalece o orgulho de pertencer e cria oportunidades para que os membros se reconheçam como parte de uma trajetória maior.

Historicamente, essa tradição tem origem nos próprios Pioneiros de Rochdale, que instituíram reuniões gerais anuais, seguidas de jantares, para celebrar o aniversário de abertura de seu armazém. A prática depois evoluiria para celebrações maiores, como o grande baile de 28 de setembro de 1867, que reconheceu publicamente o sucesso do movimento. O evento contou com a presença de membros do Parlamento e de convidados ilustres, culminando com um baile na grande sala de reuniões da loja central.

A instituição de datas comemorativas funciona como um símbolo que sintetiza valores e memórias coletivas. Esses marcos conferem visibilidade ao trabalho das cooperativas e incentivam a mobilização do setor.

Dia Internacional do Cooperativismo (Coops Day)

A ideia de uma data anual foi proposta inicialmente na Argentina em 1919, quando Domingo Bórea, líder, pesquisador e difusor do movimento

Notícia de jornal britânico sobre o primeiro Dia Internacional do Cooperativismo, celebrado em 7 de julho de 1923. Fonte: ACI.



cooperativista, propôs uma celebração anual em 21 de dezembro em memória à fundação da cooperativa de Rochdale, segundo relata Edgar Schulze em seu livro “Procurando por ‘Os 28’”, publicado em 2022.

A proposta foi levada à ACI, que instituiu a comemoração oficial em 1923, passando a celebrá-la anualmente no primeiro sábado de julho. **Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu oficialmente a data e estabeleceu o primeiro sábado de julho de 1995 como o Dia Internacional do Cooperativismo**, em homenagem ao centenário da ACI. Desde então, a data é celebrada anualmente com um tema específico para dar visibilidade ao trabalho transformador das cooperativas.

AÇÕES DO COOPS DAY

Confira as ações no Brasil nos últimos anos:

2024:	2025:	2026:

Conhecido internacionalmente como **Coops Day**, a celebração tem o objetivo de engajar as cooperativas e promover os sucessos do movimento no avanço do desenvolvimento social e econômico. A data destaca como as cooperativas empoderam pessoas, fortalecem comunidades e defendem os valores da democracia, da solidariedade e da sustentabilidade. O *Coops Day* procura reverberar o cooperativismo em todo o país, mostrando para a sociedade a contribuição do modelo societário cooperativista.

A cada ano, são realizadas ações promocionais de impacto para dar mais visibilidade às cooperativas.

Dia de Cooperar (Dia C)

Eventos como o **Dia C (Dia de Cooperar)** exemplificam como a comemoração pode ser conjugada com ação social e envolvimento com a comunidade. A data, promovida pelo Sistema OCB, é um programa que une, celebra e dá visibilidade às ações de impacto socioambiental das cooperativas brasileiras. As ações são definidas e executadas pelas próprias cooperativas durante todo o ano e culminam num grande dia de festa com serviços gratuitos à comunidade: atendimentos de saúde, atividades culturais, educação, esporte, lazer e cidadania.

Desde 2025, o Dia C deixou de ser celebrado em conjunto com o Dia Internacional do Cooperativismo (primeiro sábado de julho) e passou para o último sábado de agosto, em aproximação ao **Dia Nacional do Voluntariado**, comemorado em 28 de agosto. A mudança reforça o vínculo entre o cooperativismo e o voluntariado, já que o Dia C reúne ações voluntárias de impacto social promovidas pelas cooperativas em suas comunidades.

Dia Internacional das Cooperativas de Crédito (DICC)

O Dia Internacional das Cooperativas de Crédito é celebrado desde 1948 por iniciativa do *World Council of Credit Unions* (WOCCU, o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito).

A comemoração ocorre tradicionalmente na terceira quinta-feira de outubro com o objetivo de destacar as conquistas e o impacto das cooperativas de crédito ao redor do mundo. A cada ano, o WOCCU define um tema global diferente para unificar a mensagem das cooperativas em todos os continentes.

Anos Internacionais (ONU)

Para destacar o papel do cooperativismo no desenvolvimento socioeconômico, a ONU dedicou anos inteiros ao movimento. O primeiro foi **2012**, declarado o **Ano Internacional das Cooperativas** para reconhecer a importância das iniciativas na redução da pobreza e geração de empregos.

BRASIL NO ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

As celebrações do Ano Internacional das Cooperativas deram ainda mais visibilidade ao movimento cooperativista e resultaram em importantes avanços institucionais. No Congresso Nacional, uma sessão solene dedicada ao tema reuniu parlamentares, colaboradores do Sistema OCB, representantes de entidades cooperativistas e lideranças do cooperativismo.

Outro marco foi a aprovação do PL 357/2025, apresentado pelo presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), deputado Arnaldo Jardim (SP), e posteriormente transformado na Lei 15.433/2026. A norma reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional. A medida está em sintonia com o entendimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que, em 2016, reconheceu a “ideia e a prática de organizar interesses compartilhados em cooperativas” como patrimônio cultural imaterial da humanidade, reafirmando a cooperação como parte da herança social compartilhada em todo o mundo.

Em celebração ao Ano Internacional das Cooperativas, o Sistema OCB demonstrou como as cooperativas brasileiras contribuem para a construção de um mundo melhor. Confira:

COOPERATIVAS DO BRASIL: RETRATOS DE UM MUNDO MELHOR

O livro fotográfico mostra o cooperativismo em sua forma mais autêntica, construído por mãos cooperativas, revelando histórias que inspiram e geram propósito, pertencimento e prosperidade. As imagens da obra revelam a força humana, social e econômica que move o movimento cooperativista e que está presente em todos os estados brasileiros e nas mais de 60 cooperativas visitadas. Acesse o QR Code e confira!



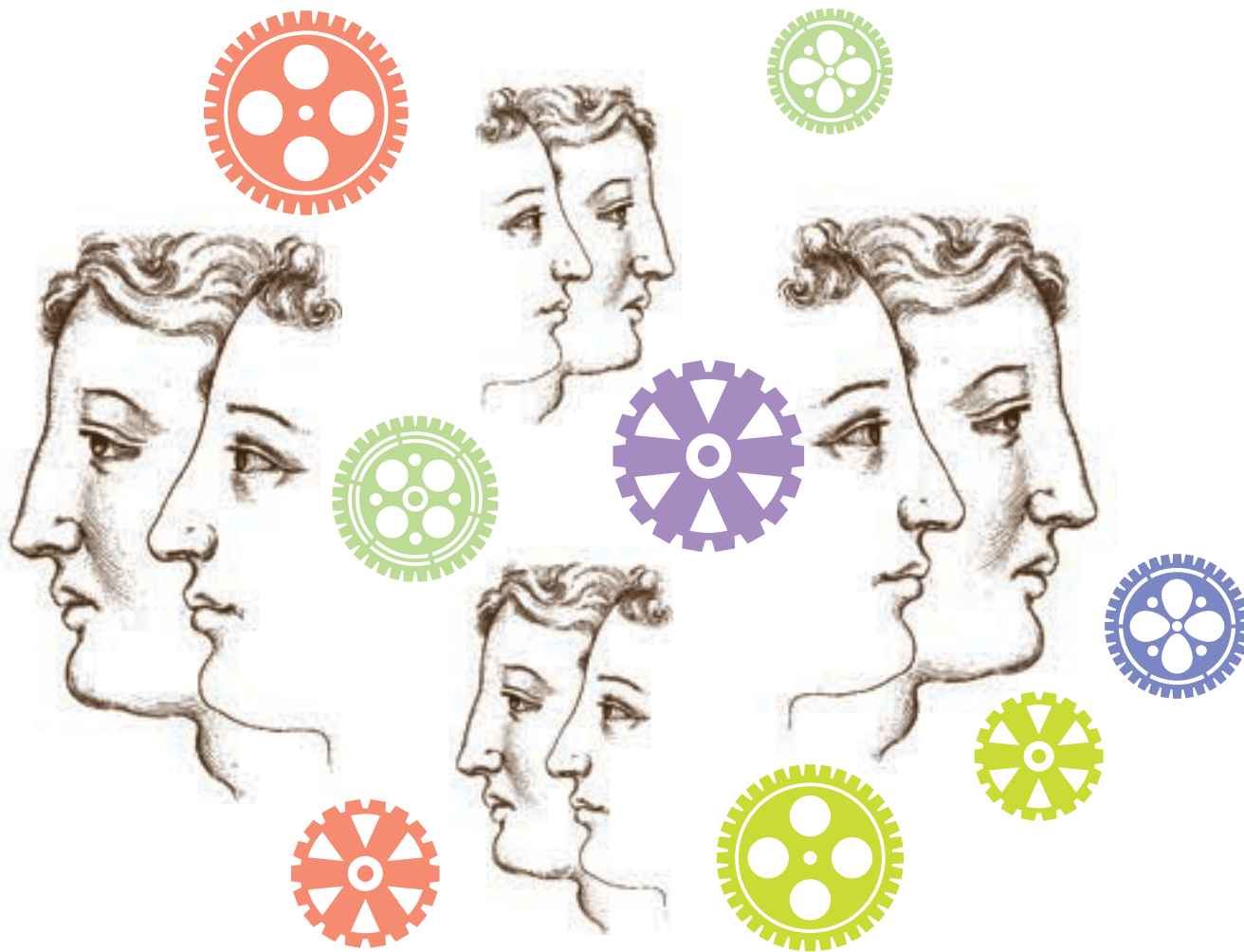
HISTÓRIAS DE UM MUNDO MELHOR

O documentário percorre diferentes regiões do país revelando, por meio de histórias reais, como o cooperativismo transforma a vida das pessoas. Da floresta manejada de forma sustentável em Rondônia às vinhas centenárias da Serra Gaúcha, a produção revela como o cooperativismo brasileiro resiste, se reinventa e cuida do coletivo. Acesse o QR Code e assista!



Mais de uma década depois, **2025** foi novamente instituído como o Ano Internacional sob o tema “**Cooperativas Constroem um Mundo Melhor**”, visando aumentar a conscientização pública sobre a relevância do movimento cooperativista, promover o crescimento do setor e envolver lideranças jovens. Além disso, a ONU estabeleceu que o Ano Internacional das Cooperativas será celebrado a cada dez anos.

Também no Brasil alguns eventos celebrativos foram fundamentais para a unificação do movimento. O **I Congresso Brasileiro de Cooperativismo (CBC)**, realizado em 1944, em São Paulo, celebrou o centenário de Rochdale e serviu como momento crucial de debate nacional sobre os fundamentos do setor. O evento teve o então presidente da República, Getúlio Vargas, como presidente de honra.



Principais marcos da memória cooperativista global e nacional

DATA	MARCO HISTÓRICO	SIGNIFICADO PARA O MOVIMENTO
14 de março de 1761	Fundação da <i>Fenwick Weavers Society</i> (Sociedade dos Tecelões de Fenwick)	Reconhecida como uma das primeiras experiências cooperativas documentadas
21 de dezembro de 1844	Fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale	Referência do cooperativismo moderno e base dos princípios atuais
19 de agosto de 1895	Fundação da ACI em Londres	Criação da entidade máxima de representação global
28 de dezembro de 1902	Fundação da primeira cooperativa de crédito no Brasil	Marco inicial do cooperativismo financeiro nacional (atual Sicredi Pioneira)
1º sábado de julho	Dia Internacional do Cooperativismo (Coops Day)	Celebração anual para destacar o papel das cooperativas no avanço do desenvolvimento sustentável mundialmente, comemorada desde 1923
Último sábado de agosto	Dia de Cooperar (Dia C)	Data promovida pelo Sistema OCB para dar visibilidade às ações de impacto socioambiental das cooperativas brasileiras
Terceira quinta-feira de outubro	Dia Internacional das Cooperativas de Crédito (DICC)	Data comemorada desde 1948 pelo WOCCU a fim de celebrar o impacto do cooperativismo financeiro ao redor do mundo
Anos de 2012/2025	Ano Internacional das Cooperativas (ONU)	Reconhecimento da relevância do setor para o desenvolvimento sustentável

MANTER A HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO CONTÍNUA

Diferentemente de uma cronologia cristalizada, a história do movimento cooperativista e de suas instituições deve ser compreendida como uma narrativa viva, em constante estado de construção e revisão. Essa premissa afasta a ideia de que o passado é um bloco estático de informações; ao contrário, ele se transforma à medida que a sociedade amadurece e que novas perspectivas são lançadas sobre as mesmas fontes.

A compreensão do legado cooperativista evolui sob o impacto de três fatores principais:

Primeiro, o surgimento de novas fontes primárias e a descoberta de documentos inéditos podem alterar radicalmente o entendimento de processos fundadores. Um exemplo é a **revisão historiográfica** que permitiu reconhecer que práticas ancestrais de ajuda mútua e sociedades mutualistas também fazem parte da história multifacetada do cooperativismo, expandindo a visão que outrora se limitava aos marcos clássicos da Revolução Industrial.



Em segundo lugar, a história se renova através de novas perguntas. Quando pesquisadores e cooperativas olham para a história sob outras perspectivas e formulam **novos questionamentos**, podem revelar contextos que antes passavam despercebidos, gerando interpretações distintas a partir das mesmas fontes.

Por fim, a história se constrói no tempo presente: as conquistas diárias, os novos marcos legais e as transformações organizacionais atuais são a matéria-prima da **memória das futuras gerações**. Para manter essa construção ativa, é preciso investir na preservação dos documentos e fontes que embasam esta memória presente.

A importância da preservação histórica

Como vimos, a manutenção de uma história em construção contínua depende diretamente do rigor na preservação de fontes primárias. **Atas, estatutos, fotografias, registros audiovisuais e iconografias cumprem o papel de dar sustentação à preservação da cultura e da filosofia do movimento**. Sem esses registros, os valores cooperativistas tornam-se abstrações desprovidas de prova histórica e de sentido prático.

A conservação de fontes primárias vai muito além de apenas comprovar burocraticamente que uma cooperativa foi fundada em determinada data. Ela revela os contextos, as tensões, as disputas e as contribuições que moldaram o movimento ao longo do tempo; mostra como decisões difíceis foram tomadas no passado. Por isso, **é fundamental recolher, preservar e disponibilizar o maior número possível de materiais para pesquisas futuras**.

A preservação eficiente de todo este conteúdo exige que o material histórico saia do isolamento dos “arquivos mortos” para ser transformado em acervos vivos e acessíveis. Isso ocorre por meio da criação dos chamados “**lugares de memória**” (Nora, 1993), que podem ser físicos ou digitais. Exemplos práticos disso são o *National Co-operative Archive* (Arquivo Nacional Cooperativo), na Inglaterra, e os Memoriais do Sicredi no Brasil – ambos os casos serão detalhados mais à frente neste capítulo.

Mesmo sem um centro de memória formalizado, é possível recorrer a vídeos institucionais, exposições temporárias, conteúdos internos, materiais impressos, redes sociais corporativas, revistas, livros comemorativos e ações de reconhecimento. Esses formatos tutelam a história presente e transformam a memória em **ferramenta de engajamento constante**.

Outro braço importante neste processo é a digitalização dos acervos e o fomento à pesquisa, ferramentas que impulsionam o acesso à informação e garantem que a história seja progressivamente refinada e enriquecida. Somente com um acervo preservado e em constante expansão é possível garantir que a história do cooperativismo seja apurada e se torne cada vez mais completa com o passar das gerações.

Quando a memória é mobilizada de maneira consciente, ela se torna um ativo estratégico que pavimenta caminhos e inspira decisões futuras.

Cuidar da memória cooperativista é cuidar do que o cooperativismo já foi, do que ele é e do que ainda pode ser.

MAPA DA MEMÓRIA COOPERATIVISTA

A necessidade de cuidar dos lugares de memória é tão premente que a ACI criou o Grupo de Trabalho sobre Patrimônio Cultural Cooperativo (CCH-WG, na sigla em inglês), dedicado especificamente à identificação, curadoria e preservação desses lugares em âmbito mundial.

Como resultado, em novembro de 2025, no Ano Internacional das Cooperativas, a ACI lançou a **Plataforma de Patrimônio Cultural Cooperativo** e o primeiro **Mapa Mundial de Lugares do Cooperativismo**. A edição inaugural mapeou 31 lugares fundadores em 25 países – do armazém original dos Pioneiros de Rochdale, no Reino Unido, ao Monumento ao Cooperativismo em Nova Petrópolis, no Brasil.

Para integrar o mapa, os lugares precisam atender a critérios internacionais de autenticidade, relevância histórica, participação comunitária, inclusão, sustentabilidade e continuidade da missão cooperativista, entre outros, recebendo o Selo ICA-CCH e uma Declaração de

Reconhecimento da entidade. O processo de nomeação está aberto de forma contínua e novos lugares podem ser sugeridos por cooperativas, instituições e comunidades de todo o mundo.

O projeto envolve também o lançamento de uma **Lista de Patrimônio Cooperativo Imaterial**, voltada a tradições orais, práticas e rituais que expressam a cultura cooperativista – complementando o mapa de lugares físicos com o registro das tradições vivas do movimento.

Acesse aqui o site da plataforma CCH e o mapa dos lugares do cooperativismo:



CENTROS DE MEMÓRIA, ACERVOS VIVOS E NARRATIVAS HISTÓRICAS

Conforme explorado ao longo deste capítulo, a materialização do legado cooperativista ocorre por meio da criação de espaços dedicados à imortalização de sua trajetória. Quando uma organização sistematiza sua história em centros de memória, memoriais ou acervos digitais, ela retira o passado da invisibilidade e o converte em um patrimônio acessível e mobilizável.

A importância dos lugares de memória

Esta ideia foi explorada em profundidade por Nora (1993), que cunhou o conceito de **lugares de memória**, que são espaços físicos, simbólicos ou documentais que surgem quando a memória vivida está sob a ameaça de desaparecer.

Os lugares de memória funcionam como âncoras que evitam o “apagamento” da cultura cooperativa, oferecendo um abrigo para que a identidade coletiva possa ser preservada e revisitada. Na definição de Nora (1993), um lugar de memória não se limita a um prédio, manifestando-se em três dimensões distintas:

- **Material:** representada pelos museus, arquivos físicos, monumentos e acervos de fontes primárias (atas, estatutos, iconografias).
- **Simbólica:** manifestada em rituais, datas comemorativas e homenagens que carregam o sentido ético do movimento.
- **Funcional:** a capacidade desses espaços de manter viva a memória coletiva, servindo como ferramenta de transmissão para as novas gerações.

A tradição cooperativa só pode se preservar se tivermos onde ancorá-la. Ao transformar documentos, objetos e rituais em **acervos vivos**, as cooperativas imortalizam suas conquistas e fundamentos e tornam seu legado inteligível.



Legado humanizado

Além da dimensão documental, os centros de memória também exercem a função de humanizar a narrativa institucional. Vale lembrar que a história de uma cooperativa não se restringe a arquivos e registros burocráticos. É necessário reconhecer também as histórias individuais dentro da trajetória coletiva. Homenagens a veteranos e pioneiros, perfis biográficos e projetos de história oral² provam que a memória é tecida por pessoas.

Esses relatos fortalecem o sentimento de pertencimento e demonstram que cada cooperado ou empregado é, também, um agente da história. Quando integrada às rotinas e processos organizacionais, a memória deixa de ser somente um registro do ontem para atuar como **vetor de cultura, identidade e engajamento**.

2. Um projeto de história oral é uma metodologia de pesquisa que registra memórias e testemunhos orais para criar fontes históricas, indo além dos documentos escritos. Envolve definir um tema, selecionar narradores, realizar entrevistas gravadas em áudio ou vídeo, transcrever e analisar o material, focando em experiências de vida e história coletiva.

EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO MUNDO

A seguir, apresentamos uma série de estudos de caso que exemplificam como diferentes cooperativas no Brasil e no mundo materializaram esse compromisso histórico, transformando seus legados em espaços de inspiração e conhecimento.



Fachada do Museu dos Pioneiros de Rochdale, na Toad Lane 31. Fonte: Co-operative Heritage Trust.



Objetos em exposição no Museu dos Pioneiros de Rochdale. Fonte: Co-operative Heritage Trust.

Museu dos Pioneiros de Rochdale e o National Co-operative Archive

Entre as iniciativas internacionais para a preservação das raízes cooperativistas, duas das mais importantes são o **National Co-operative Archive** (em tradução livre, Arquivo Nacional Cooperativista) e o **Museu dos Pioneiros de Rochdale**, na Inglaterra. Ambas as instituições são administradas e mantidas pela *Co-operative Heritage Trust* (Fundação do Patrimônio Cooperativo, em tradução livre), a entidade guardiã responsável pelo acervo histórico da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

O museu ocupa o prédio original do primeiro armazém da Sociedade dos Probos Pioneiros, aberto em 21 de dezembro de 1844 no número 31 da *Toad Lane*, em Rochdale. O espaço, transformado em museu em 1931

e mais tarde tombado como patrimônio histórico em 1951, reconstrói o interior da loja original, com móveis, balanças e produtos da época.

O Museu dos Pioneiros de Rochdale é uma instalação fundamental porque imortaliza o berço do cooperativismo moderno e representa um de seus principais lugares de memória em escala global. A história de Rochdale construiu uma narrativa que continua a inspirar e a difundir a compreensão das cooperativas em todo o mundo, consagrando os princípios que servem de modelo para o movimento global. Neste sentido, o espaço **transcende sua estrutura física para se tornar um símbolo vivo e um ícone para o cooperativismo**.

Já o *National Co-operative Archive* está sediado na *Holyoake House*, no centro da cidade inglesa de Manchester, em um edifício que homenageia George Jacob Holyoake, um dos principais difusores do ideal cooperativista no século XIX. O Arquivo foi construído ao longo de mais de um século e oferece hoje um amplo acervo sobre a história do movimento cooperativo.

Entre os materiais guardados estão documentos administrativos de antigas cooperativas, correspondências de indivíduos que participaram da construção do movimento, como Robert Owen e o próprio George Jacob Holyoake, periódicos, filmes, fotografias, anúncios, embalagens e coleções de livros,

Ambiente interno do National Co-operative Archive. Fonte: Co-operative Heritage Trust.



entre outros. O objetivo do acervo é cobrir desde as ideias fundadoras no século XIX até os desdobramentos contemporâneos do movimento.

As fontes estão disponíveis para consulta de pesquisadores, estudantes e para o público em geral, permitindo assim que a história do cooperativismo continue sendo estudada e revisada continuamente.

America's Credit Union Museum

Outro exemplo internacional relevante de preservação da memória cooperativista é o **America's Credit Union Museum** (em tradução livre, Museu Americano das Cooperativas de Crédito), dedicado especificamente à história das cooperativas de crédito nos Estados Unidos. O museu está situado na cidade americana de Manchester, no estado de New Hampshire, no mesmo endereço onde, em 1908, nasceu a primeira cooperativa de crédito do país.

A história que o museu narra começa no início do século XX, quando muitos imigrantes buscavam trabalho e melhores condições de vida nas fábricas de Manchester, então o maior centro de manufatura têxtil dos Estados Unidos. Empregados, mas sem acesso a serviços bancários dignos, esses trabalhadores viviam à margem do sistema financeiro formal. Foi diante dessa realidade que o monsenhor Pierre Hevey, pároco da Igreja de Santa Maria, mobilizou sua comunidade para criar uma alternativa ao crédito tradicional.

Fachada da casa de Joseph Boivin, na cidade americana de Manchester, New Hampshire, onde nasceu a primeira cooperativa de crédito dos Estados Unidos e onde hoje está situado o America's Credit Union Museum. Fonte: America's Credit Union Museum.

Com o aconselhamento de Alphonse Desjardins, líder do movimento de cooperativas de crédito no Canadá, e o apoio do advogado e líder local Joseph Boivin, que aceitou presidir a iniciativa e sediá-la em sua própria casa, foi fundado em 1908 o **St. Mary's Bank, considerado como a primeira cooperativa de crédito dos Estados Unidos**. Conhecida também como **La Caisse Populaire Ste-Marie** (Caixa Popular Santa Maria), a instituição deu origem a um movimento que hoje reúne milhares de cooperativas de crédito no país.

Além de expor a história das cooperativas de crédito americanas, o museu também possui





Vistas externa e interna da Casa Schulze-Delitzsch.
Fonte: DHSDG, Delitzsch.

instalações dedicadas ao papel das mulheres na construção do movimento, aborda a contribuição da comunidade negra e homenageia figuras anônimas cujo trabalho cotidiano foi essencial para o crescimento do cooperativismo. O espaço se propõe ainda a documentar ativamente o presente e a ajudar as cooperativas a se prepararem para os desafios futuros, incorporando o princípio de que a memória é uma construção contínua.

Museu Alemão do Cooperativismo ou Casa Schulze-Delitzsch

Localizado na cidade de Delitzsch, no estado alemão da Saxônia, este museu é dedicado à preservação da memória e do pensamento de **Franz Hermann Schulze-Delitzsch** (1808–1883), jurista e político do Império Prussiano considerado um dos pais fundadores do cooperativismo de crédito moderno. O espaço ocupa o local onde as ideias de Schulze-Delitzsch ganharam forma prática. Foi ali, na antiga *Kreuzgasse 10*, que em 1º de dezembro de 1849 Schulze-Delitzsch reuniu 57 sapateiros locais para fundar aquela que é **considerada a primeira cooperativa comercial moderna bem-sucedida da Alemanha**.

Nascido no Reino da Saxônia, Schulze-Delitzsch construiu uma carreira sólida no campo jurídico e parlamentar. Dedicou grande parte da sua vida à busca por uma alternativa de organização econômica para os trabalhadores urbanos, que sofriam os impactos da industrialização. Começou criando grupos de compras e fundos de apoio para artesãos

que atuavam com ocupações como carpinteiros e sapateiros, a fim de ajudá-los na aquisição de materiais de trabalho.

Suas primeiras iniciativas tinham caráter assistencial, sustentadas por doações de benfeitores, mas ele gradualmente percebeu que esse modelo não resolvia o problema central: a falta de acesso ao crédito a juros razoáveis para financiar oficinas e ferramentas. Para enfrentar esse obstáculo, ele desenvolveu uma estrutura autossuficiente, baseada na ajuda mútua e na responsabilidade individual – princípios que permanecem no centro do cooperativismo até hoje.

Seu maior êxito foi a criação dos **bancos populares (*Vorschussvereine*)** e das uniões de crédito urbano, que forneciam exatamente o crédito barato de que esses artesãos precisavam. Diferentemente de seu contemporâneo Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que focava no cooperativismo rural comunitário, Schulze-Delitzsch fundamentou suas propostas nos princípios do liberalismo econômico e na defesa da autonomia individual, rejeitando a intervenção estatal.

Ele também teve papel central na institucionalização do movimento cooperativista: é de sua autoria o Ato das Cooperativas, promulgado em 1867 e considerado uma das mais influentes legislações cooperativas do mundo. Ela foi a primeira a conferir personalidade jurídica às cooperativas, permitindo que registrassem estatutos, possuísem patrimônio próprio e respondessem como entidade autônoma. Estendida à Confederação da Alemanha do Norte em 1868 e incorporada à legislação do Império em 1871, serviu de modelo para as leis cooperativas adotadas em diversos países (Deutsche Hermann-Schulze-Delitzsch-Gesellschaft, 2026).

O **Museu Alemão do Cooperativismo**, também conhecido como **Casa de Schulze-Delitzsch**, permite ao visitante mergulhar no mundo de trabalho dos artesãos do século XIX, conhecendo de perto as oficinas e ferramentas usadas na época e consultando documentos históricos. A exposição permanente preserva a biografia e as ideias de Schulze-Delitzsch e conta com estações de áudio, cubos informativos, painéis interativos e inúmeras peças de acervo que ilustram suas abordagens para solucionar a “Questão Social” no século XIX.

O museu também possui uma extensa coleção de fontes bibliográficas e arquivísticas sobre o cooperativismo e sua história, disponíveis na

biblioteca aberta a todos os visitantes. No site da instituição (<https://genossenschaftsmuseum.de/>), é possível fazer um tour virtual com um recorte de doze destaques da mostra permanente.

Como um autêntico lugar de memória, o museu assegura que a contribuição liberal de Schulze-Delitzsch continue a informar e a influenciar a identidade cooperativista contemporânea.

Raiffeisenhaus e Deutsches Raiffeisenmuseum

Museu Raiffeisenhaus,
em Flammersfeld.
Fonte: Raiffeisenhaus/
Verbandsgemeinde
Altenkirchen-Flammersfeld.



Enquanto Schulze-Delitzsch foi o pioneiro do cooperativismo de crédito urbano alemão, seu contemporâneo Friedrich Wilhelm Raiffeisen cons-

truiu um legado equivalente no campo. Raiffeisen passou grande parte de sua vida como prefeito de pequenas comunidades rurais no Westerwald, região montanhosa do oeste da Alemanha, e foi ali que desenvolveu o modelo de cooperativismo de crédito voltado aos agricultores que se espalharia pelo mundo.

Hoje, dois espaços de memória na mesma região preservam sua trajetória: o **Raiffeisenhaus**, em Flammersfeld, onde ele atuou como prefeito e onde suas ideias cooperativistas tomaram forma; e o **Deutsches Raiffeisenmuseum**, em Hamm, pequena aldeia às margens do rio Sieg e sua cidade natal.

O *Raiffeisenhaus* de Flammersfeld ocupa a casa onde Raiffeisen viveu e trabalhou entre 1848 e 1852. Foi ali que, em 1849, fundou o *Flammersfelder Hilfsverein zur Unterstützung unbemittelter Landwirthe* (Associação de Auxílio aos Agricultores Pobres de Flammersfeld), considerado o primeiro fundo de empréstimo cooperativo do mundo.

A casa de 250 anos foi preservada em seus ambientes originais: no andar térreo estão o gabinete do prefeito, o escritório e a cozinha; no



Museu Raiffeisenhaus,
em Flammersfeld.
Fonte: Raiffeisenhaus/
Verbandsgemeinde
Altenkirchen-Flammersfeld.

andar superior, uma exposição dedicada à ideia cooperativista. Documentos, painéis informativos e mídias digitais reconstituem o contexto em que a ideia nasceu. No jardim, painéis externos, um forno tradicional reconstruído e um pomar histórico complementam a visita.

Já em Hamm, o *Deutsches Raiffeisenmuseum* está instalado na casa onde Raiffeisen nasceu, em 30 de março de 1818, e onde viveu até os 17 anos. O acervo do museu, organizado em sete salas temáticas, percorre a vida e o legado de Raiffeisen de forma progressiva: da sua trajetória pessoal e familiar à sua atuação como prefeito, do nascimento da ideia cooperativista ao funcionamento prático das cooperativas, passando pelos reformadores sociais contemporâneos a ele e chegando ao impacto que sua obra deixou na Alemanha e no mundo.

Naruto City Kagawa Toyohiko Memorial Museum

Inaugurado em 2002 na cidade costeira de Naruto, o **Naruto City Kagawa Toyohiko Memorial Museum** (Museu Memorial Kagawa Toyohiko da Cidade de Naruto) preserva o legado de uma das figuras mais importantes do cooperativismo asiático, embora pouco conhecida fora do Japão.

Kagawa Toyohiko (1888–1960) foi um teólogo cristão, reformador social e ativista trabalhista, reconhecido como pai do movimento cooperativista japonês. Ele rejeitou uma vida confortável para ir morar voluntariamente nos cortiços de Kobe, no início do século XX, onde trabalhou lado a lado com operários e famílias pobres.

Sua convicção era de que a justiça social só poderia florescer por meio da cooperação organizada, não da caridade. A partir dessa filosofia, ajudou a fundar cooperativas de consumo, agrícolas e de crédito no Japão, tornando-se o principal responsável pela difusão do modelo cooperativista no país.

O museu reúne manuscritos, cartas, livros, fotografias e objetos pessoais de Kagawa, além de amostras de sua caligrafia. A entidade também organiza programas educativos e exposições especiais, levando o legado do ativista social até as novas gerações.

Esses exemplos, distribuídos por Europa, América do Norte e Ásia, mostram que a preservação da memória é uma prática recorrente do cooperativismo, presente em contextos culturais e econômicos muito distintos. No Brasil, esse mesmo compromisso ganhou forma em museus, memoriais e acervos que registram a trajetória do movimento, das primeiras experiências às iniciativas mais recentes, como veremos a seguir.

Kagawa Toyohiko Memorial Museum, na cidade de Naruto.
Fonte: Naruto City Kagawa Toyohiko Memorial Museum.



EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO BRASIL

Casa Cooperativa e Memorial Amstad

Nova Petrópolis, cidade da Serra Gaúcha colonizada majoritariamente por imigrantes alemães, carrega o título de **Capital Nacional do Cooperativismo**. Foi ali, na comunidade de Linha Imperial, que em 28 de dezembro de 1902 o padre jesuíta suíço Theodor Amstad fundou, com um grupo de colonos, a **Sociedade Cooperativa Caixa de Economias e Empréstimos de Nova Petrópolis, primeira cooperativa de crédito rural da América Latina**. A instituição permanece ativa até hoje sob o nome de **Sicredi Pioneira**.

Amstad chegou ao Brasil em 1885 como parte de um grupo de jesuítas enviados para auxiliar os imigrantes germânicos que viviam nas colônias do Rio Grande do Sul. Designado para a extensa área de São Sebastião do Caí, desenvolveu o que chamou de “as 20 estações”, um trajeto circular que o levava diariamente a diferentes capelas. Ao longo dos anos, essa peregrinação diária o colocaria em contato com as necessidades e frustrações daquelas comunidades.

Como fruto desta experiência, em 1900 fundou a primeira associação de agricultores do estado. Dois anos depois, criou a cooperativa que marcaria a história do movimento no Brasil. Ao longo de sua vida, fundaria outras 37 cooperativas pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de atuar nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Em 2019, a Lei Federal 13.926 o reconheceu oficialmente como **Patrono do Cooperativismo Brasileiro**.

A memória de Amstad e do movimento que ele ajudou a criar é preservada hoje por dois espaços complementares no mesmo endereço, na Linha Imperial: **a Casa Cooperativa e o Memorial Amstad**. A primeira é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 15 de julho de 2011 para promover o cooperativismo por meio da educação. É ela quem organiza e coordena o Memorial Amstad.



Antiga fachada do Memorial Amstad e sede da Sicredi Pioneira, em 1954, em Nova Petrópolis. Fonte: Casa Cooperativa Nova Petrópolis.



À direita, atual fachada do Memorial Amstad e sede da Sicredi Pioneira, em Nova Petrópolis. Fonte: Casa Cooperativa Nova Petrópolis.

O prédio que os abriga, concluído em 1954 e patrimônio histórico da cidade, foi a primeira sede própria da então chamada Caixa Rural. No andar térreo funciona o Memorial; no andar superior, espaços de aprendizagem utilizados para ações educativas e de desenvolvimento cooperativista.

O acervo do Memorial está organizado em torno de três eixos narrativos. O primeiro aborda a imigração europeia para a Serra Gaúcha, o segundo apresenta Nova Petrópolis e o espírito cooperativo que moldou a cidade, e o terceiro é dedicado à trajetória de Amstad – sua vida, ideias e o papel decisivo no nascimento do cooperativismo de crédito no Brasil. Além da mostra permanente, o Memorial abriga exposições temporárias, projetos sociais, educativos e artísticos. O acervo reúne também documentos históricos, fotografias, objetos originais e recursos multimídia.

Memorial Anneken

Seguindo a trilha deixada pelo padre Theodor Amstad duas décadas antes, o padre Georg Gerhard Anneken (1886–1954) também se tornou um líder cooperativista e marcou a história do movimento no Rio Grande do Sul, um legado hoje preservado no **Memorial Anneken**, no município de Rolante, no Vale do Paranhana.

O missionário alemão, conhecido como padre Jorge Anneken, chegou ao Brasil em 1920 e assumiu como pároco em Rolante em fevereiro de 1923. Meses depois, reuniu 26 agricultores e fundou a **Caixa Rural União Popular de Rolante**, que hoje é a **Sicredi Caminho das Águas**, a sexta cooperativa mais antiga do Brasil. Embora a cooperativa de



Rolante não tenha recebido visitas diretas de Amstad, o modelo cooperativo por ele difundido influenciou o movimento que culminou na criação da instituição (Sicredi Caminho das Águas, 2026).

Memorial Anneken. Fonte: Memorial Anneken / Mantenedor Sicredi Caminho das Águas.

Além da cooperativa, Anneken também fundou a Escola de Ensino Fundamental Sagrada Família em 1929 e atuou como conselheiro fiscal da instituição em seu primeiro mandato.

O Memorial Anneken foi inaugurado em 2025 por ocasião do aniversário de 102 anos da cooperativa Sicredi Caminho das Águas. Instalado na antiga residência de Pedro Alberto Ostjen, presidente da cooperativa entre 1930 e 1967, o museu conta com 150 metros quadrados distribuídos em 17 ambientes temáticos. O acervo reúne documentos históricos, fotografias, objetos originais e recursos multimídia que narram mais de um século de trajetória cooperativista.

A visita está dividida em três percursos: a trajetória centenária da cooperativa, a história do cooperativismo financeiro e a educação financeira. Ao percorrer os ambientes, temas como imigração, formação comunitária, trabalho rural e as primeiras experiências cooperativistas são contextualizados no processo de desenvolvimento regional.

O Memorial Anneken é aberto à comunidade e, além da mostra permanente, abriga eventos, palestras, saraus e outros encontros, colocando-se como um espaço vivo de história, cultura e pertencimento.

Memorial Unimed Teresina

Não apenas as histórias centenárias merecem ser registradas e conservadas em lugares de memória físicos ou simbólicos. A história recente também precisa ser preservada e é para isso que a Unimed Teresina inaugurou, em dezembro de 2024, o **Memorial Unimed Teresina – Dr. Newton Nunes de Lima**, instalado na sede da cooperativa. O espaço homenageia o fundador e primeiro presidente da instituição, fundada nos anos 1980.

Durante sua especialização em São Paulo, o jovem médico Newton Nunes de Lima conheceu a Unimed Santos, pioneira das cooperativas médicas no Brasil, e ficou encantado com o modelo. Voltou ao Piauí com um propósito: replicá-lo na capital de seu estado. Em 1983, reuniu 20 médicos no auditório da **Associação Piauiense de Medicina e fundou a Unimed Teresina**.

Quatro décadas depois, quando o memorial foi inaugurado, o grupo já havia se transformado em um sistema de saúde com mais de mil cooperados, mais de mil empregados e duas operadoras de saúde.

Memorial Unimed Teresina –
Dr. Newton Nunes de Lima.
Fonte: Unimed Teresina.



Newton Nunes de Lima faleceu em agosto de 2024, poucos meses antes da inauguração do memorial que leva seu nome.

O acervo reúne fotos, documentos históricos, objetos simbólicos e depoimentos que narram a evolução da cooperativa desde sua fundação. Para a Unimed, o espaço é um convite à reflexão sobre a importância do trabalho coletivo na construção de um sistema de saúde mais humano. Além disso, a cooperativa quer seguir registrando no Memorial a história das próximas décadas, um exemplo de como a memória não deve ser o mero registro estático do passado, mas uma plataforma aberta para o futuro.

Memorial Coamo

No final da década de 1960, a região de Campo Mourão, no Centro-Oeste do Paraná, vivia o fim do ciclo da madeira. As terras, impróprias para o plantio, eram desvalorizadas, proporcionando um cenário precário para a produção agropecuária. Foi nesse contexto de escassez que, em 28 de novembro de 1970, 79 agricultores se reuniram para buscar soluções para os problemas em comum e fundaram a cooperativa agroindustrial Coamo.

Mais de cinquenta anos depois, aquele pequeno grupo se transformou em **uma das maiores cooperativas agrícolas do Brasil**, com milhares de cooperados atuando em vários estados brasileiros. A fim de

Imagens internas do Memorial Coamo. Fonte: Coamo.



preservar e compartilhar esta trajetória, a cooperativa inaugurou em 2024 o Memorial Coamo, na mesma cidade onde tudo começou.

Distribuído em 12 salas temáticas, o Memorial está organizado em três eixos temporais (passado, presente e futuro) que conduzem o visitante desde as origens da cooperativa até uma reflexão sobre os desafios que virão. O percurso começa pela história de Campo Mourão e pelos fundadores da cooperativa, passa pelos marcos de cada década, mergulha na operação atual, com salas dedicadas à assistência técnica, produção, industrialização e logística, e termina com uma discussão sobre o papel da cooperação e da tecnologia no futuro da agricultura.

O Memorial também presta homenagem a José Aroldo Gallassini, o engenheiro agrônomo que idealizou a cooperativa e se tornou seu primeiro gerente-geral e presidente do Conselho de Administração.

30 anos de Cresol

Preservar a memória cooperativista não implica, necessariamente, a construção de um museu ou memorial físico. Livros, filmes, entrevistas e biografias também atuam como lugares de memória legítimos e ajudam a preservar o legado da instituição, muitas vezes num formato mais acessível ao público. Como vimos anteriormente, a memória é feita de pessoas e são exatamente as histórias pessoais que fortalecem a identidade institucional e o sentimento de pertencimento. Ao transformar a trajetória institucional em narrativa, esse formato aproxima a memória da vivência cotidiana do cooperado e fortalece a identificação com a história da cooperativa, já que personagens e episódios concretos comunicam valores de maneira mais direta do que o registro documental.

A Cresol, cooperativa de crédito paranaense com mais de um milhão de cooperados, escolheu justamente este caminho para marcar seus 30 anos de atuação, celebrados em 2025. A instituição lançou **um livro intitulado “Tudo Começa Por Você – 30 Anos em 30 Contos”**, reunindo narrativas inspiradas na trajetória dos agricultores familiares que se mobilizaram para fundá-la em 1995.

Cada conto remete ao contexto da época, trazendo personagens fictícios que representam histórias reais de sócios-fundadores, diretores, conselheiros e parceiros que vivenciaram os primeiros passos da

cooperativa. As narrativas resgatam momentos marcantes na trajetória da Cresol, como a elaboração do estatuto social exigido pelo Banco Central, a expansão para outros estados e a chegada ao primeiro milhão de cooperados.

Junto com o livro, **a Cresol também lançou um documentário** que complementa a experiência, apresentando, em vídeo, relatos de pessoas que participaram diretamente da criação da instituição. As imagens e depoimentos revelam o cenário do Sudoeste do Paraná nos anos 1990, os desafios do período e o impacto da expansão da cooperativa pelo Brasil.

A produção está disponível no canal oficial da Cresol no YouTube e o livro está aberto para download diretamente no site da cooperativa. Confira nos QR Codes!

LIVRO:



DOCUMENTÁRIO:



Livraria Coop e The Rochdale Cult

A Unicred União, cooperativa de crédito presente em Santa Catarina e Paraná, decidiu apostar em um formato inusitado para difundir a cultura cooperativista, fugindo do modelo mais usual para lugares de memória físicos, normalmente representados por museus e memoriais. Em 2025, ela transformou sua agência no bairro Batel, em Curitiba, num **espaço imersivo batizado de The Rochdale Cult**, um tributo físico à história e aos princípios do cooperativismo moderno.

O espaço simula um *pub* inglês do século XIX: mobiliário e iluminação de época, piano antigo, figurinos históricos disponíveis para fotos, jogos de tabuleiro e o Cine Rochdale, que exibe vídeos sobre a origem e evolução do cooperativismo pelo mundo. Um telefone *vintage* pode tocar a qualquer momento, com mensagens gravadas por personalidades que marcaram o movimento, e uma galeria com fotos antigas e uma linha do tempo mostram os principais marcos da trajetória cooperativista.

O nome do espaço homenageia os Pioneiros de Rochdale e segue a tendência das instituições financeiras de transformar agências em espaços de relacionamento, já que a maior parte das operações bancárias migrou para os canais digitais.

Além do *Rochdale Cult*, a Unicred União também investiu na criação da **Livraria do Cooperativismo, inaugurada em setembro de 2023**

O espaço imersivo The Rochdale Cult simula um pub inglês e tem mobiliário de época e figurinos históricos disponíveis para foto. Fonte: Unicred União.



na Arena Unicred, em Joinville. O espaço foi concebido para preencher uma lacuna: a ausência de um lugar dedicado exclusivamente à produção bibliográfica sobre cooperativismo.

Localizada em Joinville, a Livraria do Cooperativismo foi criada para suprir a ausência de um lugar dedicado exclusivamente a livros sobre o movimento. Fonte: Unicred União.



Ali, cooperados, empregados, pesquisadores e outros interessados podem adquirir ou consultar obras sobre o cooperativismo em todos os seus ramos, não apenas o de crédito. Parte da renda obtida com as vendas é destinada ao MotorCoop, programa de responsabilidade social da cooperativa que atende a mais de 3,5 mil alunos de escolas públicas com formação, educação financeira e atividades culturais.

Tanto a Livraria do Cooperativismo quanto o The Rochdale Cult remetem à ideia de **tirar o passado de dentro dos arquivos e transformá-lo em conteúdo vivo e acessível**, trazendo as novas gerações para mais perto deste legado e ajudando a construir lugares de memória não com monumentos solenes, mas com espaços do cotidiano onde a identidade cooperativista pode ser encontrada, vivenciada e, sobretudo, continuada.

Vista interna do Memorial Frimesa, inaugurado em comemoração aos 45 anos da cooperativa. Fonte: Assessoria Frimesa.



Memorial Frimesa

A Frimesa é mais uma cooperativa que decidiu investir na preservação de sua memória. A empresa agroindustrial paranaense, fundada em 1977 e especializada na industrialização de carne suína e laticínios, inaugurou em sua sede administrativa o **Memorial Frimesa**, em Medianeira, no oeste do Paraná, como parte das comemorações de seus 45 anos.

O espaço reúne documentos, livros, revistas, imagens, filmes e objetos organizados em uma linha do tempo, em exposição permanente aberta a empregados e visitantes. A intenção é manter o acervo em atualização contínua, incorporando os novos capítulos da história da cooperativa à medida que forem acontecendo.

Casa do Cooperativismo de Itapiranga

Casa que abrigou a primeira sede da cooperativa, em 1932. Fonte: Sicoob.



No extremo oeste de Santa Catarina, o município de Itapiranga abriga um dos espaços dedicados à memória do cooperativismo de crédito no Brasil, a **Casa do Cooperativismo**. O parque reconstitui a história da colonização regional por meio de réplicas fiéis de construções

antigas e reúne atividades de educação, gastronomia típica e lazer. É nesse conjunto que a Casa preserva e apresenta a **trajetória do Sicoob Creditapiranga, primeira cooperativa de crédito catarinense**.

O acervo reúne máquinas, mobiliário, fotografias e documentos que recompõem quase um século de atividade e permitem acompanhar a evolução do atendimento, das operações feitas à mão aos primeiros equipamentos de automação. Entre os registros preservados estão imagens da casa que serviu de sede original, em 1932, e do descerramento da placa de fundação, em

1955, marcos que situam o nascimento da instituição no cotidiano da comunidade de Porto Novo. A memória da cooperativa também foi registrada em dois livros: “Memórias de uma Pioneira” (2012) e “Bases Sólidas para o Futuro” (2022), publicados por ocasião dos 80 e dos 90 anos da entidade, que complementam o trabalho de preservação conduzido pela Casa.

Inauguração da nova sede da cooperativa, em 1955. Fonte: Sicoob.



A história que o espaço guarda começa em 21 de outubro de 1932, quando 41 agricultores fundaram a Caixa Rural União Popular Porto Novo, origem do atual Sicoob Creditapiranga SC/RS e primeira cooperativa de crédito de Santa Catarina. A iniciativa integrava o projeto de desenvolvimento da Sociedade União Popular (*Volksverein*), idealizada por Theodor Amstad, e seguia o modelo Raiffeisen já difundido no Rio Grande do Sul. Esse pioneirismo rendeu à cidade de Itapiranga **o título de Capital Estadual do Cooperativismo de Crédito**, concedido pela Lei Estadual 18.390/2022.



Casa do Cooperativismo, instalada no Centro Histórico Germânico, em Itapiranga (SC). Fonte: Sicoob.

Espaço Cultural Sicoob em Mendes

No município fluminense de Mendes, situado no Vale do Café, o **Espaço Cultural Sicoob** dedica-se a preservar e a difundir a memória da Cooperativa de Crédito de Mendes, a mais antiga cooperativa do tipo Luzzatti do país, fundada em 20 de outubro de 1929 e incorporada ao Sicoob Fluminense em 2018. O espaço reúne o registro dessa trajetória e funciona como ponto de referência para cooperados e visitantes interessados na história do cooperativismo de crédito brasileiro.

Concebido como um ambiente vivo, o local estimula encontros, diálogo, aprendizado e participação comunitária. Acolhedor e multifuncional, abriga exposição permanente sobre o cooperativismo de Mendes, biblioteca, acervo de livros infantis, área de convivência, atividades educativas, laboratórios de criação, cursos, palestras e ações culturais. Cada um desses recursos aproxima a população da sua própria história e, ao mesmo tempo, abre caminho para novas possibilidades de desenvolvimento.

O acervo reúne diferentes fases da cooperativa e permite acompanhar a vida comunitária que se formou ao seu redor, assim como o seu processo de modernização. Entre os registros preservados estão imagens da participação dos cooperados nas assembleias e da mobilização que ergueu a nova sede, em 1968, construída com materiais doados e o trabalho dos próprios moradores. A documentação alcança ainda a chegada da automação, marcada pela aquisição do primeiro

computador, em 1992, e pela emissão do primeiro cheque compensável, em 1998, episódios que ilustram a transição do atendimento manual para os serviços informatizados.

As cooperativas Luzzatti, cujo nome deriva do economista italiano Luigi Luzzatti, caracterizam-se pela admissão aberta de cooperados, modelo que mais tarde inspiraria as atuais cooperativas de livre admissão. Seu primeiro presidente, **Álvaro Berardinelli**, deixaria o cargo para se tornar o primeiro prefeito do município. O reconhecimento dessa trajetória levou o Rio de Janeiro a instituir, pela Lei Estadual 7.279, de 18 de maio de 2016, o **Dia Estadual do Cooperativismo**, comemorado em 20 de outubro em alusão à fundação da cooperativa.

Inaugurado em 2019, o Espaço Cultural fica no segundo andar da histórica agência da Cooperativa de Crédito de Mendes (hoje Sicoob Fluminense), na cidade de Mendes (RJ). Fonte: Sicoob.



Acervo conta as diferentes fases e todo o processo de modernização da cooperativa. Fonte: Sicoob.



MEMÓRIAS E PENSAMENTOS

Ao longo deste capítulo, examinamos como a memória cooperativista se materializa em múltiplas formas. O percurso revelou que **cuidar da memória cooperativista é, antes de tudo, um ato estratégico**. Cooperativas que sistematizam sua história e a integram aos processos de formação, sucessão e engajamento cultural estão protegendo sua identidade contra o desgaste do tempo.

O que essas experiências têm em comum vai além dos formatos. Todas elas reconhecem que **a história de uma cooperativa é responsabilidade de cada geração que a herda**. E todas entendem que essa responsabilidade não se cumpre apenas preservando o que existiu, mas também registrando ativamente o que existe e criando novas memórias. Afinal, a memória das próximas gerações está sendo construída agora, nas decisões cotidianas, nos documentos produzidos hoje, nos rituais que se praticam e nas histórias que se escolhe contar.

Compreender de onde viemos é condição para saber onde estamos e, sobretudo, para decidir com consciência onde queremos chegar.

É nesse ponto que a memória e o pensamento se encontram: um fornece as raízes, o outro oferece a direção. E o próximo capítulo se dedica a esse encontro. Vamos retomar pensamentos que percorreram este livro desde o início – do quakerismo às raízes ancestrais da cooperação no Brasil –, mas agora com maior ênfase nos conceitos e pensadores que lhes deram forma.

Do nascimento do cooperativismo clássico como resposta à Revolução Industrial às características do cooperativismo atual e aos desafios do movimento no mundo contemporâneo, o próximo capítulo traça o **percurso intelectual** de um movimento que, antes de ser uma forma jurídica ou um modelo de negócio, é uma maneira de pensar o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACU MUSEUM. **ACU Museum**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.acumuseum.org>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. Brasília: MAPA, 2006.

CASA COOPERATIVA. **Casa Cooperativa**. Nova Petrópolis, [s. d.]. Disponível em: <https://www.casacooperativa.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2026.

COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA. **Coamo**. Campo Mourão, [s. d.]. Disponível em: <https://www.coamo.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2026.

COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA. **Memorial Coamo**. Campo Mourão, [s. d.]. Disponível em: <https://memorial.coamo.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2026.

CO-OPERATIVE HERITAGE TRUST. Rochdale Pioneers virtual visit. **Co-operative Heritage Trust**, Manchester, [s. d.]. Disponível em: <https://www.co-operativeheritage.coop/rochdale-pioneers-virtual-visit>. Acesso em: 25 mar. 2026.

COOPERATIVE CULTURAL HERITAGE. Birthplaces in Germany. **Cooperative Cultural Heritage**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://culturalheritage.coop/aboutTangiblePage/birthplaces-germany>. Acesso em: 26 mar. 2026.

COOPERATIVE CULTURAL HERITAGE. **Cooperative Cultural Heritage**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.culturalheritage.coop>. Acesso em: 29 mar. 2026.

COOPERATIVE CULTURAL HERITAGE. Kagawa Toyohiko Museum. **Cooperative Cultural Heritage**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://culturalheritage.coop/aboutTangiblePage/kagawa-toyohiko-museum>. Acesso em: 29 mar. 2026.

COSTA, Tiago Ribeiro da. **História e doutrina cooperativista**. Maringá: UniCesumar, 2016. Reimpresso em 2018.

CRESOL SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO. Cresol celebra 30 anos com lançamento de livro e documentário que reafirmam a força do cooperativismo. **Cresol**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://cresol.com.br/cresol-celebra-30-anos-com-lancamento-de-livro-e-documentario-que-reafirmam-a-forca-do-cooperativismo>. Acesso em: 29 mar. 2026.

CRESOL SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO. **Cresol**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://cresol.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2026.

DEUTSCHE HERMANN-SCHULZE-DELITZSCH-GESELLSCHAFT. Genossenschaftsmuseum im Schulze-Delitzsch-Haus. **Deutsche Hermann-Schulze-Delitzsch-Gesellschaft**, Delitzsch, [s. d.]. Disponível em: <https://genossenschaftsmuseum.de/schulze-delitzsch>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FGV AGRO. Roberto Rodrigues. **FGV Agro**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://agro.fgv.br/node/49>. Acesso em: 30 maio 2026.

FORBES BRASIL. Roberto Rodrigues, um mergulho na história do agro. **Forbes Agro**, [S. l.], 28 ago. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-agro/2024/08/forbes-mulheragro-roberto-rodrigues-um-mergulho-na-historia-do-agro>. Acesso em: 30 maio 2026.

FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL. Registro da história. **Frimesa**, Medianeira, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://frimesa.com.br/registro-da-historia-1767717960>. Acesso em: 7 maio 2026.

GAZETA DO POVO. Unicred transforma agência em Curitiba em tributo ao cooperativismo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/parana-sa/unicred-transforma-agencia-em-curitiba-em-tributo-ao-cooperativismo>. Acesso em: 29 mar. 2026.

KAGAWAKAN. Naruto City Kagawa Toyohiko Memorial Museum. **Kagawakan**, Naruto, [s. d.]. Disponível em: <https://www.kagawakan.com>. Acesso em: 29 mar. 2026.

KERN, Gilvane; MAYER, Leandro. A pioneira: a trajetória da cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina. In: FORNECK, Elisandra; MAYER, Leandro; KERN, Gilvane (org.). **Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 136-148.

MEMORIAL AMSTAD. **Memorial Amstad**. Nova Petrópolis, [s. d.]. Disponível em: <https://www.memorialamstad.com>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MEMORIAL ANNEKEN. **Memorial Anneken**. Rolante, [s. d.]. Disponível em: <https://memorialanneken.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MOTORCOOP. Livraria do Cooperativismo. **Motorcoop**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://motorcoop.com.br/livraria-do-cooperativismo>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MUNDOCOOP. Unicred União inaugura a Livraria do Cooperativismo. **MundoCoop**, [S. l.], 18 set. 2023. Disponível em: <https://mundocoop.com.br/gestao-e-negocios/unicred-uniao-inaugura-a-livraria-do-cooperativismo>. Acesso em: 29 mar. 2026.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Bruno. Sicoob Cremendes é incorporado pelo Sicoob Fluminense. **Sistema OCB/RJ**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://sesc-cooprj.jmigrupo.com.br/2018/12/17/cooperativismo-fluminense-e-fortalecido-com-nova-incorporacao>. Acesso em: 31 maio 2026.

PINHO, Diva Benevides (org.). **Grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro**. Brasília: OCB, 1991. 2 v.

RAIFFEISENMUSEUM HAMM (SIEG). **Deutsches Raiffeisenmuseum**, Hamm (Sieg), [s. d.]. Disponível em: <https://www.hamm-sieg.de/de/raiffeisen-sehen-erleben/deutsches-raiffeisenmuseum>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SCHULZE, Edgar. **Procurando por “Os 28”: a busca do original – apresentando o texto original e a nova tradução da história dos Probos Pioneiros de Rochdale**. Porto Alegre: Scriptum Produções Culturais, 2022.

SICREDI CAMINHO DAS ÁGUAS. Memorial Anneken: opção de passeio cultural para as férias. **Sicredi**, Rolante, 2026. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/coop/caminhodasaguasrs/noticias/cooperativismo/memorial-anneken-opcao-de-passeio-cultural-para-as-ferias>. Acesso em: 29 mar. 2026.

UNIMED TERESINA. Unimed Teresina celebra 42 anos de cuidado com os pacientes e parceria com os cooperados. **Unimed Teresina**, Teresina, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.unimed.coop.br/site/web/teresina/-/unimed-teresina-celebra-42-anos-de-cuidado-com-os-pacientes-e-parceria-com-os-cooperados-1>. Acesso em: 29 mar. 2026.

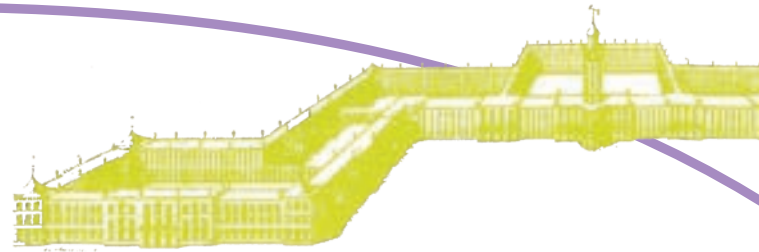
UNIMED TERESINA. Unimed Teresina inaugura memorial para celebrar sua história e legado na saúde. **G1 Piauí**, Teresina, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/especial-publicitario/unimed-teresina/sos-unimed/noticia/2024/12/16/unimed-teresina-inaugura-memorial-para-celebrar-sua-historia-e-legado-na-saude.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2026.

VG ALTENKIRCHEN-FLAMMERSFELD. Raiffeisenmuseum. **VG Altenkirchen-Flammersfeld**, Flammersfeld, [s. d.]. Disponível em: <https://www.vg-altenkirchen-flammersfeld.de/kultur-und-bildung/raiffeisenmuseum>. Acesso em: 28 mar. 2026.



5





O PENSAMENTO COOPERATIVISTA

Como qualquer movimento que atravessa séculos de história, o cooperativismo não nasceu de uma única ideia ou linha de pensamento. Nasceu da confluência de várias delas, algumas complementares, outras em tensão direta entre si. Por trás do armazém de Rochdale, das caixas de crédito rural de Raiffeisen e das cooperativas de produção francesas houve um substrato intelectual rico e plural, composto por correntes filosóficas, tradições religiosas e projetos políticos que, cada um à sua maneira, buscavam respostas para as mesmas perguntas: **como organizar o trabalho de forma mais justa? Como garantir que a economia sirva às pessoas, e não o contrário?**

Este capítulo se dedica a investigar esse substrato. Retomaremos ideias que percorreram o livro desde o início, mas com maior aprofundamento e ênfase nos conceitos e pensadores que lhes deram forma. Além de traçar uma história intelectual do cooperativismo, o objetivo é mostrar como esse pensamento continua vivo e operante nas cooperativas do século XXI, com capacidade de seguir relevante e orientador para os desafios dos próximos anos.

Um importante ponto de partida é entender que **o pensamento cooperativista não tem uma linhagem intelectual linear**. Entre as diferentes matrizes que se cruzaram para lhe dar forma, destacaremos cinco:

Na página à esquerda, estão retratados o filósofo Henri Saint-Simon, uma família de cooperados da Frutas de Ouro (Santa Catarina), e uma cooperada da COFEP (Paraíba).

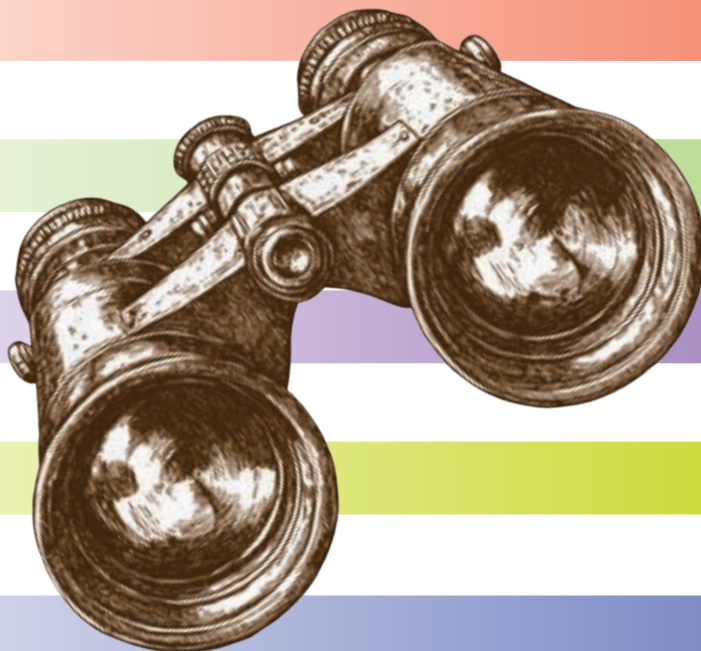
QUAKERISMO

SOCIALISMO UTÓPICO

SOCIALISMO CRISTÃO

PENSAMENTO CRISTÃO

LIBERALISMO ECONÔMICO



É justamente essa pluralidade de origens que ajuda a explicar a notável capacidade histórica de adaptação do cooperativismo, que soube se reinventar diante de contextos econômicos, culturais e sociais muito distintos sem perder sua identidade.

Cada uma destas vertentes contribuiu com elementos diferentes para o que viria a ser a doutrina cooperativista, mas as fronteiras entre elas também não são totalmente rígidas. Muitos pensadores não se alinham de forma estrita a uma única tradição e é comum encontrar, no mesmo autor, elementos do socialismo utópico combinados com o socialismo cristão, ou influências liberais coexistindo com valores comunitários de raiz religiosa.

Outras correntes intelectuais também podem ter contribuído para a consolidação do cooperativismo tradicional, mas as cinco aqui apresentadas são as mais recorrentes e estruturantes no desenvolvimento histórico do movimento. A seguir, mergulharemos em cada uma delas e nos pensadores que as tornaram parte da história do cooperativismo.

QUAKERISMO

Muito antes de a Revolução Industrial criar as condições para o surgimento do cooperativismo moderno, alguns pensadores já imaginavam formas colaborativas de organizar a vida e o trabalho. Muitas dessas concepções embrionárias foram profundamente influenciadas pelo quakerismo, cujos membros são conhecidos como **quakers** ou membros da **Sociedade dos Amigos**.

O quakerismo foi um movimento religioso protestante que surgiu na Inglaterra no século XVII e se expandiu posteriormente para a Escócia e os Estados Unidos. Sua filosofia era marcada pelo rigor ético e espiritual, traduzido em práticas concretas como a vida comunitária simples, a discricção, a frugalidade, o pacifismo irrestrito, o antiescravismo, a tolerância religiosa e o não-conformismo político.

ERA UMA ESPIRITUALIDADE VOLTADA À AÇÃO SOCIAL E FOI ESSA DIMENSÃO PRÁTICA E ASSOCIATIVA QUE ALIMENTOU AS PROPOSTAS DE ALGUNS PENSADORES.

Era uma espiritualidade voltada à ação social e foi essa dimensão prática e associativa que alimentou as propostas de alguns pensadores. Dois deles – o holandês Pieter Plockhoy e o inglês John Bellers – inspiraram-se nessa tradição para formular, ainda no século XVII, ideias pioneiras de organização socioeconômica que anteciparam

princípios do movimento cooperativista.

Pieter Corneliszoon Plockhoy (1625–1670) nasceu na Holanda, em meio humilde, e se transferiu posteriormente para a Inglaterra onde desenvolveu seu pensamento, profundamente marcado pelas desigualdades sociais e pelas ideias religiosas e comunitárias do quakerismo. Em 1659, publicou o panfleto *“A Way Propounded to Make the Poor in These and Other Nations Happy”* (em tradução livre, Um caminho proposto para fazer felizes os pobres destas e de outras nações), no qual sugere a criação de **comunidades baseadas na propriedade privada limitada e na ampla liberdade individual**, com a cooperação operando como substituta da competição mercantilista.

Para Plockhoy, o modelo associativo eliminaria a concorrência com os comerciantes particulares. Ao reunir a produção e o consumo sob uma mesma organização coletiva, a associação conseguiria oferecer mercadorias em grandes quantidades e a preços muito mais vantajosos do

PIETER CORNELISZOOM PLOCKHOY (1625-1670)

VIDA

Pensador holandês de origem humilde, radicado na Inglaterra. Influenciado pelo quakerismo, dedicou-se a formular alternativas à exploração econômica. Em 1663, tentou colocar suas ideias em prática fundando uma colônia em Delaware, nos Estados Unidos, mas a comunidade foi destruída no ano seguinte durante a retomada britânica da região.

IDEIAS

Propôs comunidades baseadas na propriedade privada limitada e com gestão democrática. Defendia a jornada de trabalho de seis horas diárias e articulação entre agricultura e indústria, uma combinação que, em sua visão, garantiria estabilidade e crescimento. Acreditava ainda que a cooperação deveria substituir a competição para eliminar a exploração econômica.

PRINCIPAL OBRA

A Way Propounded to Make the Poor in These and Other Nations Happy (Um caminho proposto para fazer felizes os pobres destas e de outras nações, 1659).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

É reconhecido como um dos precursores das concepções sociais que influenciariam o socialismo e o cooperativismo. Seu modelo antecipou princípios como gestão democrática, propriedade coletiva e educação integrada ao trabalho, elementos que o cooperativismo consagraria dois séculos depois.

que os praticados pelo mercado tradicional. O trabalho seria igualmente facilitado e a produção, feita a um custo menor (Mladenatz, 2003).

Seu modelo previa gestão democrática com eleições e rotatividade de cargos; jornadas de trabalho de apenas seis horas diárias para os membros da comunidade; articulação entre agricultura e indústria para manter a estabilidade e o crescimento; produção coletiva com preços baixos e compras no atacado; amplo acesso ao ensino, que incluiria a formação prática em ofícios e o estudo de artes e ciências; e casas com amplos espaços comuns e bibliotecas.

Em 1663, Plockhoy cruzou o Atlântico com 41 colonos para colocar suas ideias em prática e fundar uma comunidade no atual estado de

Delaware, nos Estados Unidos. Porém, a experiência teve vida curta e foi interrompida já no ano seguinte, 1664, quando a colônia foi saqueada durante a retomada britânica da região.

O outro pilar desta corrente de pensamento, **John Bellers** (1654–1725), chegou ao mesmo território intelectual por um caminho diferente. Bellers era filho de comerciante bem-sucedido e, apesar da riqueza familiar, foi profundamente marcado pela ética quaker, o que se refletiu em sua dedicação às condições de vida das camadas mais pobres e sua defesa da justiça social.

Em 1695, publicou sua grande obra, *“Proposals for Raising a College of Industry”* (Propostas para a criação de um Colégio da Indústria), em que propôs colônias cooperativas de trabalho e estudo. Seriam **comunidades autossuficientes e autogeridas, nas quais a produção e as trocas ocorreriam de forma direta, sem depender do dinheiro e sem intermediação comercial.**

JOHN BELLERS (1654–1725)

VIDA

Pensador inglês filho de um comerciante bem-sucedido, mas marcado pela ética quaker, o que se refletiu na defesa das condições de vida das camadas mais pobres da sociedade.

IDEIAS

Propôs a formação de comunidades cooperativas de trabalho e estudo, que funcionariam como colônias autossuficientes e autogeridas, nas quais trocas e atividades produtivas ocorreriam sem intermediação comercial ou dependência do dinheiro. As colônias seriam ainda articuladas entre si, reunindo diversas profissões em cooperação mútua para formar um sistema integrado e autossuficiente.

PRINCIPAL OBRA

Proposals for Raising a College of Industry (Propostas para a criação de um Colégio da Indústria, 1695).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Antecipou princípios centrais do cooperativismo: propriedade coletiva dos meios de produção, distribuição justa dos resultados e eliminação da exploração do trabalho. Robert Owen o reconheceu como precursor direto.

Assim como no modelo de Plockhoy, a jornada seria de seis horas para os membros, com redução gradual conforme o avanço da idade. A produção seria focada no consumo interno e os excedentes seriam usados para expansão. A gestão seria coletiva, com poder de voto proporcional ao investimento, mas limitado a cinco votos por pessoa para evitar a concentração de poder. A especulação com ações seria proibida.

A influência de Bellers ultrapassou os séculos. Robert Owen, o pensador mais importante do socialismo utópico, reconheceu Bellers como seu precursor direto. Charles Fourier, outro socialista de destaque, também o citou como referência e o próprio Karl Marx mencionou Bellers em “O Capital” e referiu-se a ele como “um verdadeiro fenômeno na história da economia política”.

QUAKERISMO (QUADRO RESUMO)	
PENSADOR	PRINCIPAIS IDEIAS
Pieter Corneliszoon Plockhoy (1625–1670)	Pensador holandês que propôs, ainda no século XVII, comunidades baseadas na propriedade privada limitada, gestão democrática e jornada de trabalho de seis horas. Para ele, a cooperação deveria substituir a competição para eliminar a exploração econômica.
John Bellers (1654–1725)	Propôs “colônias cooperativas de trabalho e estudo”, comunidades autossuficientes, sem intermediação comercial, com gestão coletiva e limite de votos por pessoa para evitar concentração de poder. Antecipou princípios centrais do cooperativismo moderno, como a propriedade coletiva dos meios de produção e a distribuição justa dos resultados.

SOCIALISMO UTÓPICO

A corrente de pensamento hoje chamada de socialismo utópico nasceu como fruto de uma indignação. No final do século XVIII e início do XIX, enquanto a Revolução Industrial reconfigurava radicalmente as condições de trabalho e de vida nas cidades europeias, um grupo de pensadores se recusou a aceitar a miséria como consequência natural do progresso. Eles acreditavam que a razão humana era capaz de desenhar sociedades melhores e defendiam que a transformação social poderia ocorrer por meio de reformas pacíficas dentro do próprio capitalismo, uma convicção que seus críticos mais tarde taxariam como ingênua.

O socialismo utópico buscava **formular modelos racionais e planejados de organização social, imaginando comunidades harmoniosas, justas e igualitárias, capazes de superar as desigualdades do sistema capitalista**. Essa fé na capacidade racional de reorganizar a sociedade os distinguia tanto dos conservadores, que defendiam a ordem estabelecida, quanto dos revolucionários, que apostavam na ruptura violenta.

O nome “utópico” não foi escolhido pelos membros desta corrente. O termo foi cunhado por Karl Marx e Friedrich Engels, os pais do socialismo científico, na obra “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848. Se por um lado a dupla reconhecia o valor daquelas ideias e sua capacidade de “desvelar sem piedade a miséria material e moral do mundo burguês”, nas palavras de Engels, por outro lado criticava o que considerava uma ingenuidade central dos utópicos: a crença de que a simples mudança de mentalidade seria suficiente para transformar as estruturas da sociedade, sem a compreensão do papel histórico da luta de classes.

NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX, ENQUANTO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL RECONFIGURAVA RADICALMENTE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA NAS CIDADES EUROPEIAS, UM GRUPO DE PENSADORES SE RECUSOU A ACEITAR A MISÉRIA COMO CONSEQUÊNCIA NATURAL DO PROGRESSO.

Entre os expoentes do socialismo utópico estão pensadores de perfis distintos entre si, mas unidos por uma herança intelectual comum, isto é, o iluminismo e a crença na “razão pensante” como instrumento capaz de diagnosticar e corrigir falhas da organização econômica. Todos compartilhavam a convicção de que **o trabalho deveria ser digno, que a cooperação era mais racional do que a competição e que a produção deveria ser orientada pelo bem coletivo**, não pelo lucro individual. Na prática, isso se traduziu em uma série

de experimentos concretos, alguns mais bem-sucedidos que outros, que funcionaram como laboratórios desta nova forma de estruturar a vida econômica.

Da fábrica à utopia: a visão de Robert Owen

Um dos representantes de maior destaque entre os socialistas utópicos é o britânico Robert Owen (1771–1858), considerado o **“Pai do Cooperativismo Moderno”** (Costa, 2016). Galês de origem pobre, em 1799, aos 28 anos, ele e seus sócios adquiriram a fábrica têxtil de New Lanark, na Escócia, da qual Owen assumiu a gestão em 1º de janeiro de 1800. Foi ali que colocou em prática diversas medidas para beneficiar os trabalhadores. Entre suas inovações estavam a **redução da jornada de trabalho, proibição do emprego de menores de dez anos, criação de escolas gratuitas, abolição das multas aos operários, oferta de habitação digna e organização de refeitórios coletivos para os empregados.**

Owen também tentou convencer industriais de sua época a implementarem medidas semelhantes, utilizando como argumento o êxito econômico de suas iniciativas. Por tudo isso, é considerado um dos iniciadores das obras sociais de inspiração patronal, dos sistemas de proteção social e da legislação trabalhista (Costa, 2016).



Gravura representando a colônia de New Harmony como idealizada por Robert Owen. Fonte: Autoria de F. Bates (1838).

Em 1813, Owen converteu sua indústria *New Lanark Twist Co.* em um tipo de empresa comunitária, na qual o capital investido só receberia 5% de juros ao ano, enquanto o restante seria aplicado em um fundo de reservas para ser usado em favor dos trabalhadores e do público. Mais tarde, impressionado pelas consequências da crise econômica de 1815, foi além e investiu uma grande soma de sua fortuna na organização de colônias autônomas.

Em 1824, após cerca de duas décadas e meia à frente de New Lanark, Owen vendeu sua participação na fábrica aos sócios, em sua maioria quakers, e partiu para os Estados Unidos, onde pretendia aplicar do zero sua ideia de comunidade ideal. Foi assim que, na década de 1820, no estado norte-americano de Indiana, tentou estabelecer a colônia **New Harmony, a primeira comuna agrícola moderna, baseada nos princípios socialistas**. O objetivo era criar uma comunidade autônoma e autossuficiente. O projeto, porém, durou cerca de dois anos apenas,



Por William Henry Brooke (1834).

ROBERT OWEN (1771-1858)

VIDA

Nascido no País de Gales em família humilde, tornou-se empresário têxtil e proprietário da fábrica de New Lanark, na Escócia, onde transformou as condições de trabalho de seus operários. Posteriormente, tentou criar uma comunidade autossuficiente nos Estados Unidos.

IDEIAS

Defendia que o caráter humano é moldado pelo ambiente social e que, reformando as condições de trabalho, habitação e educação, seria possível construir uma sociedade mais justa. Para isso, propôs a criação de comunidades cooperativas e autossuficientes baseadas na igualdade e na propriedade coletiva, aliadas à reforma nas condições de trabalho e à educação gratuita e progressista, atuando por vias pacíficas sem pregar uma revolução.

PRINCIPAL OBRA

A New View of Society (Uma Nova Visão da Sociedade, 1813).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Influenciou diretamente os fundadores de Rochdale, já que metade deles era ativista owenista. Sua convicção de que a ação coletiva e a autogestão eram caminhos viáveis para a emancipação dos trabalhadores está na base do cooperativismo moderno.

devido à extrema heterogeneidade de seus participantes, que gerou conflitos e impediu a consolidação de um grupo unido e funcional.

Ainda assim, o experimento inspirou outras organizações similares no México, na Inglaterra e na Irlanda, e reforçou as convicções de Owen sobre a necessidade da ação cooperativa como caminho para a felicidade social, ideias que mais tarde ajudariam a fundamentar doutrinas como a dos Pioneiros de Rochdale.

Os falanstérios e o trabalho como prazer

Outro importante socialista utópico, contemporâneo a Owen, foi o francês **Charles Fourier** (1772–1837). Filho de comerciante, iniciou sua carreira como vendedor de tecidos, mas perdeu toda a sua fortuna e precisou trabalhar como caixeiro-viajante. Foi um crítico implacável da sociedade industrial e via a competição e a busca desenfreada pelo lucro como as raízes dos problemas sociais. Para Fourier, o problema não estava apenas nas condições de trabalho, mas na própria organização da civilização, fundada sobre a competição, o egoísmo e a repressão dos desejos humanos.

Desenho de um falanstério como pensado por Charles Fourier.
Autor: Victor Considérant (1829).





Por Jean Gigoux (1835).

CHARLES FOURIER (1772–1837)

VIDA

Francês filho de comerciante, trabalhou como vendedor e caixeiro-viajante. Filósofo autodidata, foi um crítico implacável da sociedade industrial, da competição e das instituições tradicionais, incluindo o matrimônio e a família monogâmica que, segundo ele, objetificavam a mulher e limitavam sua liberdade.

IDEIAS

Propôs a reorganização da sociedade segundo a “harmonia das paixões humanas”, identificando na competição e no lucro as raízes dos problemas sociais e econômicos da civilização industrial. Seu modelo central era o falanstério, comunidades autossuficientes onde o trabalho seria voluntário, variado e prazeroso. A propriedade privada não seria abolida, mas submetida ao interesse coletivo, com redistribuição justa dos ganhos.

PRINCIPAIS OBRAS

Teoria dos Quatro Movimentos (1808) e Tratado da Associação Doméstica e Agrícola (1822).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Suas ideias serviram de argumento para demonstrar a viabilidade das *fruitières* – cooperativas ancestrais de queijo nos Alpes – e influenciaram diretamente Louis Blanc. No Brasil, inspiraram o Falanstério do Saí (1841) e a Colônia Thereza Cristina (1847), dois dos primeiros experimentos protooperativistas do país.

Sua proposta central era **substituir o caos social pela “harmonia das paixões humanas”**, reorganizando a sociedade de acordo com as inclinações naturais das pessoas, em vez de submetê-las à disciplina do mercado.

O instrumento dessa transformação seria o chamado **falanstério**: enormes comunidades planejadas, autossuficientes, abrigando cerca de 1.500 pessoas em edifícios coletivos com jardins, oficinas, teatro, refeitórios e espaços de convivência. O termo foi cunhado pelo próprio Fourier a partir da contração das palavras “falange” e “monastério”.

Nos falanstérios o trabalho seria voluntário, variado e prazeroso. Fourier criou o conceito de “paixão da borboleta”, ou seja, a ideia de que as pessoas deveriam mudar de atividade ao longo do dia para respeitar

suas inclinações naturais e evitar a repressão de seus desejos. As tarefas mais áridas seriam as mais bem remuneradas; os ganhos, proporcionais à qualidade do trabalho e à contribuição para a comunidade.

Fourier não propunha abolir a propriedade privada nem o dinheiro, mas sim submetê-los ao interesse coletivo por meio de uma redistribuição justa da riqueza.

Sua influência no cooperativismo se deu por caminhos diversos. Em 1839, o político francês Wladimir Gagneur usou as ideias de Fourier para explicar o sucesso comercial das *fruitières* – as cooperativas ancestrais de queijo dos Alpes franceses e suíços –, **demonstrando que o modelo associativo fourierista não era apenas uma fantasia, mas uma realidade economicamente viável**. Ele também influenciou diretamente o francês Louis Blanc, outro socialista utópico sobre quem falaremos mais adiante.

No Brasil, como vimos no capítulo 2, os ideais fourieristas inspiraram o **Falanstério do Saí** (1841), em Santa Catarina, e a **Colônia Thereza Cristina** (1847), no Paraná. Além da dimensão econômica, Fourier foi um pensador à frente de seu tempo em outras dimensões. Criticou frontalmente o matrimônio e a família monogâmica como instituições que reduziam a mulher à condição de objeto, tolhendo-lhe a dignidade e a liberdade. Para ele, o grau de progresso social de uma nação poderia ser medido pelo seu grau de emancipação feminina.

O direito ao trabalho e o Estado como aliado

O francês **Louis Blanc** (1811–1882) é amplamente reconhecido como um dos precursores do socialismo utópico e do cooperativismo tradicional em seu país. Historiador, jornalista e político, formado em direito, teve sua trajetória profundamente marcada por períodos de pobreza e privação durante a juventude, experiências que moldaram diretamente seu pensamento.

Colaborou com diversas publicações impressas, até que, em 1839, fundou sua própria revista, batizada de “*Revue du progrès*” (Revista do Progresso). Foi nas páginas desse periódico que ele publicou o ensaio

“*L’Organisation du travail*” (A Organização do Trabalho), que logo se tornaria a sua principal obra e apresentaria os princípios fundamentais do seu pensamento político.

Inspirado por Fourier, **Blanc criticava o lucro especulativo e via a concorrência de mercado como um mecanismo socialmente destrutivo. Sua resposta a esses males foi construída em torno de um conceito central: o direito ao trabalho.**

A grande contribuição prática de Blanc para o cooperativismo foi a proposta dos *ateliers sociaux* – as oficinas sociais, semelhantes às cooperativas de produção com gestão democrática, voltadas à inclusão social. Como os trabalhadores não possuíam recursos iniciais para criá-las, **Blanc propunha que o Estado atuasse como o “banqueiro dos pobres”**, financiando e regulando essas iniciativas, sem



Fotografia por Étienne Carjat.

LOUIS BLANC (1811–1882)

VIDA

Socialista francês, historiador, jornalista e político. Conheceu a pobreza na juventude, experiência que moldou seu pensamento. Fundou a revista “*Revue du progrès*” em 1839 e teve atuação política ativa na França do século XIX.

IDEIAS

Crítico do lucro especulativo e da concorrência, construiu seu pensamento em torno do conceito central do direito ao trabalho. Propôs os *ateliers sociaux*, cooperativas de produção financiadas pelo Estado, com gestão democrática e progressivamente autogeridas pelos trabalhadores, a fim de promover inclusão social e contribuir para a superação da lógica capitalista. Defendia ainda a distribuição tripartite das sobras: entre membros, fundo de solidariedade e reinvestimento.

PRINCIPAL OBRA

A Organização do Trabalho (1839).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Seu modelo de oficinas sociais antecipou princípios centrais do cooperativismo, como a gestão democrática e a distribuição proporcional de sobras. A ideia de financiamento inicial pelo Estado para depois transferir o controle aos trabalhadores influenciou debates posteriores sobre o papel do poder público no fomento ao cooperativismo.

monopolizá-las. Em suas próprias palavras, o papel do Estado seria monitorar o cumprimento das regras e “remover os obstáculos que o egoísmo individual tentaria colocar no caminho” da cooperação.

O modelo previa uma transição gradual de gestão: inicialmente nomeada pelo governo, a direção das oficinas passaria a ser eleita democraticamente pelos próprios trabalhadores assim que o negócio se estruturasse. Dentro dessas cooperativas, os salários seriam inicialmente iguais para todos, com posterior diferenciação baseada na função de cada trabalhador. Um ponto central do modelo era a subordinação do capital: os detentores do dinheiro só teriam participação nas oficinas se trabalhassem nelas, eliminando a figura do acionista ocioso.

A distribuição das sobras seguia uma regra tripartite estrita. Uma parte seria distribuída entre os membros, outra destinada a um fundo de solidariedade e a última reinvestida na própria cooperativa, uma lógica que antecipava princípios que as cooperativas consagrariam décadas depois.

Blanc também entendia a educação como condição indispensável para sustentar essa nova ordem social. Para ele, apenas a transformação profunda das ideias e dos costumes, por meio de uma educação inclusiva, comunitária e voltada aos pobres, às mulheres e às crianças, criaria as bases para manter de pé uma sociedade organizada pela cooperação

A sociedade industrial e o governo dos produtores

Mais um nome central do socialismo utópico foi **Henri de Saint-Simon** (1760–1825), embora seu pensamento transite também para o socialismo cristão. Descendente de família nobre francesa, o que lhe garantiu uma educação de altíssima qualidade, lutou na causa dos colonos na Revolução Americana e depois apoiou os ideais da Revolução Francesa. No entanto, terminou a vida na pobreza, dedicado integralmente ao estudo das questões sociais e econômicas de seu tempo.

Para ele, o sentido da história era a progressão inevitável da indústria e a sociedade deveria ser reorganizada em torno dessa realidade. Sua



Por Hippolyte Ravergie.

HENRI DE SAINT-SIMON (1760–1825)

VIDA

Filósofo, economista e militar francês. Descendente de família nobre, lutou na Revolução Americana e apoiou a Revolução Francesa. Perdeu toda a fortuna e viveu na pobreza, dedicando-se ao estudo das questões sociais até o fim da vida.

IDEIAS

Propôs substituir a política tradicional por uma administração racional liderada por uma elite técnica, baseada no mérito. Opôs os “industriais” – todos os que contribuem para a produção da riqueza, de trabalhadores a empresários – às classes ociosas e privilegiadas, defendendo que a economia fosse orientada pela utilidade social, não pelo lucro. No campo educacional, propôs uma formação que articulasse o ensino literário e científico a uma dimensão essencialmente técnica e prática, respondendo diretamente às necessidades produtivas da sociedade.

PRINCIPAL OBRA

L'Industrie (A Indústria, 1817).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Sua crítica às classes ociosas e a defesa da primazia do trabalho produtivo sobre o capital especulativo ressoam nos valores cooperativistas. A proposta de integração entre educação e trabalho influenciou pensadores posteriores.

proposta central, desenvolvida na obra “*L'Industrie*” (A Indústria, 1817), era **substituir a política tradicional por uma administração racional, liderada por uma elite técnica baseada no mérito: cientistas, industriais e trabalhadores especializados.**

Nesse modelo, Saint-Simon opunha os “industriais” – termo com o qual designava todos os que contribuem efetivamente para a produção da riqueza, de operários a empresários – às classes ociosas e privilegiadas, como a nobreza e o alto clero. A economia passaria por um planejamento rigoroso, com a participação ativa dos produtores, e a atividade econômica deveria abandonar a especulação e o lucro como fins em si mesmos para ser orientada pela utilidade social e pelo progresso coletivo.

A educação ocupava lugar central em seu pensamento. Ao lado de Owen, Saint-Simon propôs uma profunda integração entre ensino e

trabalho. A formação não deveria ser apenas literária e científica, mas essencialmente técnica e prática, atrelada às necessidades produtivas da sociedade.

Apesar de ter sido classificado como “utópico” por Marx e Engels, sua densidade analítica foi amplamente reconhecida e suas ideias influenciaram diretamente Philippe Buchez, pensador que as reelaborou à luz do catolicismo social e as aproximou ainda mais do ideário cooperativista.

SOCIALISMO UTÓPICO (QUADRO RESUMO)	
PENSADOR	PRINCIPAIS IDEIAS
Robert Owen (1771–1858)	Acreditava que o caráter humano é moldado pelo ambiente social e que mudar as condições de trabalho, habitação e educação era o caminho para uma sociedade mais justa. Propôs comunidades autossuficientes baseadas na cooperação e na propriedade coletiva e influenciou diretamente os fundadores de Rochdale. Hoje, é considerado o pai do cooperativismo moderno.
Charles Fourier (1772–1837)	Via na competição, no egoísmo e na repressão dos impulsos naturais as causas dos males da civilização industrial. Propôs os falanstérios, comunidades autossuficientes onde o trabalho seria voluntário, variado e prazeroso. Suas ideias influenciaram diretamente Louis Blanc e os primeiros experimentos cooperativistas no Brasil.
Louis Blanc (1811–1882)	Construiu seu pensamento em torno do direito ao trabalho e propôs os <i>ateliers sociaux</i> (oficinas sociais), cooperativas de produção com gestão democrática financiadas pelo Estado. Seu modelo antecipou ideias centrais do cooperativismo moderno, como a gestão democrática e a distribuição tripartite das sobras.
Henri de Saint-Simon (1760–1825)	Defendia que a condução da sociedade deveria ser entregue a uma elite técnica e meritocrática – cientistas, industriais e trabalhadores especializados –, em oposição às classes que viviam de privilégios sem contribuir para a produção. Defendia que a economia fosse orientada pela utilidade social, não pelo lucro.

SOCIALISMO CRISTÃO

Uma terceira corrente de pensamento que ajudou a construir as bases do cooperativismo moderno foi o chamado socialismo cristão. Este movimento defendia **reformas sociais que ultrapassassem a caridade, transformando-a em um compromisso político com a igualdade**. Ou seja, não bastava aliviar o sofrimento individual, era preciso reformar as estruturas que o produziam.

Sensibilizados pelas condições de miséria e exploração geradas pela Revolução Industrial, os pensadores dessa corrente defendiam que os valores éticos do cristianismo – solidariedade, justiça, dignidade humana e amor ao próximo – deveriam nortear a organização da sociedade e combater a lógica de acumulação capitalista.

A figura central dessa tradição e um dos principais responsáveis pelo surgimento do cooperativismo de produção na França foi **Philippe-Joseph**

Benjamin Buchez (1796–1865), médico, historiador e político, cuja trajetória ilustra bem as tensões intelectuais da época. Na juventude, Buchez era um liberal radical que chegou a se envolver com a sociedade secreta *La Charbonnerie*, que planejava uma insurreição armada. Após o fracasso da revolta, foi influenciado pelas ideias de Henri de Saint-Simon, o que o reconduziu ao catolicismo social e à convicção de que a transformação da sociedade deveria ser pacífica, fundada na doutrina cristã e na associação livre de trabalhadores.

OS PENSADORES DESSA CORRENTE DEFENDIAM QUE OS VALORES ÉTICOS DO CRISTIANISMO – SOLIDARIEDADE, JUSTIÇA, DIGNIDADE HUMANA E AMOR AO PRÓXIMO – DEVERIAM NORTEAR A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E COMBATER A LÓGICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.

Na prática, Buchez propôs os **“ateliers associativos”**, cooperativas de produção geridas pelos próprios trabalhadores. Dentro deste modelo de

gestão, sua contribuição mais duradoura para o cooperativismo foi o conceito do **capital social inalienável: o patrimônio das associações deveria pertencer à coletividade**, garantindo a continuidade do negócio mesmo com a saída de membros fundadores e permitindo a entrada de novos trabalhadores sem exigência de aporte de capital próprio. É daqui que nascem as bases dos fundos de reserva indivisíveis que o cooperativismo moderno consagraria como prática.

No modelo econômico de Buchez, os lucros deveriam ser destinados à coletividade e o financiamento inicial poderia vir do crédito público, de bancos mútuos ou de capitalistas bem-intencionados. Para divulgar essas ideias e demonstrar sua viabilidade, Buchez fundou o jornal “*L’Atelier*” e apoiou iniciativas concretas, como a *Association des Bijoutiers en Doré* (em tradução livre, Associação dos Joalheiros em Dourado).

Criada em 1834, a associação é considerada um dos primeiros experimentos bem-sucedidos de empresa coletiva autogerida na França. Nela, os próprios trabalhadores administravam o negócio, o capital pertencia à coletividade, e não a indivíduos, e os lucros eram destinados ao bem comum. A associação operou por quase quatro décadas,

PHILIPPE-JOSEPH BENJAMIN BUCHEZ (1796-1865)

VIDA

Médico, historiador e político francês. Foi influenciado por Saint-Simon e converteu-se ao catolicismo social, passando a defender a transformação pacífica da sociedade pela associação de trabalhadores.

IDEIAS

Propôs os “ateliês associativos”, cooperativas de produção autogeridas pelos operários. Desenvolveu o conceito de capital social inalienável: o patrimônio da cooperativa pertence à coletividade e não pode ser apropriado individualmente, garantindo continuidade mesmo com a renovação dos membros. Os lucros deveriam ser destinados ao bem comum e a educação dos trabalhadores, fundada em valores cristãos, seria o alicerce moral dessa nova ordem.

PRINCIPAIS OBRAS

Histoire parlementaire de la Révolution française (História parlamentar da Revolução Francesa, 1834) e *Essai d'un traité complet de philosophie au point de vue du catholicisme et du progrès* (Ensaio de um tratado completo de filosofia do ponto de vista do catolicismo e do progresso, 1838).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

O conceito de capital inalienável de Buchez está na origem dos fundos de reserva indivisíveis do cooperativismo moderno. Sua proposta de associação de gestão coletiva influenciou diretamente o cooperativismo de produção francês e contribuiu para a consolidação do modelo que os Pioneiros de Rochdale sistematizaram.



Litografia de Charles Bour.



Autor desconhecido.

WILLIAM KING (1786–1865)

VIDA

Médico britânico que, impactado pelas duras condições de vida dos trabalhadores urbanos, dedicou-se a iniciativas de educação popular e sociedades de auxílio mútuo. Era amigo pessoal de Robert Owen e compartilhava de seus ideais.

IDEIAS

Defendia a criação de cooperativas de consumo pequenas, com gestão democrática e coletiva, para promover justiça nas relações de mercado e eficiência econômica. Via a educação universal como caminho indispensável para a emancipação econômica e moral dos trabalhadores, convicção que resumiu no lema estampado em todas as edições de sua revista: *“Knowledge and union are power: power, directed by knowledge, is happiness: happiness is the end of creation”* (Conhecimento e união são poder: o poder, direcionado pelo conhecimento, é felicidade: a felicidade é o objetivo da criação).

PRINCIPAL OBRA

The Co-Operator (1828–1830), ou O Cooperador, série de 28 panfletos que se tornaram o principal veículo de divulgação dos ideais cooperativistas da época.

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

A revista *The Co-Operator* integrou a biblioteca dos Pioneiros de Rochdale e forneceu base filosófica e prática para a fundação da cooperativa em 1844. King foi um dos principais responsáveis pela difusão do ideal cooperativista entre os trabalhadores britânicos antes de Rochdale.

até 1873, e seu modelo influenciou o cooperativismo de produção que se desenvolveria na França nas décadas seguintes.

Outro nome relevante desta corrente de pensamento foi o médico britânico **William King** (1786–1865), que se situava na fronteira entre o socialismo utópico e o socialismo cristão. Amigo pessoal de Robert Owen, King partilhava sua visão cooperativista, mas adotou uma abordagem mais pragmática. Enquanto Owen apostava em grandes experimentos comunitários, **King focava em resolver os problemas imediatos da classe trabalhadora por meio de pequenas cooperativas de consumo.**

Sua maior contribuição foi a fundação da revista *“The Co-Operator”* (O cooperador), publicada entre 1828 e 1830, em uma série de 28

panfletos. Ela era escrita em linguagem simples e acessível, funcionando como um **manual prático da filosofia cooperativista** e oferecendo instruções detalhadas sobre a criação e a gestão de cooperativas. Apesar da tiragem modesta, a revista foi preservada, integrou a biblioteca dos Pioneiros de Rochdale e forneceu parte da base filosófica e prática que orientou a fundação da primeira cooperativa em 1844.

Ainda nas ilhas britânicas, o socialismo cristão repercutiu também na década de 1850 sob a liderança de **Vansittart Edward Neale**, cooperativista inglês que se tornou um dos principais articuladores do movimento no país. Neale interagiu diretamente com os pioneiros de Rochdale, ajudou a multiplicar cooperativas e fomentou a criação da primeira central cooperativa de consumo (Schneider, 2014). Além disso, liderou esforços para garantir segurança jurídica ao movimento no Parlamento Britânico (Holyoake, 1933; Schneider, 2019).

SOCIALISMO CRISTÃO (QUADRO RESUMO)	
PENSADOR	PRINCIPAIS IDEIAS
Philippe-Joseph Benjamin Buchez (1796–1865)	Defendeu que a transformação da sociedade deveria ser pacífica, fundada na doutrina cristã e na associação livre de trabalhadores. Propôs os “ateliês associativos”, cooperativas de produção autogeridas, e desenvolveu o conceito de capital social inalienável, que está na origem dos fundos de reserva indivisíveis do cooperativismo atual.
William King (1786–1865)	Traduziu a filosofia cooperativista de Owen para uma linguagem acessível aos trabalhadores por meio da revista <i>The Co-Operator</i> . Defendia cooperativas de consumo pequenas e autogeridas, baseadas em valores cristãos e voltadas ao bem-estar comunitário. Sua publicação integrou a biblioteca dos Pioneiros de Rochdale e influenciou diretamente a fundação da cooperativa em 1844.

PENSAMENTO CRISTÃO

Embora dialogue em muitos pontos com o socialismo cristão, o pensamento cristão possui uma abordagem própria na história do cooperativismo. Enquanto o socialismo cristão de Buchez transformou a caridade em projeto político e propôs cooperativas de produção urbanas, o pensamento cristão **encontrou seu campo de ação nas comunidades rurais empobrecidas**. Sua ideia central é a de que determinados valores éticos do cristianismo são fundamentalmente incompatíveis com a lógica de acumulação capitalista e com os processos de empobrecimento que ela gera.

De acordo com Löwy (2000), existe na cultura cristã uma profunda e persistente aversão ética ao capitalismo, uma espécie de “afinidade negativa” com o sistema de acumulação por meio do lucro. Foi essa aversão moral às práticas econômicas abusivas e à exploração que levou os pensadores dessa tradição a enxergarem no cooperativismo uma solução ética e justa, baseada na confiança mútua e na responsabilidade coletiva.

O grande expoente europeu dessa matriz foi o alemão **Friedrich Wilhelm Raiffeisen** (1818–1888), cujas realizações já conhecemos nos capítulos anteriores. Raiffeisen começou pela caridade, distribuindo pão e organizando associações de socorro, mas foi gradualmente compreendendo que iniciativas sustentadas por doações criavam dependência em vez de autonomia.

A virada conceitual decisiva foi a convicção de que as cooperativas só sobreviveriam se fundadas na **“autoajuda incondicional”**: as pes-

soas precisavam ser protagonistas de sua própria emancipação, não receptoras de esmolas. Para ele, o crédito solidário era um caminho de mão dupla, que ao mesmo tempo promovia a melhoria do bem-estar material e preparava o terreno para a elevação moral e religiosa da comunidade.

Esse pensamento chegou ao Brasil pelas mãos do padre jesuíta suíço **Theodor Amstad** (1851–1938), **Patrono do Cooperativismo Brasileiro**. Amstad situava o cooperativismo na confluência entre o pensamento cristão e a tradição liberal,

SUA IDEIA CENTRAL É A DE QUE DETERMINADOS VALORES ÉTICOS DO CRISTIANISMO SÃO FUNDAMENTALMENTE INCOMPATÍVEIS COM A LÓGICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E COM OS PROCESSOS DE EMPOBRECIMENTO QUE ELA GERA.

FRIEDRICH WILHELM RAIFFEISEN (1818-1888)

VIDA

Alemão, militar, funcionário público e prefeito de pequenas comunidades rurais na região de Neuwied. Testemunhou de perto a miséria dos camponeses explorados por agiotas e dedicou sua vida a construir alternativas concretas de crédito solidário.

IDEIAS

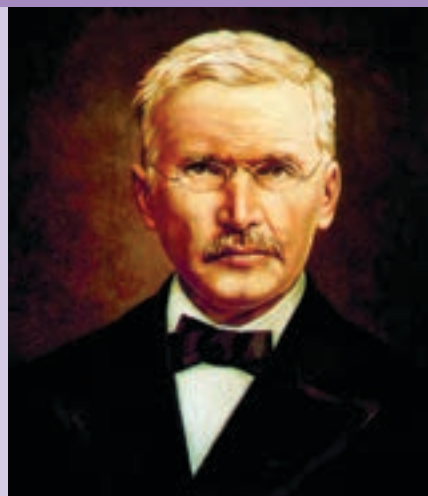
Partiu da caridade, distribuindo pão e organizando associações de socorro, e evoluiu para o conceito de “autoajuda incondicional”: as cooperativas só sobreviveriam se sustentadas pelos próprios membros, não por doações externas. Seu modelo consolidou princípios como responsabilidade compartilhada, gestão democrática voluntária, delimitação geográfica e reservas indivisíveis.

PRINCIPAL OBRA

Die Darlehnskassen-Vereine als Mittel zur Abhilfe der Noth der ländlichen Bevölkerung sowie auch der städtischen Handwerker und Arbeiter (As Associações de Caixas de Empréstimo como meio para aliviar a necessidade da população rural, bem como dos artesãos e trabalhadores urbanos, 1866).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Criou o modelo de cooperativismo de crédito rural que se difundiu pelo mundo. A propagação do movimento de Raiffeisen inspirou o padre Theodor Amstad a fundar as primeiras cooperativas de crédito no Brasil. Seu nome tornou-se sinônimo de cooperativismo de crédito rural.



Autor desconhecido.

ou seja, combinava os valores de solidariedade e da Doutrina Social da Igreja com princípios de autonomia e protagonismo civil, opondo-se ao paternalismo estatal.

Em seus discursos, pregava que a população rural não deveria esperar soluções do governo, mas recorrer à sua própria força associativa. Essa visão ficou eternizada na metáfora mais conhecida de Amstad – já mencionada no capítulo 2 – dita durante a Conferência da Associação dos Agricultores, em 1900, na cidade gaúcha de Feliz:

Se uma grande pedra se atravessa no caminho e vinte pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as vinte pessoas se unem e fazem

força ao mesmo tempo, sob a orientação de uma delas, conseguiram solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos (Meinen; Port, 2014, p. 106).

O legado do pensamento cristão, representado nas figuras de Raiffeisen e Amstad, provou que o crédito solidário e a organização das bases populares são capazes de elevar o padrão de vida de uma população, libertando-a da dependência externa e da submissão ao capital exploratório.



Autor desconhecido.

PADRE THEODOR AMSTAD (1851-1938)

VIDA

Padre jesuíta suíço que chegou ao Brasil em 1885 como missionário. Atuou no Rio Grande do Sul, percorrendo colônias de imigrantes alemães e italianos. Em 1902, fundou em Nova Petrópolis a primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina. Ao longo de sua vida, ajudou a fundar outras 37 cooperativas. Em 2019, a Lei Federal nº 13.926 o reconheceu como Patrono do Cooperativismo Brasileiro.

IDEIAS

Situava o cooperativismo na confluência entre o pensamento cristão e os princípios liberais de autonomia e protagonismo civil. Opunha-se ao paternalismo estatal, defendendo que as comunidades deveriam resolver seus próprios problemas por meio da associação. Entendia o crédito cooperativo como instrumento de emancipação econômica e educação moral. Sua atuação foi além do crédito: abrangeu educação, saúde e meio ambiente, sempre com foco no desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

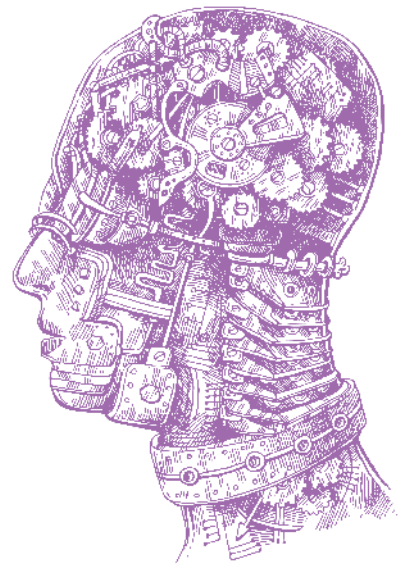
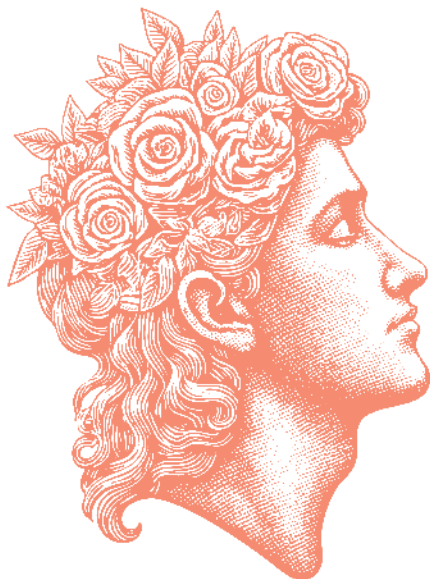
PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

Fundação da *Bauernverein* (Associação Gaúcha de Agricultores, 1900) e da Sociedade Cooperativa Caixa de Economias e Empréstimos de Nova Petrópolis (1902), hoje Sicredi Pioneira.

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Teve contato com o modelo Raiffeisen por via literária, sem contato direto com o autor, e o transplantou para a realidade brasileira, adaptando-o ao contexto cultural das colônias do Sul. É a figura central do cooperativismo de crédito no Brasil e seu legado permanece vivo até hoje no Sistema Sicredi, bem como nos demais Sistemas e Ramos, por isso foi legitimado como o Patrono de todo o Cooperativismo Brasileiro.

PENSAMENTO CRISTÃO (QUADRO RESUMO)	
PENSADOR	PRINCIPAIS IDEIAS
Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818–1888)	Partiu da caridade e chegou ao conceito de “autoajuda incondicional”: as cooperativas só sobreviveriam se sustentadas pelos próprios membros, não por doações externas. Fundou um modelo de cooperativismo de crédito rural com delimitação geográfica, gestão democrática voluntária, responsabilidade coletiva e reservas indivisíveis. Seu modelo se espalhou pelo mundo e é a base do cooperativismo de crédito rural até hoje.
Padre Theodor Amstad (1851–1938)	Transplantou o modelo Raiffeisen para o Brasil, combinando os valores da Doutrina Social da Igreja com princípios liberais de autonomia e protagonismo civil. Opôs-se ao paternalismo estatal e defendeu que as comunidades resolvessem seus próprios problemas pela força associativa. Em 1902, fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina, hoje Sicredi Pioneira.



LIBERALISMO ECONÔMICO

O liberalismo econômico ocupa um lugar paradoxal na história do cooperativismo. Por um lado, é a corrente de pensamento que forneceu a base filosófica do capitalismo industrial e, portanto, das desigualdades

que motivaram o surgimento do movimento cooperativista. Por outro lado, é também a vertente que cedeu ao cooperativismo alguns de seus conceitos fundamentais: a liberdade individual, a autonomia de organização e a crítica ao monopólio e ao controle estatal sobre a economia.

A POLÍTICA DO *LAISSEZ-FAIRE* (CONCEITO QUE PODE SER TRADUZIDO COMO “DEIXAR FAZER”) TRAZIA EMBUTIDA A DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ORGANIZAÇÃO, OU SEJA, A IDEIA DE QUE AS PESSOAS DEVERIAM TER O DIREITO DE TOMAR AS RÉDEAS DE SEUS PRÓPRIOS ASSUNTOS ECONÔMICOS.

Na visão liberal, a confrontação entre interesses livres e distintos conduziria a sociedade a uma “harmonia” natural, substituindo a necessidade de intervenção do Estado ou da moral. **Essa doutrina contribuiu para o movimento cooperativo ao romper com as amarras do Estado absolutista, fornecendo a base filosófica e jurídica para que as cooperativas pudessem existir e operar de forma autônoma e com administração coletiva.**

O filósofo e economista escocês **Adam Smith** (1723–1790), considerado o pai do liberalismo econômico, foi a figura central na articulação dessas novas liberdades. Ele atacava os privilégios reais e as corporações de ofício e defendia que o controle que essas instituições exerciam sobre mercados, produção e preços era incompatível com a liberdade econômica. A política do *laissez-faire* (conceito que pode ser traduzido como “deixar fazer”) trazia embutida a defesa da liberdade de expressão e de organização, ou seja, a ideia de que as pessoas deveriam ter o direito de tomar as rédeas de seus próprios assuntos econômicos.

Foi dessa mesma defesa da livre iniciativa que emergiu **Franz Hermann Schulze-Delitzsch** (1808–1883), **um dos maiores nomes do cooperativismo de crédito na Alemanha e no mundo**. Muito de seu pensamento se choca frontalmente com as ideias da tradição social e cristã, mais uma prova de que o cooperativismo não é um bloco ideológico homogêneo, e sim um movimento balizado por correntes distintas e até contraditórias.

Schulze-Delitzsch rejeitava o socialismo e a intervenção estatal, fundamentando todas as suas propostas nos princípios liberais, na cooperação voluntária e na defesa da propriedade privada. Para ele, as cooperativas não deveriam tentar substituir o capitalismo, mas atuar como uma rede funcional capaz de promover o progresso econômico dos trabalhadores dentro da ordem liberal.

Diferentemente de Raiffeisen, que via o crédito cooperativo como instrumento de elevação moral, Schulze-Delitzsch o via como mecanismo de qualificação econômica e autonomia produtiva, sem propostas de superar o sistema de assalariamento ou construir uma nova ordem social.

Na sua principal obra, *“Die arbeitenden Klassen und das Assoziationswesen in Deutschland”* (As classes trabalhadoras e o sistema de associações na Alemanha, 1858/1863), Schulze-Delitzsch sistematizou o seu modelo de autoajuda com regras claras:

ADAM SMITH (1723–1790)

VIDA

Filósofo e economista escocês, professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow. Considerado o pai do liberalismo econômico clássico.

IDEIAS

Defendeu a liberdade econômica, a livre concorrência e o fim dos monopólios e privilégios reais. Criticou as corporações de ofício por restringirem a liberdade de organização e de comércio. Acreditava que a redução do controle estatal sobre a economia aumentaria a riqueza coletiva.

PRINCIPAL OBRA

A Riqueza das Nações (1776).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Sua crítica às corporações de ofício e sua defesa da liberdade de organização criaram as condições filosóficas e jurídicas para o surgimento das cooperativas. Ao sustentar que as pessoas deveriam ter autonomia para organizar seus próprios assuntos econômicos, Smith pavimentou indiretamente o caminho para as sociedades de ajuda mútua e para o cooperativismo tradicional.



Por James Tassie.



Por Grüne Phot., Berlin.

FRANZ HERMANN SCHULZE-DELITZSCH (1808–1883)

VIDA

Jurista e político prussiano, foi assessor do tribunal de justiça de Berlim e deputado do Parlamento prussiano. Dedicou grande parte de sua vida à criação dos *Volksbanken* (bancos populares), cooperativas de crédito urbanas voltadas a artesãos e pequenos comerciantes.

IDEIAS

Fundamentou o cooperativismo nos princípios liberais de cooperação voluntária, propriedade privada e autoajuda. Rejeitava a intervenção estatal e o socialismo. Via as cooperativas como instrumentos de progresso econômico dentro da ordem liberal, não como alternativa ao capitalismo. Defendia a poupança rigorosa e a responsabilidade individual como bases do crédito cooperativo. Seu debate público com Raiffeisen, ainda que marcado por visões opostas, foi produtivo para a consolidação do cooperativismo alemão e global.

PRINCIPAL OBRA

Die arbeitenden Klassen und das Assoziationswesen in Deutschland (As classes trabalhadoras e o sistema de associações na Alemanha, 1858/1863).

INFLUÊNCIA NO COOPERATIVISMO

Além da contribuição intelectual ao movimento, foi autor do esboço que originou o Ato das Cooperativas alemão (1867), uma das leis mais influentes da história do movimento. Seu modelo de crédito urbano se difundiu pela Europa e chegou ao Brasil, influenciando o desenvolvimento do cooperativismo de crédito nas cidades.

- **Papel do Estado:** o Estado deveria garantir a estrutura legal para o funcionamento das sociedades, mas jamais intervir na economia ou injetar capital nas cooperativas.
- **Economia e Capital:** diferentemente de outros teóricos que viam o capital como inimigo, Schulze-Delitzsch defendia o crescimento do capital e o investimento produtivo como motores para gerar emprego e renda. Ele valorizava a poupança rigorosa e a responsabilidade individual.
- **Educação:** o aprendizado prático era essencial para o progresso. Ele via as cooperativas como verdadeiros espaços de qualificação para dar autonomia aos trabalhadores.

Seu modelo liberal de crédito urbano contrastava diretamente com o modelo comunitário, rural e cristão de seu compatriota Friedrich Wilhelm Raiffeisen, gerando debates públicos intensos ao longo da década de 1860. Além de sua contribuição intelectual, Schulze-Delitzsch também atuou no campo prático em favor das cooperativas, tendo elaborado, em 1867, uma das mais influentes leis sobre cooperativas do mundo, como vimos no capítulo 1.

LIBERALISMO ECONÔMICO (QUADRO RESUMO)	
PENSADOR	PRINCIPAIS IDEIAS
Adam Smith (1723–1790)	Considerado o pai do liberalismo, defendeu a liberdade econômica, a livre concorrência e o fim dos monopólios e privilégios reais. Ao criticar as corporações de ofício, defender a autonomia das pessoas para organizar seus próprios negócios e romper com as amarras do Estado absolutista, criou indiretamente as condições filosóficas e jurídicas para o surgimento das cooperativas e das sociedades de ajuda mútua.
Franz Hermann Schulze-Delitzsch (1808–1883)	Fundamentou o cooperativismo nos princípios liberais de cooperação voluntária, propriedade privada e autoajuda, rejeitando a intervenção estatal. Via as cooperativas não como alternativa ao capitalismo, mas como instrumentos de progresso econômico dentro da ordem liberal. Criou os <i>Volksbanken</i> (bancos populares) para artesãos e comerciantes urbanos e foi autor do esboço que originou o Ato das Cooperativas alemão (1867), uma das leis mais influentes da história do movimento.

O COOPERATIVISMO TRADICIONAL

A transição dos precursores e pensadores isolados para a consolidação do cooperativismo tradicional representa o momento em que a cooperação deixa de ser apenas uma utopia filosófica e se materializa em uma matriz ética, social e econômica aplicável à realidade. A partir das bases lançadas pelo socialismo utópico, pelo quakerismo e pelo liberalismo, o cooperativismo desenvolveu o seu próprio referencial filosófico e doutrinário.

A resposta ao momento histórico

Como vimos no primeiro capítulo deste livro, a filosofia do cooperativismo clássico foi uma resposta direta às drásticas transformações causadas pela Revolução Industrial. O avanço do capitalismo provocou uma ruptura sem precedentes, afastando a classe trabalhadora do controle dos meios de produção e transformando o próprio trabalho em uma mercadoria.

A nova ordem econômica gerou um cenário de miséria coletiva e precarização extrema, marcado por jornadas exaustivas e exploração da mão de obra. Diante da inércia do Estado e de um ambiente urbano dominado pela exclusão, os trabalhadores perceberam que precisavam criar os seus próprios meios de ação, transformando a ajuda mútua em uma poderosa estratégia de emancipação e de defesa de seus interesses.

A doutrina sistematizada

Embora já existissem experiências prévias, o grande salto na estruturação do pensamento cooperativista ocorreu na Inglaterra, em 1844, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. **A imensa contribuição intelectual dos tecelões de Rochdale não foi apenas abrir um armazém, mas sim sistematizar a doutrina ao elaborar um estatuto rígido que traduzia os grandes ideais utópicos em regras práticas e aplicáveis.**

Eles eternizaram o pensamento tradicional ao tornarem essas ideias em um grupo de princípios que incluía o controle democrático (um membro, um voto), a adesão livre, o retorno das sobras de forma proporcional ao

consumo, a neutralidade política e religiosa e a destinação de parte dos recursos para a educação contínua. **Ao transformarem a solidariedade em um conjunto de normas claras e de governança comercial, os pioneiros de Rochdale provaram que a economia solidária era viável**, direcionando definitivamente os caminhos do cooperativismo moderno mundial.

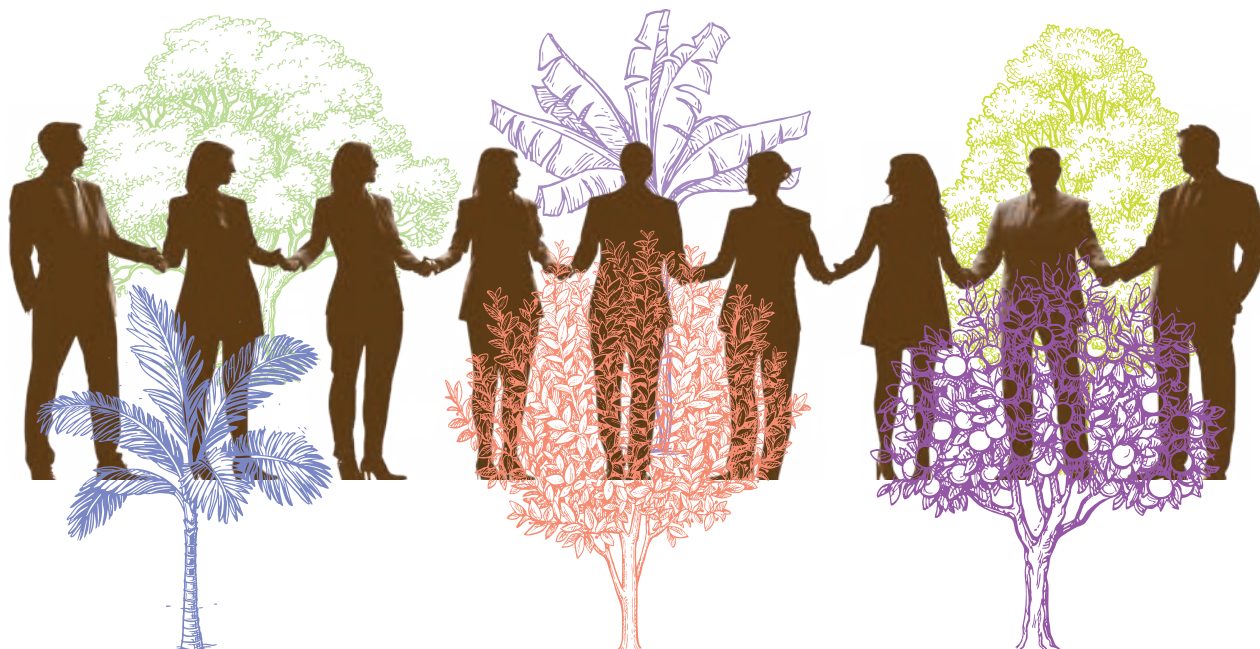
Outros modelos de atuação cooperativista

À medida que a doutrina se espalhava, o pensamento cooperativista foi se adaptando às necessidades e peculiaridades de diferentes regiões. **Enquanto a Inglaterra focou em cooperativas de consumo e a Alemanha em cooperativas de crédito, a França tornou-se referência em cooperativas de trabalho e produção de bens e serviços.**

Fortemente influenciada por pensadores locais – como Louis Blanc e, mais tarde, Charles Gide –, a doutrina francesa baseou-se na ideia de que os trabalhadores deveriam se tornar seus próprios patrões, superando a lógica do assalariamento. O referencial filosófico desse modelo era a autogestão operária: a crença de que os lucros da indústria derivavam do talento, da habilidade e do esforço do trabalhador e que, portanto, a riqueza deveria ser repartida diretamente entre aqueles que a produziam, associando intrinsecamente o trabalho ao capital.



Usina fotovoltaica da Cooperativa de Energia Solar (COOPSOLAR), João Pessoa/PB.



Como já mencionado no capítulo 1, a primeira cooperativa de crédito surgiu poucos meses após a fundação de Rochdale, em fevereiro de 1845, na localidade de Sobotište, na atual Eslováquia. Fundada pelo professor Samuel Jurkovič, a **Gazdovský Spolok**, ou Sociedade dos Agricultores, reunia a poupança dos membros para conceder crédito acessível e operou até 1851. Embora essa experiência pioneira marque o surgimento do cooperativismo de crédito, foi na **Alemanha** que ele adquiriu a forma sistematizada que possibilitou sua difusão e consolidação em escala internacional, estruturando-se em dois modelos distintos, porém complementares, como visto anteriormente: o urbano, idealizado por Franz Hermann Schulze-Delitzsch, e o rural, desenvolvido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

Esse rico debate intelectual e prático na Alemanha moldou as bases do cooperativismo financeiro mundial, provando que a doutrina poderia atuar em múltiplas frentes para devolver a dignidade e o protagonismo econômico aos trabalhadores.

Reconstituída a história intelectual que deu forma ao cooperativismo, resta acompanhar o destino dessas ideias no mundo contemporâneo. Se até aqui o foco esteve nas correntes fundadoras, as próximas páginas mostram como esse pensamento segue vivo e operante, ao se confrontar com os desafios econômicos e tecnológicos do século XXI.

O COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO

Após sua consolidação na Europa, o modelo cooperativista clássico deu a volta ao mundo e transformou a forma como milhões de pessoas se organizavam economicamente. Das últimas décadas do século XIX até meados do século XX, o movimento se expandiu pelos continentes, adaptou-se a diferentes contextos culturais e econômicos e consolidou suas estruturas institucionais. Porém, **a partir do final da década de 1970 o modelo começou a ser questionado**, enquanto o mundo passava por profundas transformações estruturais que alteraram a forma de produzir, consumir e organizar os mercados. Entre as mudanças desse período podemos citar:

- O avanço da globalização, que ampliou a competição em escala global;
- Políticas de desregulamentação financeira, iniciadas nos Estados Unidos, que se difundiram internacionalmente;
- O fim do Acordo de Bretton Woods e do padrão-ouro, sistema criado em 1944 que fixava o valor das moedas ao dólar e o dólar ao ouro, garantindo estabilidade cambial global, e que foi desmantelado pelos Estados Unidos em 1971. Isso abriu espaço para maior flexibilização dos fluxos financeiros;
- A crise do petróleo de 1973, que elevou abruptamente os custos de produção e empurrou diversas economias para a recessão;
- A Terceira Revolução Industrial, também chamada de Revolução Digital, iniciada na segunda metade do século XX com a automação, a microeletrônica e o surgimento da internet, que impôs um ritmo acelerado de inovação tecnológica difícil de acompanhar.

O resultado foi um ambiente econômico significativamente mais competitivo, dinâmico e instável. O cooperativismo tradicional, moldado para responder aos desafios do século XIX, parecia pouco equipado para enfrentá-lo. Diante dessas mudanças, o movimento teve que se adaptar para atender às exigências da economia contemporânea.

A adaptação implicou alguns ajustes de rota em relação ao modelo clássico, sem no entanto abandonar a sua essência. As principais características que distinguem o cooperativismo contemporâneo do modelo tradicional são:

- **Foco estratégico:** enquanto o modelo tradicional privilegiava a produção local e a integração vertical como caminhos para ganhar escala e reduzir custos, o cooperativismo atual passou a operar com uma lógica orientada pelo mercado, buscando vantagem competitiva por meio de estratégias mercadológicas.
- **Governança e propriedade:** o cooperativismo clássico mantinha uma estrutura rígida de propriedade coletiva e de gestão, o que dificultava respostas rápidas ao mercado. O modelo contemporâneo reformulou esse sistema, criando mecanismos mais flexíveis que estimulam a participação, o investimento e o retorno financeiro aos cooperados.
- **Modelos organizacionais e relacionamento com o mercado:** historicamente, as cooperativas nasceram como resposta defensiva a falhas de mercado e tinham menor presença em atividades de processamento, comercialização e marketing. O cooperativismo hoje adota modelos orientados por uma lógica de maior competitividade, atuando de forma ativa na disputa por nichos específicos e no desenvolvimento de produtos com maior valor agregado.
- **Distribuição de resultados:** no cooperativismo clássico, a distribuição de sobras ocorria de forma proporcional às operações realizadas pelo cooperado (como o consumo, no caso pioneiro de Rochdale) ou de forma igualitária, com limites rígidos. Atualmente, os critérios de distribuição variam conforme o ramo de atuação, a legislação aplicável e as decisões estatutárias de cada cooperativa. Em muitos casos, as sobras são distribuídas proporcionalmente às operações realizadas pelo cooperado, enquanto em outros ramos a prioridade pode estar na melhoria dos serviços prestados e na realização de investimentos e programas que beneficiem coletivamente o quadro social.
- **Investimento dos cooperados:** o modelo tradicional contava com baixo aporte financeiro direto dos membros. Hoje, o cooperativismo considera os cooperados como investidores, com quotas de capital que podem se valorizar e ser transferidas para outros cooperados, desde que essas transações estejam previstas no estatuto social.

- **Internacionalização:** em contraste com a atuação local e a identidade comunitária do modelo tradicional, as cooperativas contemporâneas expandem suas operações para outros países por meio de joint ventures, fusões e subsidiárias internacionais. O sistema *Swift* (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), por exemplo, fundado em 1973, é uma cooperativa criada com o objetivo de facilitar a confirmação de pagamentos entre diferentes nações. Hoje, o sistema é formado por mais de 11 mil instituições financeiras do mundo todo. A *Associated Press*, uma das maiores agências de notícias do mundo, também é uma cooperativa, formada por diversos jornais e canais de notícias internacionais.
- **Influências externas:** a cooperativa tradicional respondia principalmente às demandas da comunidade local onde estava inserida. No formato atual, embora se mantenha sempre ancorada nas necessidades de sua comunidade, a cooperativa também passa a ser influenciada por redes globais, investidores externos e pelas dinâmicas dos mercados internacionais.
- **Cultura empreendedora:** o movimento cooperativista clássico costumava apenas reagir para proteger seus membros dos reveses econômicos, enquanto as cooperativas hoje assumem uma postura mais proativa. A cultura interna passa a girar em torno de um empreendedorismo mais assertivo, com foco em inovação organizacional e competitividade global.

Embora essas mudanças e adaptações tenham ajudado o movimento cooperativista a se adaptar à modernidade, vale ressaltar que a tradição, calcada no bem comum e na cooperação, muitas vezes vê esse novo direcionamento estratégico com ressalvas. O receio dos defensores do modelo tradicional é que essa guinada extrema para a eficiência econômica, a busca por resultados financeiros e a competição em mercados globalizados acabe comprometendo a solidariedade e gerando exclusão dentro do movimento. Em outras palavras, o foco exagerado em estratégias mercadológicas, se não for bem dosado, pode gerar o risco de descaracterizar a essência humana e solidária que fundou o cooperativismo.

O FOCO EXAGERADO EM ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS, SE NÃO FOR BEM DOSADO, PODE GERAR O RISCO DE DESCARACTERIZAR A ESSÊNCIA HUMANA E SOLIDÁRIA QUE FUNDOU O COOPERATIVISMO.

OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Com raízes fincadas no século XIX, o cooperativismo chegou ao século XXI demonstrando uma capacidade de adaptação que poucos movimentos sociais e econômicos conseguiram atingir. Em um mundo marcado por transformações tecnológicas aceleradas, crises financeiras globais e crescente precarização do trabalho, o modelo cooperativista tem respondido a esses desafios reafirmando sua essência, e não tentando alterá-la.

A força desse modelo no mundo contemporâneo reside na sua capacidade de unir a racionalidade econômica ao sentido da solidariedade social. O cooperativismo prova que é possível gerar riqueza, competitividade e escala sem renunciar ao bem-estar coletivo, à justiça distributiva e à emancipação de seus membros. Veja a seguir como a cooperação tem enfrentado alguns dos mais importantes desafios da nossa época.

Cooperativismo e sustentabilidade

Muito antes de o mercado financeiro popularizar a sigla ESG (do inglês, *Environmental, Social and Governance* – Ambiental, Social e Governança), o pensamento cooperativo já convergia naturalmente com a pauta da sustentabilidade, base para a comprovação de performance por meio de indicadores ambientais, sociais e de governança.

A evidência mais direta disso é o **7º princípio cooperativista, o Interesse pela Comunidade**, que determina que as cooperativas atuem em prol do desenvolvimento sustentável dos territórios onde operam. Na prática, isso significa fixar e reciclar recursos no próprio território, gerando emprego e renda local em vez de drenar riqueza para centros financeiros distantes. Isso acontece, por exemplo, por meio da exigência legal de destinação de pelo menos 5% das sobras líquidas da cooperativa para a constituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Esse mesmo fundo dialoga diretamente com o 5º princípio, o da Educação, Formação e Informação, na medida em que financia a capacitação dos cooperados e a difusão da cultura cooperativista (Meinen; Port, 2014).



Na dimensão ambiental, **o cooperativismo estimula o uso racional dos recursos naturais**. As cooperativas de reciclagem são um caso expressivo: além de reduzirem os impactos causados por lixões, promovem a inclusão produtiva de catadores historicamente à margem da economia formal.

Cooperados da Copacol em um milharal, em Cafelândia/PR.

Para o movimento, desenvolvimento sustentável não se resume a crescimento econômico. Significa associar a viabilidade financeira à melhoria real da qualidade de vida e à preservação ambiental, sem comprometer a sobrevivência das gerações que virão.

Pioneirismo na gestão democrática

Há alguns anos popularizou-se o conceito de “economia compartilhada” e de novas formas de governança horizontal nas empresas modernas. O cooperativismo, no entanto, já protagoniza essas dinâmicas como elementos basilares de sua doutrina há mais de um século. Enquanto

o modelo de negócios tradicional opera sob a chamada “heterogestão”, em que as ordens e o poder descem de forma hierárquica e vertical, partindo de quem detém o maior capital em direção à base, **o cooperativismo é o pioneiro histórico da autogestão.**

Como vimos, o controle das cooperativas é deliberado de forma igualitária, sob a regra de “um membro, um voto”. As decisões são tomadas na Assembleia Geral, o órgão supremo da cooperativa. Contudo, manter a democracia ativa em cooperativas que alcançam a marca de dezenas ou centenas de milhares de cooperados exigiu uma inovação desse formato.

Para que a gestão não se tornasse distante e engessada, o cooperativismo contemporâneo instituiu mecanismos de descentralização e proximidade, como os núcleos e as pré-assembleias. A ideia é evitar que milhares de cooperados tenham que viajar até a sede da cooperativa para votar na Assembleia Geral. Em vez disso, as discussões são levadas até eles em grupos menores, e as votações são realizadas por delegados que representam esses grupos na Assembleia. O modelo garante que o poder permaneça capilarizado e que até a comunidade mais distante tenha voz ativa nas decisões globais da cooperativa.

Para acompanhar a era digital, essa gestão democrática tem se apoiado cada vez mais em inovação. Cooperativas de vanguarda já substituem o antigo método de votação por braço erguido pelo voto eletrônico, secreto e, em muitos casos, remoto, que permite apuração precisa em tempo real e assegura ao cooperado liberdade para manifestar dis-

cordâncias sem constrangimento. No Brasil, esse processo avançou com as **assembleias digitais e híbridas**, que ganharam respaldo legal e se tornaram prática corrente a partir de 2020. Com a transmissão das reuniões e a deliberação online, o cooperado passou a acompanhar e votar de onde estiver, o que amplia o alcance das decisões e reforça a democracia interna, sobretudo nas grandes cooperativas, com quadros sociais espalhados por amplos territórios.

A governança cooperativa contemporânea também compreendeu que uma verdadeira democracia exige diversidade. Para combater lacunas

A GOVERNANÇA COOPERATIVA CONTEMPORÂNEA TAMBÉM COMPREENDEU QUE UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA EXIGE DIVERSIDADE. PARA COMBATER LACUNAS HISTÓRICAS E PREPARAR AS EMPRESAS PARA O FUTURO, O MOVIMENTO TEM CRIADO POLÍTICAS ATIVAS DE INCLUSÃO NOS POSTOS DE GESTÃO.

históricas e preparar as empresas para o futuro, **o movimento tem criado políticas ativas de inclusão nos postos de gestão**. Um exemplo prático são os comitês estratégicos institucionais, como o Elas pelo Coop e o Geração C (criados em 2020 pelo Sistema OCB), que atuam para fortalecer, capacitar e eleger mulheres e jovens para posições de liderança. Esses comitês atuam há décadas em diversas localidades do país e em diferentes níveis do movimento: nas próprias cooperativas, nas organizações estaduais do Sistema OCB e na Unidade Nacional, que reúne representantes de todas as unidades da federação.

Por fim, a gestão democrática no cooperativismo gera um forte efeito colateral positivo para a sociedade. Ao fomentar reuniões recorrentes para debater orçamentos, mercados, responsabilidades e desafios produtivos, a cooperativa converte-se em uma espécie de “escola de cidadania”. O cooperado que aprende a dialogar, assumir responsabilidades coletivas e votar pelo bem comum na sua cooperativa torna-se um cidadão mais crítico, maduro e preparado para atuar na vida pública do seu município e do país.

O COOPERADO QUE APRENDE A DIALOGAR, ASSUMIR RESPONSABILIDADES COLETIVAS E VOTAR PELO BEM COMUM NA SUA COOPERATIVA TORNA-SE UM CIDADÃO MAIS CRÍTICO, MADURO E PREPARADO PARA ATUAR NA VIDA PÚBLICA DO SEU MUNICÍPIO E DO PAÍS.

A cooperação como âncora num mundo instável

A sociedade contemporânea vive a transição da modernidade “sólida” para uma modernidade “líquida” (Bauman, 2001), isto é, um ambiente em que nada é permanente, tudo se transforma rapidamente e a ideia de estabilidade de longo prazo foi substituída por uma mentalidade de curto prazo. O avanço da globalização, a desregulamentação financeira e a velocidade da inovação tecnológica tornaram o ambiente econômico global altamente dinâmico e imprevisível.

Este cenário de incerteza chegou a ganhar um nome no universo corporativo: **mundo VUCA**, sigla em inglês para *volatile, uncertain, complex and ambiguous*, ou seja, **volátil, incerto, complexo e ambíguo**. O conceito foi desenvolvido a partir das teorias de liderança dos acadêmicos norte-americanos Warren Bennis e Burt Nanus e adotado pelo Colégio

de Guerra do Exército dos Estados Unidos, no início dos anos 1990, para descrever o mundo multipolar que emergiu após o fim da Guerra Fria. Desde então, o termo extrapolou o ambiente militar e passou a ser amplamente usado na gestão estratégica para descrever os desafios de um mundo instável e em transformação acelerada.

Com o tempo, porém, até mesmo a ideia de mundo VUCA se tornou insuficiente para capturar a intensidade das mudanças e do caos contemporâneo. Em 2018, o antropólogo e futurista norte-americano Jamais Cascio propôs uma atualização deste modelo ao criar um novo conceito: o **mundo BANI** – sigla em inglês para *Brittle, Anxious, Nonlinear, Incomprehensible*, ou seja, **frágil, ansioso, não linear e incompreensível**. A nova sigla foi apresentada pela primeira vez durante uma



palestra no *Institute for the Future*, na Califórnia, e foi formalizada em 2020 no artigo “*Facing the Age of Chaos*” (Enfrentando a Era do Caos).

Se o mundo VUCA descrevia a instabilidade, o mundo BANI descreve o colapso. Sistemas que pareciam sólidos se quebram sem aviso prévio; relações de causa e efeito deixam de ser proporcionais, ou seja, pequenas ações podem gerar grandes consequências e vice-versa, aumentando a imprevisibilidade; o excesso de informação, em vez de produzir clareza, produz confusão. O conceito de mundo BANI ganhou maior projeção durante a pandemia de Covid-19, diante das mudanças de comportamento e da presença mais forte da tecnologia na vida das pessoas.

Tal conjuntura levou ao aumento do individualismo, paralelamente a um capital que opera de forma global e à crescente redução do amparo estatal, o que acabou fragmentando e enfraquecendo a ação coletiva. Porém, **é exatamente nesses momentos de ruptura que o cooperativismo encontra seu espaço de atuação.**

Historicamente, existe uma correlação direta entre o surgimento de crises e o fortalecimento da cooperação. As cooperativas emergem como resposta aos períodos de adversidade, funcionando como instrumento de autoajuda para que a sociedade se ajuste às transformações. Uma das provas recentes desse fenômeno ocorreu durante a crise financeira global de 2008. Enquanto bancos grandes e tradicionais ruíam, as cooperativas financeiras deram estabilidade e segurança a milhares de pessoas.

O então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, reconheceu publicamente que as cooperativas demonstraram “resiliência em tempos de incerteza”: durante a crise de 2008, mantiveram suas classificações de crédito, viram seus ativos e volumes de negócios crescerem e ampliaram suas bases de cooperados. Isso foi resultado de um modelo que não enfatiza a maximização de lucros e a especulação, mas a oferta de melhores produtos e serviços ancorada em princípios éticos.

HISTORICAMENTE, EXISTE UMA CORRELAÇÃO DIRETA ENTRE O SURGIMENTO DE CRISES E O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO. AS COOPERATIVAS EMERGEM COMO RESPOSTA AOS PERÍODOS DE ADVERSIDADE, FUNCIONANDO COMO INSTRUMENTO DE AUTOAJUDA PARA QUE A SOCIEDADE SE AJUSTE ÀS TRANSFORMAÇÕES.



Produção da Amazônia
Cooperar, Boca do Acre/AM.

A mesma resiliência foi vista durante a pandemia de Covid-19. Segundo o pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Alison Pablo de Oliveira, à época as cooperativas ajudaram a manter estável a oferta de crédito, garantindo apoio a pequenos negócios e comunidades locais e contribuindo diretamente para a recuperação econômica. Como resultado, em 2020 a participação dos empregos formais em cooperativas de crédito saltou de 14,6% para 17,7% dos vínculos do setor de intermediação monetária, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho.

Além da dimensão econômica, em cenários de desastre e de declínio do bem-estar público, **a cooperativa atua também como rede de proteção social**, mobilizando solidariedade e ajudando a reconstruir comunidades. Esse desempenho reflete uma característica estrutural

do cooperativismo que os economistas chamam de **“descentralização policêntrica”**: cada grupo humano localizado geograficamente tem capacidade de criar suas próprias normas e superar seus obstáculos de forma autônoma.

O futuro do cooperativismo

A Aliança Cooperativa Internacional tem sugerido fortemente a digitalização e o desenvolvimento de soluções tecnológicas autogeridas como passos fundamentais para o futuro do setor e para a atração das novas gerações ao movimento. O desafio não é pequeno: **incorporar as ferramentas e as lógicas do século XXI sem renunciar aos valores e princípios que deram ao cooperativismo sua identidade e sua relevância histórica.**

O cooperativismo nasceu da confluência de tradições distintas e, por vezes, contraditórias, e foi justamente essa pluralidade que lhe conferiu profundidade e longevidade. Esse poder de síntese explica por que o movimento segue relevante no século XXI. Não porque permaneceu estático, mas porque soube dialogar com cada época sem perder sua essência.

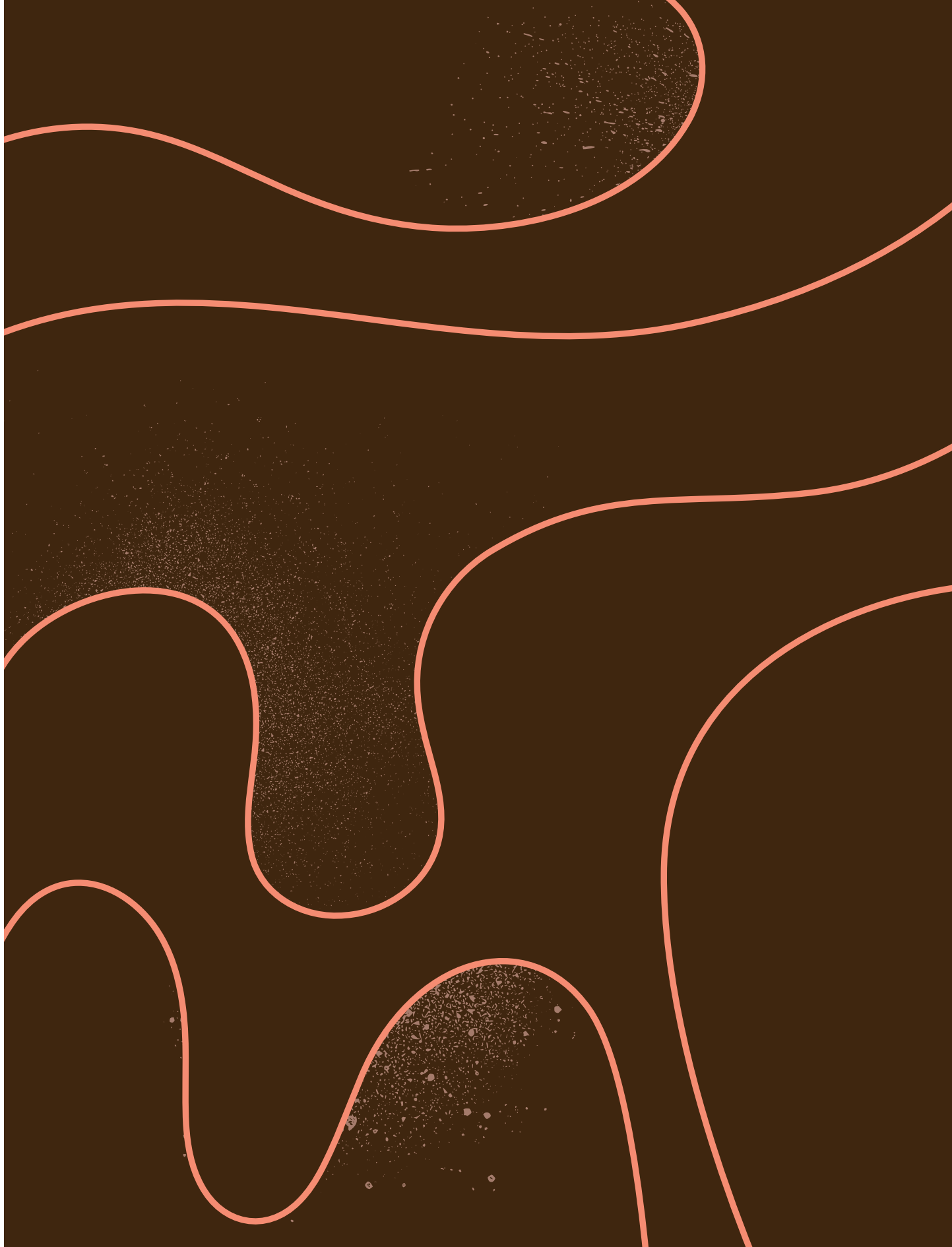
As gerações que hoje chegam ao cooperativismo herdam uma doutrina consolidada, experiências acumuladas em dois séculos e um conjunto de valores testados nas mais diversas realidades econômicas e culturais do mundo. **O que farão com esse legado depende, em grande parte, do quanto conhecem dele e, mais importante, do quanto se reconhecem nele.**

Em síntese, o futuro do cooperativismo dependerá da sua capacidade de equilibrar inovação e tradição, incorporando novas tecnologias sem renunciar aos princípios que lhe deram origem. Trata-se de um processo contínuo de atualização orientado por valores, em que o movimento se mantém relevante porque sabe se reinventar preservando seu propósito de desenvolvimento coletivo, participação democrática e solidariedade econômica. Foi assim ao longo de quase dois séculos, e é com essa mesma fidelidade às próprias raízes que o cooperativismo se prepara para os tempos que virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Carlos Henrique Lopes de; SCHMIDT, Robson Rosa; CELLA, Thiana Nunes. O experimento colonialista de Tereza Cristina: figurações da colônia no romance histórico contemporâneo de mediação. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/9348/8409>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENNIS, Warren; NANUS, Burt. **Leaders: the strategies for taking charge**. New York: Harper & Row, 1985.
- BEZERRA, Gustavo. Sistema Swift: uma cooperativa no coração da economia global. **Coonecta**, [S. l.], 24 mar. 2022. Disponível em: <https://coonecta.me/blog/sistema-swift>. Acesso em: 13 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. Brasília: MAPA, 2006.
- CASCIO, Jamais. **Facing the age of chaos**, [S. l.], 29 abr. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@cascio/facing-the-age-of-chaos-b00687b1f51d>. Acesso em: 13 maio 2026.
- CASTILHA, Eduardo Dalcin. **A evolução histórica do cooperativismo no mundo**. Orbis Latina, Foz do Iguaçu, v. 9, n. 1, p. 128-142, jan./jun. 2019.
- COSTA, Tiago Ribeiro da. **História e doutrina cooperativista**. Maringá: UniCesumar, 2016. Reimpresso em 2018.
- FAIRBAIRN, Brett. **The meaning of Rochdale: the Rochdale Pioneers and the co-operative principles**. Saskatoon: Centre for the Study of Co-operatives, University of Saskatchewan, 1994.
- FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense/Rede e-Tec Brasil, 2013.
- HOLMÉN, Hans. **State, co-operatives and development in Africa**. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1990. (Research Report, n. 86).
- HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale: história dos Probos Pioneiros de Rochdale**. Tradução de Archimedes Taborda. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.
- LIMA, Paula Caroline de; SILVA, Paula Pires da; BAVARESCO, Paulo Ricardo. O cooperativismo ao longo da história e as perspectivas para a atualidade. **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 81-86, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/download/4509/pdf_21/16288. Acesso em: 28 abr. 2026.
- LINS, Hoyêdo Nunes. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841-1844). **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/72>. Acesso em: 3 jul. 2026.
- LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATOS, Tainah. Grandes negócios que são cooperativas internacionais — mas você não sabia. **Coonecta**, [S. l.], 22 maio 2023. Disponível em: <https://coonecta.me/blog/cooperativas-internacionais>. Acesso em: 13 maio 2026.
- MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confefras, 2014.
- MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confefras, 2003.
- OLIVEIRA, Alison Pablo de. O impacto das cooperativas de crédito na economia local. [Entrevista cedida ao] Blog do Desenvolvimento. **BNDES**, Rio de Janeiro, 12 maio 2025. Disponível em: <https://blogdodesenvolvimento.bndes.gov.br/categoria/economia-e-desenvolvimento/O-impacto-das-cooperativas-de-credito-na-economia-local>. Acesso em: 13 maio 2026.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Sobotiste na Eslováquia é a primeira cooperativa de crédito do mundo. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 17 maio 2026. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2026/05/sobotiste-na-eslovaquia-e-a-primeira-cooperativa-de-credito-do-mundo>. Acesso em: 3 jun. 2026.
- SCHNEIDER, José Odelso. A relevante herança social do Pe. Amstad SJ. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 12, n. 213, v. 12, 2014.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Identidade cooperativa: sua história e doutrina**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019.
- SCHULZE, Edgar. *Procurando por “Os 28”: a busca do original*. Porto Alegre: Scriptum Produções Culturais, 2022.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Cooperatives can build resilience during crises. **United Nations**, Nova York, 8 jul. 2013. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/en/news/social/cooperatives.html>. Acesso em: 2 maio 2026.

Este livro foi composto
em Inter e Intro
para o Sistema OCB
em julho de 2026



cultura**coop**



Sistema**OCB**

CNCOOP | OCB | SESCOOP

in |  | **f** |  |  |  | @sistemaocb

somoscooperativismo.coop.br